

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
*CAMPUS* DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RICARDO CALLEGARI

**Entre Lutas, Valores e Pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan**

Marechal Cândido Rondon  
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
*CAMPUS* DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RICARDO CALLEGARI

**Entre Lutas, Valores e Pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan**

Trabalho apresentado à Banca Examinadora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, como exigência para obtenção do Título de mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Davi Felix Schreiner.

Marechal Cândido Rondon  
2015

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

C157e Callegari, Ricardo  
Entre lutas, valores e pressões: Juventude Rural Sem Terra e a organização social do trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan / Ricardo Callegari. - Marechal Cândido Rondon, 2015.  
165 p.

Orientador: Prof. Dr. Davi Felix Schreiner

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015.

1. Trabalho. 2. Assentamentos humanos - Paraná. 3. Movimentos sociais. 4. Movimento da juventude - Paraná. I. Schreiner, Davi Felix. II. Título.

CDD 22.ed. 331.1  
333.318162  
CIP-NBR 12899





**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



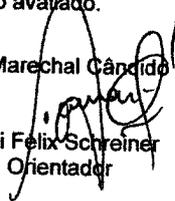
**PARANÁ**

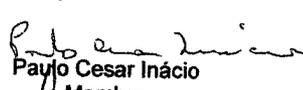
GOVERNO DO ESTADO

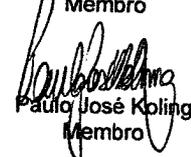
### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

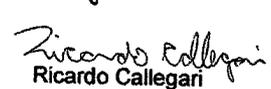
Aos treze dias do mês de maio de 2015, às 14 horas, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr. Davi Félix Schreiner (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Paulo Cesar Inácio (UFG) e Dr. Paulo José Koling (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho "Entre Lutas, Valores e Pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan", apresentado pelo pós-graduando **Ricardo Callegari** para a obtenção do título de "Mestre em História" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Davi Félix Schreiner, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 13 de maio de 2015.

  
Davi Félix Schreiner  
Orientador

  
Paulo Cesar Inácio  
Membro

  
Paulo José Koling  
Membro

  
Ricardo Callegari  
pós-graduando

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO *HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS*

**RICARDO CALLEGARI**

**Entre Lutas, Valores e Pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan**

Dissertação de Mestrado apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

Marechal Cândido Rondon, 13 de maio de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Davi Felix Schreiner (orientador - UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Paulo José Kolling (UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Paulo César Inácio (UFG – Campus Catalão)

Sonhamos muito?  
Que a prática seja nossa resposta!  
(Boletim da Educação do MST, 1995)

E a tal da reforma agrária  
Que é tanto comentada?  
Quantos políticos se elegeram  
Falando na lei sagrada?  
Pois faz mais de quinze anos  
Que esta lei foi aprovada  
Mas, não se aplica na terra,  
Está sempre engavetada.  
De tanto estar em gavetas  
Deve estar embolorada.  
(Adão Preto)

À Avelino Callegari, In memoriam

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, meu pai Jaime Callegari, minha mãe Arlete Maria Berger Callegari, minha irmã Luana Callegari e a minha nona Santina Callegari. Agradeço principalmente seus ensinamentos e seu amor ao longo de todos estes anos.

Aos jovens trabalhadores rurais Sem Terra que me receberam em suas casas e que me cederam entrevistas relatando seus sonhos, dilemas, pressões, valores, esperanças e lutas. Muito obrigado!

Ao professor, orientador e amigo Davi Félix Schreiner que me acompanhou durante a pesquisa do mestrado, e as suas mudanças, me auxiliando com correções, críticas, sugestões e perguntas que me desafiaram a tornar esta pesquisa o que é.

Ao professor e amigo Paulo Kolling que contribuiu para a problematização das entrevistas no sentido de perceber como os meeiros perderam essa condição e se tornaram assalariados, porém retornaram ao campo através das ocupações de terra. Me estimulou a discutir como as gerações se percebem e percebem uma a outra. Além de auxiliar a perceber como a volta dos filhos mediante aposentadoria dos pais se constitui enquanto realidade para além dos assentamentos, atentando para casos em que a aposentadoria dos pais se constitui como principal parte da renda. E, por último, observou para como as pessoas fazem as mediações e as resistências para não se submeterem totalmente a lógica do mercado.

Ao professor Paulo César Inácio, que ponderou sobre o dilema presente na luta dos Sem Terras em manter a radicalidade do movimento e ao mesmo tempo produzir renda. Como radicalizar agora que são assentados e conquistaram a terra. Assim como, se preocupou em discutir como a juventude rural está submetida a uma série de pressões comuns, mas com as quais os jovens lidam de diferentes modos. Desta forma, ponderou sobre o “jogo” feito pelos jovens entre o campo e a cidade, reposicionando um e outro com a finalidade de reproduzir a vida. Outro ponto importante para a continuidade da pesquisa foi a reflexão feita a respeito da família enquanto um lugar de se posicionar e de enfrentar as dificuldades, de formar estratégias de fortalecimento e de manutenção no campo. A família não como lugar desprovido das transformações sociais. Por último, examinou como a produção de soja ou de leite estão para além das escolhas dos sujeitos

e que nestas, muitas vezes, há o “abandono forçado” de práticas camponesas como a produção de subsistência.

Agradeço de coração as críticas e sugestões proferidas na qualificação. Busquei materializá-las ao longo dos capítulos.

Aos professores do curso de História da UNIOESTE/MCR.

À Iraci, secretária do Mestrado. Muito obrigado pelas dicas e ajudas sobre a burocracia nossa de cada dia.

Aos amigos formados ao longo dos anos de graduação e de mestrado. Companheiros das rodas de debate, de pedaladas, de churrascos, futebol e momentos de descanso. Vocês contribuem para manter viva a chama da transformação social. Em especial: Lucas Fano, Inara, Fagner Gugliemi, Nathan, Mariah, Juyverson, Rafael Prais, Marciele, Marcos Drey, Paula Alves, Pedro Cazaldo, Guilherme Grandó, Arthur, Írio, Luizinho, Lúcio, Tcharles, Tiago Pinz. Aos companheiros da turma de mestrado pela amizade, debates e trocas de experiências, em especial ao Valdir Sessi, Gilvana, Alana, Thomaz, Guilherme, Vinícius.

Á CAPES pela bolsa de pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho aborda as transformações nas relações de trabalho no campo durante o período de 1983 a 2014, ocorridas no Sudoeste do Paraná. A região, historicamente, possui uma estrutura agrária formada por grande número de pequenas propriedades, mas, ao mesmo tempo, com grande concentração fundiária em poucas propriedades, e, mais recentemente, a partir dos anos de 1980, com significativa presença de assentamentos de reforma agrária e de movimentos sociais de luta pela terra. Nesta dinâmica, porém, as contradições sociais e econômicas coexistem e afetam milhares de trabalhadores do campo que rumam para as cidades em busca de trabalho e, no dizer dos jovens, por “uma vida melhor”, contribuindo para o elevado êxodo rural, principalmente na camada entre 15 e 30 anos, e também para a concentração fundiária. Neste estudo, visamos problematizar as práticas sociais construídas pela juventude rural Sem Terra, em conjunto com seus pais e Movimentos sociais, para organizar o trabalho e a renda, viabilizando a permanência no campo. Para tal, partiremos do estudo de caso envolvendo os Assentamentos Missões, em Francisco Beltrão, e José Eduardo Raduan, em Marmeleiro. Para a pesquisa consultamos documentos como o boletim *O Alerta* de 1986, organizado pelos Movimentos dos Agricultores Rurais do Sudoeste do Paraná, o Programa Nacional de Reforma Agrária de 1995 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e dados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010. A principal fonte, porém, foram as entrevistas orais com os jovens sem terras. As narrativas que produzimos com os jovens possuem elementos que nos permitem discutir sobre a trajetória de vida, em especial a de trabalho, dos camponeses que buscaram na cidade alguma alternativa para a sobrevivência. A trajetória de vida dos jovens destes assentamentos é construída com períodos de trabalho na cidade e/ou em propriedades vizinhas aos Assentamentos. Neste sentido, analisamos: como decidem ir trabalhar fora dos Assentamentos? E por que voltam? Quais os significados que constroem sobre o trabalho no campo e da luta pela terra? Quais as consequências para a organização do trabalho familiar nos Assentamentos? Por outro lado, quais as alternativas que constroem para permanecerem nestes territórios e gerarem renda?

Palavras-Chave: Trabalho; Juventude Rural Sem Terra; Assentamentos.

## RESUMEN

El trabajo presente aborda las transformaciones en las relaciones de trabajo en el campo durante el período de 1983 a 2014, ocurridas en el Sudoeste do Paraná. La región, históricamente, tiene una estructura de tierra formada por un gran número de minifundios, pero, en mismo tiempo, con una gran concentración de tierras en pocos propiedades, y, más recientemente, a partir de los años de 1980, con significativa presencia de asentamientos de reforma agraria y de movimientos sociales de lucha por tierra. Esta dinámica, sin embargo, las contradicciones sociales y económicas coexisten y afectan millares de trabajadores del campo que van para las ciudades en busca de trabajo y, en palabras de los jóvenes, por “una vida mejor”, contribuyendo para o alto éxodo rural, principalmente en el grupo de edad entre 15 y 30 años, y también para la concentración de tierra. En esto sentido, ambicionamos problematizar las prácticas sociales desarrolladas por los jóvenes rurales Sem Terra, en conjunto con sus padres e movimientos sociales, para organizar lo trabajo e la rienda, permitiendo la permanencia en el campo. Para esto, empezamos del estudio de caso envolviendo los Asentamientos Misiones, en Francisco Beltrão, y José Eduardo Raduan, en Marmeleiro. Para esto estudio consultamos documentos como el boletín *O Alerta* hecho en 1986, organizado por los Movimentos dos Agricultores Rurais do Sudoeste do Paraná, el Programa Nacional de Reforma Agrária de 1995 do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra y datos de los Censos Demográficos de 1970 a 2010. La principal fuente, sin embargo, fueron las entrevistas orales con los jóvenes sin tierra. Las narraciones que producimos con jóvenes tienen elementos que nos permiten a discutir sobre la trayectoria de vida, sobre todo de trabajo, de los campesinos que buscaron en la ciudad algunos de supervivencia alternativa. La trayectoria de vida de los jóvenes de estos asentamientos es construido con períodos de trabajo en la ciudad y/o propiedades vecinas de los asentamientos. En esto sentido, analizamos: ¿Cómo se deciden a trabajar fuera de los asentamientos? ¿Por qué volver? ¿Cuáles son los significados que construyen sobre el trabajo en las zonas rurales e urbanas? ¿Cuáles las consecuencias para la organización del trabajo familiar nos asentamientos? ¿Por otra parte, cuáles las alternativas que construyen para permanecer en estas áreas y generar ingresos?

Palabras-clave: Trabajo; Jóvenes Campesinos Sin Tierra; Asentamientos.

## **LISTA DE IMAGENS, TABELAS E GRÁFICOS**

1. Imagem 1 – Localização da Região Sudoeste do Paraná, do Assentamento Missões e do Assentamento José Eduardo Raduan.
2. Imagem 2 – Reunião no acampamento em 1984.
3. Tabela 1 – Formas de trabalho da juventude nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan.
4. Tabela 2 – População residente por situação do domicílio (variável: pessoas).
5. Tabela 3 – Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná – número de estabelecimentos e área em hectares (ha).
6. Tabela 4 – Número de assentamentos, famílias assentadas e área total dos territórios de reforma agrária do Sudoeste do Paraná (1986/2014).
7. Gráfico 1 – Unidades de tratores na região Sudoeste – 1970/1980.

## LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural
AMSOP	Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
CITLA	Clevelândia Industrial Territorial Limitada
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOCAMP	Cooperativa de Comercialização Camponesa
COOPERIGUAÇU	Cooperativa Iguaçú
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Cooperativa de Crédito Solidário
DATALUTA	Dados da Luta pela Terra
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MASTES	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
STF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SCA	Sistema de Cooperativas de Assentamentos
RESEX	Reserva Extrativista
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UDR	União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I.....	34
TRAJETÓRIAS DE TRABALHO DA JUVENTUDE RURAL E AS NARRATIVAS ORAIS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ .....	34
1.1 “Nunca plantei feijão deste jeito” – Trabalhadores e as Mudanças na Agricultura do Sudoeste do Paraná.....	39
1.2 “As ocupações são ilegais, mas são justas”: camponeses em movimento. ....	46
1.3 Ocupações como forma de (re)produção da vida no campo: as (Re)ocupações da Fazenda Anoni.....	50
1.4 “Ocupar, resistir e produzir”: o trabalho e o acampamento na fazenda ocupada .	60
1.5 A ocupação da fazenda Marrecas em 1997 e as formas de trabalho no acampamento Missões .....	68
CAPÍTULO II.....	78
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E AS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAR O TRABALHO .....	78
2.1 Assentamentos de Reforma Agrária: Dimensões e Significados Sociais.....	79
2.2 A cooperação e a Cooperativa Boa Vista do Assentamento José Eduardo Raduan 109	
2.3 Terra e Trabalho Coletivos: Uma Experiência de Produção Orgânica .....	119
CAPÍTULO III .....	126
JUVENTUDE RURAL SEM TERRA E AS FORMAS DE ORGANIZAR O TRABALHO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESA E FAMILIAR. . .	126
3.1 Campo e cidade nas trajetórias de trabalho da juventude rural .....	130
3.2 O trabalho camponês familiar: família como espaço de reposicionamento social .....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	149
FONTES .....	160
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	162

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda as experiências de trabalho da juventude rural assentada em dois assentamentos de reforma agrária do Sudoeste do Paraná:<sup>1</sup> o Assentamento José Eduardo Raduan, de Marmeleiro/PR, e o Assentamento Missões, de Francisco Beltrão (ver Mapa 1 na página 17). Dialogamos com os sentidos atribuídos pelos jovens às transformações nas relações de trabalho, visando contribuir com o debate sobre as relações sociais nas quais estão/são inseridas e construídas pelos jovens rurais para enfrentar a falta de terra, de trabalho e renda.

O recorte temporal foi delimitado ao período de 1983 a 2014. Durante este período ocorreu a primeira ocupação de fazendas improdutivas<sup>2</sup> no Sudoeste do Paraná por trabalhadores rurais sem terra. Trata-se da ocupação da fazenda Anoni em 1983. E, por outro lado, nesta época ocorreu um aumento drástico do êxodo rural na região, além de transformações no modo de produzir, com a mecanização do campo, o acréscimo de máquinas e insumos, além de alterações relacionadas ao que era produzido.

O Assentamento José Eduardo Raduan, localizado no município de Marmeleiro, Sudoeste do Paraná é fruto de um dos mais longos conflitos de terra da região. É época que a *modernização dolorosa* se intensificava na região, um grupo de 648 famílias de trabalhadores sem terra ocupou a fazenda Anoni, no dia 15/07/1983.

Organizadas, inicialmente pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Campo Erê e de Francisco Beltrão. As famílias tiveram de enfrentar a violência dos jagunços a mandos da família Anoni, proprietária da área, a falta de comida e de

---

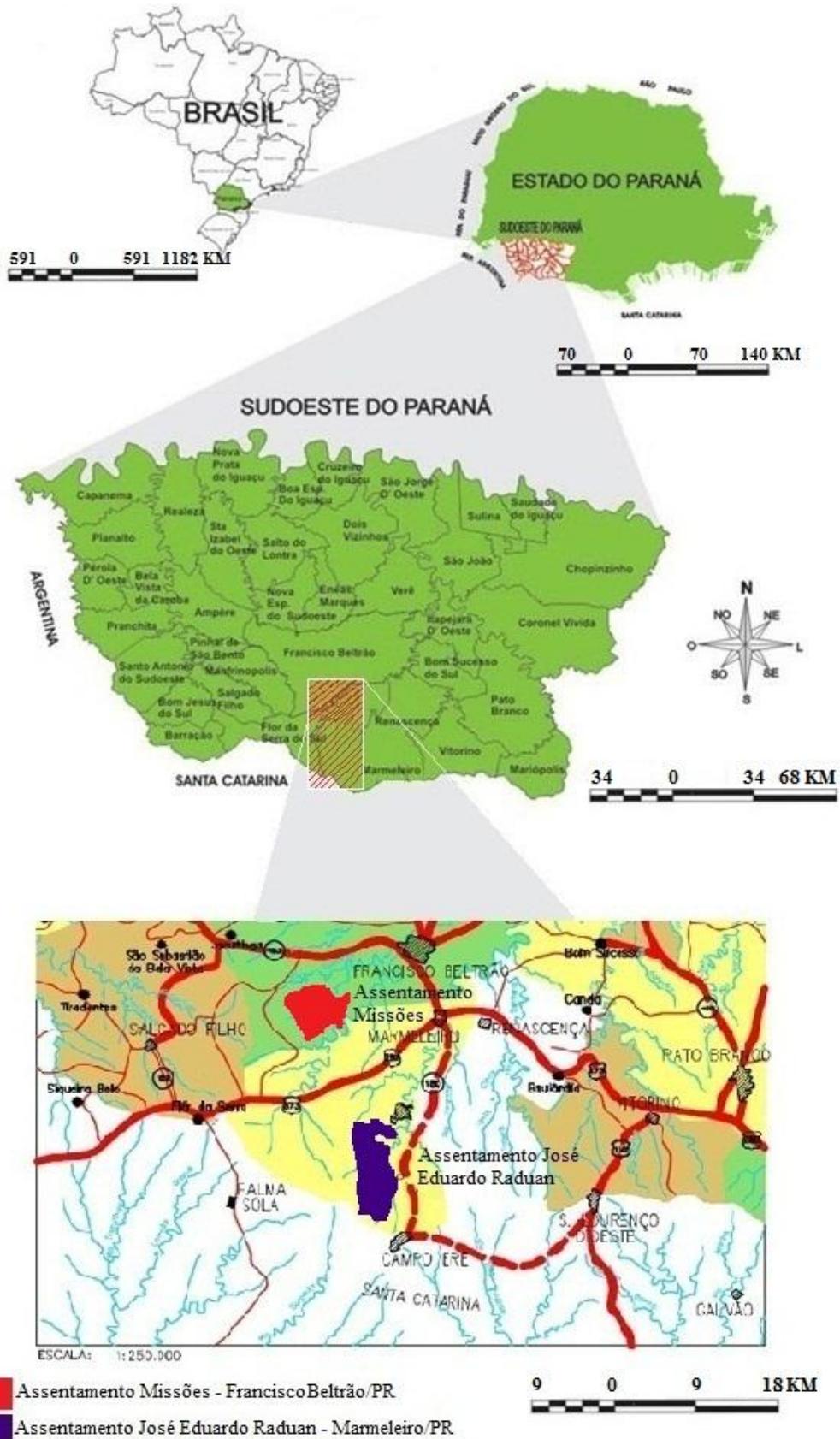
<sup>1</sup> Região que, segundo a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), é composta por 42 municípios. Sendo eles: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.

<sup>2</sup> Compreendemos, a partir dos termos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que a noção de improdutividade abarca não somente terras com nenhuma produção, mas terras que não cumprem com sua função social de produzir alimentos para a população. Neste sentido, grandes áreas de terra com plantio de pinus ou eucaliptos são consideradas improdutivas por produzirem matérias primas de exportação, excluindo a possibilidade da produção de alimentos.

trabalho. Até o momento da criação do Assentamento, em 1998, 15 anos depois da ocupação, construíram e se organizaram em movimentos sociais como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) e, em 1986, se organizaram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Assentamento José Eduardo Raduan atualmente possui dez comunidades em seu interior nas quais as 360 famílias residem e trabalham em lotes familiares.

O Assentamento Missões foi outro pesquisado. Ele, por sua vez, está situado no município de Francisco Beltrão, cerca de 20 km da cidade. Também surgiu de uma ocupação de terras improdutivas, no caso da fazenda Marrecas e Colônia Missões (ambas as propriedades eram da empresa Ângelo Camilotti e Cia Ltda). A área foi ocupada por 320 famílias, organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no dia 27/05/1996. O Assentamento foi criado com 136 famílias, formando três comunidades e uma vila rural. Atualmente, as famílias estão organizadas em lotes familiares.

**Imagem 1 - Localização da Região Sudoeste do Paraná, do Assentamento Missões e do Assentamento José Eduardo Raduan.**



Base Cartográfica: IBGE, 2000. Elaboração: Marcos Monduardo, 2006. Adaptado por Ricardo Callegari, 2014.

O presente estudo acerca da juventude rural e das transformações na organização do trabalho no campo partiu da constatação de uma similaridade apresentada pelas entrevistas feitas com os assentados, ainda no Trabalho de Conclusão de Curso,<sup>3</sup> sobre a saída de grande parte destes do campo. Corroborou, nesta direção, a análise do boletim *O Alerta*,<sup>4</sup> que contabilizou 422 jovens acima de 14 anos no acampamento da fazenda Anoni em 1984, realidade que bem diferente da atual. A fazenda foi transformada no Assentamento José Eduardo Raduan e nele residem, atualmente, apenas 83 jovens (de 14 a 33 anos), segundo dados obtidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Francisco Beltrão, no ano de 2014.

Com esta pesquisa objetivamos contribuir para o debate acerca das condições e da organização do trabalho no campo, explicitando como se faz a inserção da juventude rural nas relações de trabalho dentro dos assentamentos. Optamos em analisar a trajetória de vida da juventude rural Sem Terra a partir das relações de trabalho, pois acreditamos que estes trabalhadores organizam sua vida e cotidiano através do trabalho. Para tanto, partimos principalmente dos pressupostos desenvolvidos por Karl Marx, Edward P. Thompson, Eric Hobsbawm e Raymond Willians, segundo os quais o *trabalho* abrange valores e aspectos morais. Desta forma, buscamos compreender como as mudanças nas relações produtivas do campo modificaram os modos de vida dos camponeses, como a juventude rural Sem Terra percebe estas mudanças e quais as formas construídas para reproduzirem a vida no campo.

Há tempo a historiografia brasileira vem se preocupando com as transformações no campo, muitas oriundas do avanço das relações capitalistas, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980. Transformações que modificaram e expropriaram muitos modos de vida dos trabalhadores do campo, sendo objeto de inúmeras pesquisas, tais como de Sônia Regina de Mendonça<sup>5</sup> e Beatriz Heredia<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Trabalho apresentado em 2012 com o título: “Desde que nasci sem fui uma Sem Terra”: o processo de luta pela terra e a conquista do Assentamento José Eduardo Raduan (1979/1999). Nele, discutimos sobre a construção da identidade de Sem Terra na luta contra o latifúndio.

<sup>4</sup> Boletim criado em 1983 pelos trabalhadores organizados no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). Ele foi criado publicizar a falta de terra e a necessidade da reforma agrária para as famílias da região em contraponto as propostas de colonização no norte do país. Ele teve uma grande circulação no acampamento da fazenda Anoni, que deu origem ao Assentamento José Eduardo Raduan, pois as famílias acampadas também se organizavam no MASTES.

<sup>5</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no brasil*. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Embora o objetivo de nossa pesquisa não seja discutir a noção de “juventude”, é importante destacar o que consideramos como “juventude” e porque a escolha de acrescentar a expressão “Sem Terra”. Segundo a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>7</sup> o “jovem” é aquele indivíduo que tem idade entre 12 e 18 anos. Enquanto que para a Lei do Aprendiz de 2000<sup>8</sup> são aqueles que estão na idade entre 14 e 24 anos. Estas duas definições levam em consideração apenas a idade como fator restrito para definir a juventude. Portanto, não utilizaremos tais recortes para definir o nosso objeto. Compreendemos que, para além da idade, existem outras dimensões importantes, como o trabalho, a luta política, a constituição de família ou a dependência dos pais, entre outras, que contribuem para compreender o modo de vida do jovem rural assentado.

Para fins de nossa pesquisa, estamos considerando como “juventude rural Sem Terra” aqueles filhos de assentados, que possuem idade entre 14 e 33 anos e que se deparam com os limites da reprodução da vida no campo devido a falta de terra, trabalho e renda. Compartilham de uma mesma condição social, o que os torna sem-terra, sem a propriedade, mas que, além disto, se constituíram/constituem num ambiente e território de luta, de enfrentamento às dificuldades como falta de comida, falta de terra e trabalho. Ou seja, são jovens que constituíram suas subjetividades na dimensão da ocupação, do acampamento e continuam a construí-la no assentamento. Portanto, eles são jovens rurais Sem Terras que participam de um movimento social e moram em assentamentos conquistados pela luta coletiva. Pesquisas como a de Ricardo Abramovay<sup>9</sup> e Natacha Janata<sup>10</sup> contribuíram para construirmos a noção de juventude que foi utilizada nesta pesquisa.

Ainda a respeito da noção Sem Terra, partimos dos pressupostos desenvolvidos por diferentes autores em que Sem Terra é o sujeito coletivo estabelecido nas lutas dos

---

<sup>6</sup> HEREDIA, Beatriz (et al.). *Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.25 nº 74, 2010.

<sup>7</sup> BRASIL. Lei. Nº 8069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Presidência da República. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/33/1990/8069.htm>. Acesso em 26/11/2014.

<sup>8</sup> BRASIL. Lei. Nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. *Lei do Aprendiz*. Presidência da República, Brasília, DF, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leisL10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leisL10097.htm). Acesso em 26/11/2014.

<sup>9</sup> ABRAMOVAY, Ricardo (et al.). *Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.

<sup>10</sup> JANATA, Natacha Eugênia. *Juventude que ousa lutar: Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST*. Tese de Doutorado, Florianópolis, 2012.

movimentos de trabalhadores sem-terra. Segundo a definição de Candido Grzybowski “a consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter a terra, leva o grupo a elaborar a sua identidade. A afirmação política como sem terra dá base para reivindicar junto ao Estado o direito à terra”.<sup>11</sup>

A respeito dos problemas da juventude rural, a pesquisa de Abramovay pode ser considerada como um dos primeiros esforços para compreendê-los, além de entender como ocorre a inserção dos jovens, filhos de agricultores familiares,<sup>12</sup> nas relações de trabalho no campo. O “fio condutor” de sua pesquisa foram os padrões sucessórios, a partir dos quais, tendo em vista o êxodo da população jovem na década de 1990, procurou identificar quem seriam “os responsáveis pela gestão da agricultura e do meio ambiente”.

Para sua pesquisa Abramovay utilizou o recorte etário de 14 a 33 anos para diferenciar quem era ou não “jovem”. A justificativa para a escolha de tal recorte, por parte de Abramovay, se deu “pela relação de dependência com o lar dos pais”.<sup>13</sup> A partir do momento que esta condição deixa de existir, o indivíduo se torna adulto. O caso de Pedro<sup>14</sup>, assentado no Assentamento Missões, é, neste sentido, exemplar para a construção da noção de juventude rural Sem Terra. Ele é independente financeiramente dos pais, por administrar o trabalho no lote, fato que poderia lhe tornar “um adulto”, mas sua idade de 30 anos o enquadraria como um jovem.

A noção desenvolvida por Natacha Janata<sup>15</sup> em sua pesquisa sobre os Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire (ambos no município de Rio Bonito do Iguaçu, no Centro-Oeste do estado do Paraná) é a que mais se aproximou da realidade dos Assentamentos por nós pesquisados. Ela, ao dialogar com Perrot<sup>16</sup>, afirma que a noção de juventude deve ser entendida como uma categoria histórica e transitória,

---

<sup>11</sup> GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Fase/Vozes, 1987, p. 57. Para mais consultar: CALDART, Roseli Salet. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. *Estudos Avançados* 15, p. 207-224, 2001.

<sup>12</sup> O uso desta noção, agricultura familiar, será problematizada no terceiro capítulo no qual confrontaremos com a noção de camponês/campesinato. Por ora, a empregaremos devido a utilização/definição de Abramovay em sua pesquisa.

<sup>13</sup> ABRAMOVAY, Ricardo (et al.). *Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998, p. 37.

<sup>14</sup> Foram usados pseudônimos, pois alguns entrevistados solicitaram. Ponderamos que, desta forma, seria melhor utilizar para todos.

<sup>15</sup> JANATA, Natacha Eugênia. *Juventude que ousa lutar: Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST*. Tese de Doutorado, Florianópolis, 2012.

<sup>16</sup> PERROT, Michelle. *A juventude operária*. Da oficina à fábrica. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

portanto, não deve ser vista como fixa ou imóvel e calcada apenas em recortes etários, mas também nas questões do trabalho, estabilidade financeira, condição de pai ou mãe e constituição de família, dentre outras “dimensões que estão imbricadas na vida dos jovens”.<sup>17</sup>

A juventude rural Sem Terra e sua inserção nas relações de trabalho aparecem em outras pesquisas mais recentes, entre os quais podemos citar o trabalho desenvolvido por Anita Brumer, Eduardo Nunes e Nilson Weisheimer<sup>18</sup>, no qual analisaram a divisão do trabalho em algumas unidades familiares do Rio Grande do Sul (Vale do Caí e Litoral). Um dos objetivos dos autores foi de apontar, através de questionários distribuídos aos agricultores, como era a forma de organizar o trabalho e de distribuir a renda entre a família. Concluíram que a má distribuição da renda familiar motivava, em parte dos casos, a saída dos filhos do campo. Não obstante as considerações dos autores, é importante destacar que, muitas vezes, a renda familiar é pequena para a manutenção da família, não sendo, portanto, apenas uma questão de “má administração da renda familiar”.

Alguns trabalhos, como da Flávia Hoelzel<sup>19</sup>, focam a análise nas dificuldades e nos problemas para as crianças e adolescentes oriundos do trabalho precoce, além de discutir como o trabalho precoce influencia nas decisões de sair do campo e almejar outras formas de trabalho. Esta discussão empreendida pela autora foi importante para nossa pesquisa no sentido de discutir sobre como a condição do trabalho na roça é narrado pelos jovens rurais Sem Terras, por vezes descrito, nas entrevistas, como “ser muito difícil”, tanto o trabalho na soja orgânica, no feijão ou na produção do leite, ou como experiências de trabalho rememoradas com nostalgia.

Da Antropologia destacamos o trabalho de Elisa Guaraná de Castro e Sandra Iglesias Macedo<sup>20</sup> sobre a saída dos jovens do campo na região do norte fluminense e

---

<sup>17</sup> JANATA, Natacha Eugênia. *Juventude que ousa lutar: Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST*. Tese de Doutorado, Florianópolis, 2012, p. 93.

<sup>18</sup> BRUMER, Anita; ROSAS, Eduardo Nunes L.; WEISHEIMER, Nilson. *Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar*. In: Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa), 10, Rio de Janeiro, 2000.

<sup>19</sup> HOELZEL, Flávia. *O trabalho precoce e projetos de vida: um estudo em crianças e adolescentes do meio rural de Santa Cruz do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Santa Cruz do Sul, 2000.

<sup>20</sup> CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Sandra Iglesias. *A migração dos jovens do campo e sua inserção no mundo do trabalho*. Programa do Jovem empreendedor. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, outubro de 2001.

sua inserção no mundo do trabalho urbano como “projeto de vida”. Nele apontam, a partir de análise quantitativa, quais os principais trabalhos que são “ofertados” para os jovens que saíram do campo. Os resultados da pesquisa apontam para como a construção civil e o trabalho como servente de pedreiro são os que mais empregam este tipo de mão de obra.

Ainda da mesma autora consultamos o trabalho “Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural”,<sup>21</sup> em que ela discute a problemática da saída dos jovens sob os aspectos dos processos de socialização presentes nos assentamentos de reforma agrária. Um dos objetivos da autora é de perceber a construção do jovem como “ator político” nas questões que envolvem o campo. Neste trabalho a autora também chama atenção para o fato de que a trajetória de vida dos jovens é marcada por períodos de trabalho na cidade. Este é um ponto importante de sua análise e contribuiu para discutirmos sobre a realidade dos jovens nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan, pois parte significativa dos entrevistados afirmaram que também tiveram esta trajetória.

Este processo de deslocamentos, do campo para a cidade e de retorno ao campo, também é abordado por Natacha Janata em sua tese em educação.<sup>22</sup> Ela também destaca que os jovens rurais são “uma parte significativa do exército industrial de reserva”<sup>23</sup> e que uma das principais “marcas” dos jovens é o “drama do desemprego”, sendo inclusive “uma marca geracional dos jovens dos anos 2000.”<sup>24</sup> Esta é uma questão presente nas entrevistas produzidas com os jovens dos Assentamentos por nós pesquisados, significado por um dos entrevistados, Carlos, 26 anos, na expressão: “se ficar parado o bicho pega!”. O uso destes termos chama a atenção para como o trabalho é importante para os jovens, estando relacionado à valores morais e à necessidade de gerar renda.

Além destes trabalhos de pesquisa no âmbito acadêmico, o MST também produziu importantes interpretações sobre a condição de vida dos jovens assentados. Em uma destas interpretações destaca a necessidade de expandir a luta por melhorias no

---

<sup>21</sup> CASTRO, Elisa Guaraná. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*, contribuições para o debate. In: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Equador, Quito, 2006. Disponível em: [http://www.alasru.org/congresso\\_quito-2006](http://www.alasru.org/congresso_quito-2006). Acesso em 27/08/2014.

<sup>22</sup> JANATA, Natacha Eugênia. *Juventude que ousa lutar: Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST*. Tese de Doutorado, Florianópolis, 2012. 276 p.

<sup>23</sup> Idem, p. 128.

<sup>24</sup> Idem, p. 134.

âmbito da produção à luta por “lazer, centros de convivência e espaços comunitários”<sup>25</sup> de forma a proporcionar uma melhoria de vida também na questão cultural dos jovens assentados.

A preocupação com os jovens não é recente no MST, tendo em vista que uma parte significativa dos Sem Terras eram também filhos de camponeses e, portanto, jovens sem-terra. É a partir da década de 2000, porém, que o tema do “êxodo jovem” passou a chamar mais a atenção do Movimento, enquanto organização. Em 2001 foi criado o Coletivo da Juventude e, em 2006, transformado em Setor da Juventude.<sup>26</sup> Em entrevista concedida ao Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense, Antônio Francisco Neto, militante do Setor da Juventude, discute sobre a concepção do MST em relação aos jovens, destacando:

É extremamente necessário [criar políticas para manter os jovens no campo], mas essa não é a nossa luta principal e no MST não só lutamos por políticas públicas, costumamos dizer que *queremos a nossa juventude derrubando cerca, abrindo cadeado de latifúndio improdutivo*, para que possamos dar continuidade à luta da organização dos trabalhadores rurais, não só na questão da juventude.<sup>27</sup>

Em sua fala percebemos o sentido político que o “ser jovem” assume para o Movimento. Ao destacar a luta contra o latifúndio identifica o jovem como o sujeito que luta, milita por uma causa em um movimento social. A juventude assume, desta forma, um sentido coletivo para quem a vive, no qual só é “juventude” quando assume o político. Antônio Francisco Neto reitera que a luta dos jovens está atrelada a luta de todos os trabalhadores sem terras. Neste sentido, ele relaciona as dificuldades vividas pelos jovens rurais diante dos limites das políticas de reforma agrária e da necessidade de ampliar estas lutas.

---

<sup>25</sup> MST. Programa de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Formação Nº 23. São Paulo, 1995, p. 11.

<sup>26</sup> O MST enquanto organização possuiu diversos Coletivos e Setores que facilitam nas discussões políticas no interior dos acampamentos e assentamentos. Neste sentido, o primeiro tem uma atuação mas restrita enquanto o segundo possuiu discussões mais significativas e potencial para organizar seminários e projetos relacionados a vida e ao trabalho dos jovens. Não é objetivo deste trabalho discutir sobre as diferenças entre setores e coletivos, para ver mais sobre estas questões consultar: SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

<sup>27</sup> OBSERVATÓRIO JOVEM. A construção da categoria juventude rural na Reforma Agrária. Entrevista com Antonio Francisco Neto, em 12 de dezembro de 2006, p. 02.

Através das entrevistas, feitas com a juventude rural Sem Terra dos Assentamentos Missões e no José Eduardo Raduan, podemos verificar que, no geral, a participação política ocorreu principalmente nas Jornadas dos Sem Terrinhas<sup>28</sup> e em atividades de levantamento de dados feitos pelo próprio Movimento e que contava com a ajuda dos jovens. Alguns relataram a participação em manifestações como as marchas e a ocupação do Banco do Brasil em 2008. Por outro lado, a fala de Antonio, no fragmento acima citado, é carregada de subjetividade e, por vezes, homogênea questões problemáticas e/ou conflituosas no interior dos Assentamentos, como as diferentes percepções entre pais e filhos sobre o controle do trabalho, ou ainda a necessidade e a dificuldade de gerar renda em um pequeno lote de terra.

Alguns relatos evidenciam dificuldades existentes para a juventude em conseguir trabalho e gerar renda, bem como sobre a oportunidade de coordenar o trabalho no lote dos pais no assentamento (algo que ocorre após a aposentadoria destes). Neste sentido, as contribuições de James Scott são importantes para compreender esta prática de gerir a produção enquanto uma prática silenciosa de resistência construída pelos sujeitos e que merece ser considerada, dado a possibilidade de trabalhar e gerar renda.

O autor é cientista político estadunidense e analisa práticas cotidianas de resistência do campesinato, principalmente na aldeia de Sedaka, localizada na planície de Muda, no estado de Kedah, Malásia. Para o autor, num processo de concentração de terras e de mecanização da produção no campo com a incorporação e o monopólio de tecnologias como as colhedadeiras, “as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes”.<sup>29</sup>

O contexto estudado por Scott possibilita problematizar as vivências da juventude rural Sem Terra na região Sudoeste do Paraná, pois também se depararam com as mudanças gradativas na forma de organizar o trabalho. Transformações que acarretaram em idas para as cidades da região ou até em outros estados, como Santa Catarina ou São Paulo.

---

<sup>28</sup> Encontro promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com os filhos de assentados nos 24 estados. Os encontros eram feitos em assentamentos ou acampamentos desde 1996, sendo que o primeiro encontro estadual, com crianças de todo o estado, foi em outubro de 1999, em Curitiba. O objetivo é denunciar a precarização do ensino no campo, reivindicar melhorias nos assentamentos, assim como pressionar pelo assentamento das famílias acampadas.

<sup>29</sup> SCOTT, James C. *Detrás de La história oficial*. In: *Los dominados y El arte de La resistencia*. México: Ediciones Era, p.23-40, 1990, p. 03.

Três casos principais foram verificados e correspondem as diferentes formas de trabalho das quais participam os jovens atualmente nos Assentamentos. O primeiro caso é dos filhos que moram e trabalham na unidade de produção familiar em conjunto com os pais. O segundo caso é aquele em que os filhos trabalham junto com os pais, porém, mantêm uma jornada de trabalho fora do lote, seja na cidade ou nos Colégios e/ou nos Postos de Saúde dos próprios Assentamentos. O terceiro caso ocorre quando os pais se aposentam e passam a “administração” para algum filho, geralmente o mais velho.

Estudar as perspectivas e escolhas dos filhos de assentados exige que tenhamos a compreensão das condições sociais em que estas são tomadas, compartilhando da aceção de Marx ao afirmar que “os homens fazem sua própria história, no entanto a fazem em condições determinadas e herdadas do passado”.<sup>30</sup> Para tanto, as relações de trabalho apontadas pela juventude rural expressam uma grande rotatividade de empregos, verificamos isto através do caso de Felipe,<sup>31</sup> único jovem entrevistado a relatar a permanência por mais de 4 anos em um mesmo local de trabalho.

Dialogamos com as transformações e recriações do trabalho no acampamento e assentamento para depois compreendermos quais são as formas de recriar o trabalho no campo e de que posição, ou a partir de que condição sociopolítica os jovens constroem suas alternativas. Isto é, analisar as possibilidades construídas pelos jovens assentados e as formas de recriar a vida, em especial o trabalho, no campo sem perder de vista as condições materiais e históricas.

Por isso, optamos em abordar um processo de 30 anos, por compreendermos que, para analisar como a juventude no campo vive e interpreta as relações de trabalho, devemos inseri-las num processo maior de transformações sociais, compartilhando da perspectiva de Marc Bloch<sup>32</sup> de que compreender o presente exige uma compreensão do passado, ambos percebidos como processo.

A década de 1980 é um importante ponto de partida para compreender a atual organização do trabalho e da produção no meio rural da região Sudoeste. Este é um período caracterizado pelo engendramento das relações de produção que hoje

---

<sup>30</sup> MARX, Karl. 18 Brumário de Luís Bonaparte. 1848. 1ª Ed. São Paulo: Nelson Jahr Garcia, 2002 [Consulta 11/11/2013]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/brumario.pdf>.

<sup>31</sup> O caso de Felipe será melhor discutido ao longo dos capítulos.

<sup>32</sup> BLOCH, Marc. Apologia da História: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

chamamos de agronegócio, que se baseiam na monocultura e produção em grande escala, como apontado por Davi Félix Schreiner<sup>33</sup> e Beatriz Heredia.<sup>34</sup>

É a partir do início da década de 1980 que o êxodo da população do campo se intensifica ainda mais na região e é neste contexto, de expropriação e exploração da terra e do trabalho, que se constitui a luta no MST. Porém, ao discutirmos sobre a trajetória de vida da juventude rural Sem Terra, concluímos que algumas questões como a educação, exercem, hoje, uma pressão maior do que exerciam para seus pais naquele período.

Ao discutir as transformações desde a década de 1980 estamos dialogando com as memórias de trabalhadores Sem Terras. Partimos dos pressupostos de que a memória está sempre submetida a um campo de atuação de determinadas forças sociais do presente e, por isso, é nutrida por uma vaga e confusa referência que vem do passado. Este *verniz* do passado oferece a memória uma consagração de formas muitas vezes abstratas, ordenadas e sem contradição.

Assim como qualquer experiência humana, a memória é também “um campo minado pelas lutas sociais”.<sup>35</sup> Nesta disputa estão presentes vários sujeitos sociais, produtores de sentidos, significados, interpretações e valores. No entanto, “destrinchar as diferenças, as pluralidades não significa negar o conflito”, mesmo porque segundo Yara Khoury “as memórias são produzidas no embate entre forças sociais”. Ao considerar isto, tiramos a história e as memórias do campo das relações “neutras” e passivas com o passado, ao invés de fazer isso, colocamo-las no terreno do compromisso político do historiador em relação ao seu tempo em um exercício sempre com vistas na prospecção transformadora.

Ressaltamos que, como discutido por Paulo José de Almeida,<sup>36</sup> o projeto político do MST não é homogêneo em seus Assentamentos, dado as diferentes experiências dos agentes formadores que (re)elaboram frequentemente suas formas de

---

<sup>33</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

<sup>34</sup> HEREDIA, Beatriz (et al). *Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.25 nº 74, 2010.

<sup>35</sup> KHOURY, Yara. *O historiador, as fontes orais e a escrita da história*. In. Outras histórias: memórias e linguagens. MACIEL, Laura Antunes (et al). São Paulo: Olho d’água, 2006, p. 22.

<sup>36</sup> ALMEIDA, P. J. “*Cada um tem um sonho diferente*”: Histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In, MACIEL, Laura Antunes et al (org.). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Ed. Olho D’Água, 2006.

atuação com base em suas condições materiais. Neste movimento dialético da luta é que analisamos os materiais produzidos pelo Movimento, valorizando as experiências e os significados construídos pelos sujeitos, trabalhadores rurais formadores do Movimento: os assentados, através de entrevistas orais. Entendemos, a exemplo do estudo de Yara Khoury, que:

O diálogo com estes trabalhadores constitui-se um canal significativo de trocas, que possibilita apreender maneiras como experiências e memórias são construídas e reconstruídas, como parte de uma consciência contemporânea.<sup>37</sup>

Assim, produzimos 23 entrevistas orais com jovens Sem Terra e com trabalhadores assentados. Feitas as entrevistas, passamos a analisar seus conteúdos e os significados atribuídos pelos trabalhadores em relação ao trabalho no campo. Diagnosticamos as formas de lutas e de organização da produção por parte dos assentados. Estes elementos são importantes para a discussão das relações conflituosas envolvendo a temática do trabalho no campo.

As fontes que utilizamos para a análise foram entrevistas produzidas com os assentados, além de materiais como o boletim *O Alerta* de 1984 e fotografias tiradas dos lotes em que podemos perceber a organização da produção por parte dos assentados. Foram também analisados dados presentes nos Censos Demográficos de 1970 a 2010.

As entrevistas foram produzidas em duas etapas, na primeira, em janeiro de 2012, ficamos um mês no Assentamento José Eduardo Raduan, onde produzimos 12 entrevistas com assentados e filhos de assentados, como com a família de Olívio e Sueli com os quatro integrantes: Olívio, Sueli, Douglas e Suelem. Nesta buscamos identificar como foi a formação do Assentamento e como está organizado o trabalho familiar no lote. Em outra visita ao Assentamento nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2014 produzimos uma segunda entrevista com Suelem, uma entrevista com Tatiana (26 anos) e com Marcos (28 anos).

Durante os dias 29 e 30 de janeiro de 2014, permanecemos no Assentamento Missões para a produção das entrevistas com os filhos dos assentados. Naquela oportunidade foram coletadas três entrevistas temáticas sobre o trabalho e a produção no

---

<sup>37</sup> KHOURY, Yara. *O historiador, as fontes orais e a escrita da história*. In. Outras histórias: memórias e linguagens. MACIEL, Laura Antunes (et al). São Paulo: Olho d'água, 2006, p. 30.

Assentamento, a primeira com a família de Odete (57 anos) em sua residência e estavam presentes Pedro, que é seu filho de 30 anos, Maria esposa de Pedro com 25 anos, o neto João de 12 anos e seu pai Luis de 80 anos; uma segunda entrevista foi produzida com Angélica de 25 anos; e a terceira entrevista com Marcela de 23 anos, ambas assentadas e que trabalham na escola do Assentamento Missões. Outra visita foi feita nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2014, nesta entrevistamos Carlos (26 anos) e Felipe (25 anos), outra visita em 18 e 19 de outubro de 2014 onde gravamos entrevista com Guilherme (23 anos), Luciane (24 anos) e Vitor (17 anos).

Na metodologia de produção das entrevistas orais priorizamos os relatos dos jovens rurais Sem Terras. Porém, a forma de organização do trabalho e da produção no assentamento não está separada do período de acampamento ou até mesmo anterior a ele e a ocupação. Deste modo, foram produzidas entrevistas também com os pais que participaram da ocupação e estão nos Assentamentos deste o período de acampamento. No caso das entrevistas produzidas com os pais a dinâmica foi de produzi-la na presença do marido e da mulher sendo que priorizamos a fala individual até o momento da ocupação, a partir deste momento as perguntas eram direcionadas para ambos os entrevistados. Para a produção das entrevistas com a juventude rural priorizamos aqueles que se depararam com os limites do trabalho familiar e buscaram alternativas de trabalho fora do lote em pelo menos algum momento da vida.

Diante desta configuração, para alcançar os objetivos da pesquisa, explicitando seus resultados, organizamos este trabalho em três momentos. No primeiro, buscamos identificar e analisar as mudanças na organização do trabalho e da produção no campo durante as décadas de 1970 e 1980, processos que expulsaram diversas famílias de agregados e pequenos arrendatários das terras. Foi neste momento histórico que ocorre a ocupação da fazenda Anoni em 1983. Neste mesmo capítulo, ao dialogarmos sobre a ocupação de fazendas improdutivas enquanto uma prática social organizada pelos trabalhadores, abordamos sobre a ocupação da fazenda Marrecas em 1997 como ferramentas construídas pelos trabalhadores para permanecerem na terra. Dividimos o capítulo em três momentos principais. Na primeira parte discutimos sobre algumas transformações do trabalho, como a inserção de maquinário agrícola e uso de agrotóxicos, e como são percebidas pelos assentados e filhos de assentados. Na segunda parte tratamos sobre as ocupações das fazendas que deram origem aos Assentamentos e as especificidades de cada uma delas em relação às trajetórias de vida dos sem-terra. No

terceiro e último momento do capítulo, discutimos sobre o tempo dos acampamentos e as formas de organizar o trabalho para permanecer nas terras ocupadas.

No segundo capítulo, discutimos sobre a concepção de *assentamentos de reforma agrária* e sobre duas experiências coletivas de organizar o trabalho e a produção agrícola. A primeira é a Cooperativa Boa Vista do Assentamento José Eduardo Raduan, entre 2000 e 2005. A segunda é a experiência de terras coletivas que tiveram os trabalhadores Sem Terras do Assentamento Missões, entre 1999 e 2003. Embora não tiveram longa duração, foram lembradas pelos trabalhadores como importantes alternativas para enfrentar os problemas da época.

No terceiro capítulo, abordamos as alternativas construídas no presente pelas famílias de forma a possibilitar a permanência dos filhos nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan. Neste último capítulo, discutimos também sobre os sentidos atribuídos pela juventude rural Sem Terra aos trabalhos nos Assentamentos e as diferenças em relação ao trabalho e o cotidiano na cidade.

## CAPÍTULO I

### TRAJETÓRIAS DE TRABALHO DA JUVENTUDE RURAL E AS NARRATIVAS ORAIS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ

As trajetórias de vida da juventude rural entrevistada foram marcadas pela expropriação da terra e do trabalho no campo. São, por um lado, filhos de camponeses<sup>38</sup> cujos pais ocuparam a fazenda Anoni, em Marmeleiro/PR, no dia 17 de julho de 1983 e a fazenda Marrecas e a Colônia Missões, em Francisco Beltrão, em 27 de maio de 1996. Por outro lado, muitos destes jovens também são trabalhadores do campo que migraram à cidade na busca por trabalho e estabelecendo, muitas vezes, um cotidiano de trabalho na cidade e moradia no assentamento.

As experiências dos jovens rurais pesquisados no Assentamento Missões, em Francisco Beltrão, também são marcadas pelas diversas idas às cidades da região em busca de trabalho. É frequente, nas entrevistas, que os jovens cite ao menos um período da vida em que passaram na cidade trabalhando nos bares e restaurantes, como garçons/garçonetes, no frigorífico da Sadia ou na fábrica de móveis Marel em Francisco Beltrão. Cidades como Francisco Beltrão, Pato Branco, Realeza, Ampére, Campo Erê ou Maravilha são frequentemente citadas nas entrevistas como lugares onde buscaram “oportunidades de emprego” e “uma vida melhor”.

No Assentamento Missões nos deparamos com uma organização do trabalho e da produção semelhante a do Assentamento José Eduardo Raduan, ou seja, em unidades de produção familiar caracterizadas pela produção de leite. Porém a permanência dos filhos dos assentados neste é maior, embora alguns destes trabalhem na escola do Assentamento e desprendem outra jornada de trabalho no lote. Encontramos também uma estratégia construída pelos assentados de forma a organizar o trabalho no lote, diversificando a renda e a produção. São os casos em que os filhos casam, formam

---

<sup>38</sup> Agregados, meeiros ou pequenos agricultores familiares. O termo é utilizado pelo MST como forma de unificar os trabalhadores, com trajetórias de vida marcadas pela subordinação do trabalho no campo e a falta de terra, na luta por reforma agrária.

família e passam a “coordenar” os trabalhos principais no lote e os pais a cultivarem os alimentos básicos às famílias do lote, tais como hortaliças e feijão.

Um destes casos é de Pedro de 30 anos. Ele foi um dos filhos de assentados no Assentamento Missões. Ele estava junto de seus pais desde a ocupação em 1997 e relatou que quando completou dezesseis anos saiu do Assentamento em busca de trabalho na cidade. Trabalhou cerca de dois anos na linha de produção da Sadia de Francisco Beltrão, no qual a jornada de trabalho era das 18 horas e terminavam as 02 horas da manhã, totalizando oito horas e com “um ritmo muito acelerado”. Ao ser perguntado sobre como era o trabalho destacou as duras condições e afirmou que “lá é pra ficar doente só!”. Esta frase é significativa e expressa a decepção com o que a cidade e o trabalho nela oferecem ou deixam de oferecer e acentua como a rotina e a condição do trabalho era repetitivo e desgastante. Com base naquela relação de trabalho desenvolvida no frigorífico é que Pedro construiu sua visão de mundo sobre o trabalho na cidade.

Ao ser perguntado sobre a decisão de voltar para o Assentamento Missões, Pedro destacou o fato de assumir os trabalhos no lote após a aposentadoria dos pais.

Quando estava com vinte anos *estava casado e estava aí de novo*. Depois de um tempo de casado. Trabalhei mais um tempo em Maravilha [município de Santa Catarina]. Eu ia daqui, eu e meus primos, todo o dia! *Ah! Muito longe pra todo dia ficar indo*. Aí o pai tava cansado, o pai começou a ficar doente né?! Daí eu falei pro pai: *“então deixa que eu assumo!” O pai e a mãe se aposentaram né?!<sup>39</sup>*

Neste fragmento, Pedro relaciona o fato de ter casado com a volta ao Assentamento. Ao notabilizar esta condição evidenciou como a constituição de família foi um elemento importante para a sua volta ao campo. Por outro lado, percebemos como a volta, num primeiro momento, não significou algo além da moradia, tanto que destaca a rotina de locomover-se todos os dias cerca de 40 km, até Maravilha/SC, junto com seus primos, para trabalhar.

Além disto, nesta passagem da sua narrativa, também é possível perceber elementos sobre o modo de organização do trabalho e da sucessão familiar no lote de

---

<sup>39</sup> PEDRO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Pedro, 30 anos em Francisco Beltrão, 16 de março de 2014, 55 min.

terra. Ele caracterizou que a aposentadoria dos pais foi uma condição importante para que ele voltasse a trabalhar no lote de terra e abandonasse o emprego em Maravilha. Esta é uma importante dimensão sobre o trabalho no campo.

Pedro, mais adiante na entrevista, num momento em que sua mãe se retira por uns instantes para atender ao telefone, afirmou que, para além da renda, a questão das *relações familiares*, com a expressão “os pais não dão chances para os mais novos!”<sup>40</sup> foi significativa para a saída dos jovens do Assentamento. Ao fazer tal afirmação chama a atenção do entrevistador para o fato de que cada um quer ter uma família, ter estabilidade e construir um sentido sobre o trabalho, algo que parece não visualizar num trabalho conjunto ou subordinado aos seus pais<sup>41</sup> e, tampouco, como empregado da Sadia.

Para além das *relações familiares*, é possível perceberem seu relato alguns problemas relacionados à organização do trabalho e da renda. Ao perguntar sobre a produção de feijão, Pedro e sua mãe Odete construíram uma interpretação importante sobre o modo de organizar e produzir no campo e sobre as pressões que sofrem. Destacam que a principal produção é a de leite, mas que plantam “um cantinho” de feijão para o consumo familiar, pois “nós temos que... é mais produção de leite lá e tem bastante vaca!”. Através deste trecho, no qual relaciona o cantinho de feijão com o grande número de vacas, Pedro e Odete chamam a atenção para a atual organização do trabalho no assentamento. Organização em que a produção de leite exige a utilização da maior parte da terra e do trabalho da família.

Desta forma, o trabalho está organizado pensando a produção de alimento para as vacas de leite e, embora Pedro afirme que a quantidade de feijão plantado ainda é suficiente para a família, atenta para o fato de que são em apenas três pessoas (sua esposa e seu filho) já que seus pais moram na vila rural do Assentamento e sobrevivem com o dinheiro da aposentadoria e do “quintal produtivo”.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Esta relação, de sair em busca de emprego e voltar ao assentamento para administrar os trabalhos e a produção no lote familiar se apresenta em diversos casos e, portanto, será discutida mais detidamente no terceiro capítulo onde abordamos as formas de organização do trabalho e da produção nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan.

<sup>42</sup> Abordamos sobre o “quintal produtivo” no terceiro capítulo. Por ora, importa destacar que neste quintal é produzido feijão, moranga, verduras, frutas, batata doce, milho entre outros alimentos.

Ao acentuar a dificuldade de produzir alimentos, que sempre produziram, como o feijão, em contraponto a necessidade de destinar a área para a produção do leite, Pedro e Odete realçam algumas contradições na produção e no pagamento destas. Parecem indicar para uma das formas de concentração de riqueza que ocorre no campo. Neste sentido, a interpretação dada pela família de forma crítica ao trabalho na cadeia produtiva do leite<sup>43</sup> se aproxima à interpretação que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) faz ao modo de produção capitalista no campo:

Os trabalhadores aumentaram a produção da riqueza, de bens e de produtos no meio rural. Mas ficaram com uma parte cada vez menor do resultado de seu trabalho. Isso se pode medir pelo valor dos salários, pelo preço recebido pelo produtor familiar e pela concentração de renda havida no campo.<sup>44</sup>

A questão do *preço recebido pelo produtor familiar*, destacada pelo Movimento, é um dos problemas, nos relatos das famílias entrevistadas e em alguns relatos da juventude rural, relacionado com a baixa geração de renda. Depreende-se das falas dos assentados que a forma e o que produziam mudou a partir das décadas de 1970 e 1980 e, em muitos casos, dificultou a sobrevivência de muitas famílias numa pequena posse ou propriedade.

Para discutir sobre algumas transformações no e do trabalho no campo o relato de Pedro é expressivo. No caso, a produção de leite no lote tem seu pico em 6 mil litros de leite ao mês e a menor produção é em torno 5 mil litros. O número de animais em lactação também é variável durante o ano, ficando entre 13 e 16 vacas. Cada animal produz 375 litros de leite por mês. Esta média é considerada muito boa e também a qualidade do leite, medida pelo número de bactérias, de água e pela taxa de gordura do leite, é também de boa qualidade. Não obstante esses dois indicadores positivos da produção de leite na unidade de produção familiar, isto não garante uma estabilidade econômica e não livra a família de problemas como a dificuldade de produzir outros alimentos.

---

<sup>43</sup> Compreendemos como cadeia produtiva do leite a relação constituída desde a produção na unidade de produção familiar, envolvendo os gastos de veterinário, de ração, sementes e insumos utilizados na produção de alimentos para os animais, até o seu vínculo com cooperativas e empresas de beneficiamento.

<sup>44</sup> MST. Programa de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Formação N° 23. São Paulo, 1995, p. 09.

Uma das possíveis explicações está na fala de Carlos, que tem 26 anos. Ele trabalha com o plantio de soja no lote, que era de seus pais, mas que, mediante a aposentadoria deles, passaram os trabalhos e a renda provinda dele para Carlos. Ele também trabalha informalmente numa serraria vizinha ao Assentamento Missões. Segundo ele, para somar na renda adquirida com a venda da soja. Ao perguntar a ele sobre como foi a sua decisão de plantar soja, informa sobre a possibilidade almejada por ele em relação à produção de leite e acentua os problemas inerentes aos custos de produção.

Por que o leite na verdade se o cara for colocar tudo na ponta da caneta, pela quantia que é gasto em veterinário, em ração, em luz e água. Por que água aqui no nosso lote não tem. É só essa do artesiano e tem que pagar também. É muito. Vai botar na ponta da caneta o que dá a soja durante o ano, na colheita, daí a aveia a gente também planta e colhe. O cara for botar e dividir por mês dá a mesma coisa que as vacas. E seu for contar o que eu ganho fora, trabalhando fora, passa das vacas! Não adianta o cara ficar em casa pra cuidar das vacas. Daí foi isso daí. Pai e a mãe quando se aposentaram abandonaram! Vendemos tudo.<sup>45</sup>

Ele aponta para o fato de que o gasto em sementes, insumos e veterinário é muito grande e, por vezes, iguala o valor da produção. O custo de produção é alto e depende das oscilações de preço da ração utilizada na alimentação das vacas, das sementes e insumos para o plantio do milho para a silagem e das pastagens. Podemos concluir desta forma que o valor pago pelo litro de leite é muito baixo dado às condições da produção.

Durante a análise das entrevistas dos jovens assentados percebemos a frequente referencia as mudanças na produção e do trabalho no campo em relação ao trabalho “no tempo dos pais”. São também sentidos do trabalho que expressam uma diferença no “cálculo” do que se produz. Enquanto os pais relatam o trabalho e a produção com base na manutenção familiar, os filhos destacam outras formas de organizar o trabalho e destacam a necessidade de uma “autonomia” financeira para organizar o trabalho de forma a maximizar a renda e o resultado do trabalho.

---

<sup>45</sup> CARLOS. Entrevista feita por Ricardo Callegari com Carlos, 26 anos, em Francisco Beltrão em 16 de março de 2014, 34 min.

Para compreender estas questões é necessário averiguarmos como se engendraram algumas mudanças na forma de produzir no campo durante as décadas de 1980 e 1990, incluindo o monopólio da tecnologia, como de máquinas agrícolas.

Assim, a questão central deste capítulo é discutir como ocorreram as mudanças nas relações de trabalho no campo a partir de 1980. O objetivo é compreender como os trabalhadores entrevistados interpretaram o contexto da luta pela terra, das ocupações, das experiências dos acampamentos e a criação dos Assentamentos.

Analisar as transformações do campo no presente, tais como o êxodo da juventude rural e a monocultura, nos remeteram ao passado desta região. Esta metodologia possibilita a identificação de algumas contradições sociais que estes jovens rurais tiveram de enfrentar, junto com seus pais e outras famílias, para permanecerem no campo.

### **1.1 “Nunca plantei feijão deste jeito” – Trabalhadores e as Mudanças na Agricultura do Sudoeste do Paraná.**

A frase que originou o título é de Luis, 80 anos, e refere-se ao momento que seu filho mais velho passou a utilizar agrotóxicos para secar os capins e poder plantar o feijão. Nesta frase expressa um pouco de sua trajetória de trabalho no qual esta não era uma tecnologia utilizada. Seu relato permite que discorramos sobre algumas características da agricultura química e tecnificada, objetivo deste sub-item, e quais as pressões narradas pelos trabalhadores sobre este processo na região.

Tratando da região Sudoeste, segundo dados do IBGE e organizados por Ana Rúbia Galvão, houve um aumento significativo de 211% na área cultivada de soja e 410% a quantidade colhida, a partir de 1980. Sendo que o feijão teve uma queda de 24% da produção na região.<sup>46</sup> Outra mudança significativa é o aumento na produção de aves, se em 1990 a produção na região correspondia a 20% de todo o Estado, em 2001 chegou a 26%, segundo dados organizados pelo IPARDES através dos Censos Agropecuários de 1990 e 2001.

---

<sup>46</sup> GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto. *Possibilidades de valorização multidimensional do território de Francisco Beltrão – PR com vistas ao desenvolvimento local*. Dissertação de mestrado Unioeste, Francisco Beltrão 2009.

Ao analisar os dados coletados pelos Censos Agropecuários do IBGE de 1970 e 1980 encontramos indícios das mudanças no modo de produzir, principalmente pelo aumento na quantidade de máquinas como os tratores. No gráfico a seguir podemos verificar que em 1970 a quantidade de tratores na região era de 185. Enquanto na década seguinte o número aumentou significativamente para 4091 tratores. Um aumento superior a 2000% num período de 10 anos.

**Gráfico 1. Unidades de tratores na região Sudoeste – 1970/1980**

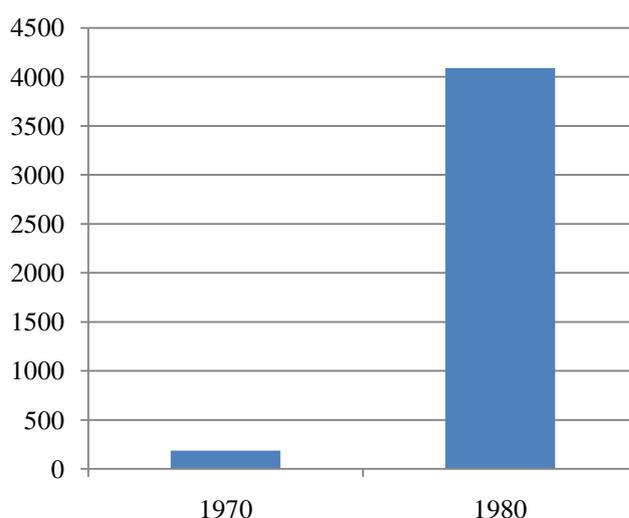


Gráfico organizado pelo autor a partir de dados do IBGE – Censos agropecuários de 1970 e 1980.

Os significados destas novas técnicas e ferramentas de trabalho e produção representaram, para os trabalhadores rurais, mudanças na forma de viver no campo. A respeito destas transformações, o relato do avô de Pedro, Luis de 80 anos, é significativo. Ele migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná, na década de 1960, junto com sua esposa, para o distrito de Piracema, município de Flor da Serra/PR. A característica em sua trajetória de trabalho é sempre ter vivido no campo. Algo que fez questão de afirmar na entrevista. Atualmente, ele mora junto com os pais de Pedro na vila rural do Assentamento Missões.

Luis estava presente durante a produção da entrevista com sua filha e seu neto e narrou um momento de sua vida em que plantavam milho, feijão preto e trigo, na época que moravam na comunidade de Piracema. Ele fez questão de afirmar em seu breve relato que “soja não plantava naquele tempo” e nem utilizava veneno, sendo todo

o trabalho efetuado pela família com enxada, boi e arados. Ele encerrou seu relato com falando sobre o momento em que passou ao filho mais velho os trabalhos na terra que moravam:

Eu fiquei numa idade. Meu filho também estava morando lá na mesma terra, só que morava um pouquinho para baixo. Daí eu disse: “- *Agora tu pode se virar [a] plantar.*” Daí um final de semana ele disse: “- Pai, será que o senhor não vai junto comigo plantar feijão?” “- Onde?” “- Lá em cima, *tem uma pedreira lá.*” Fui junto lá em cima pra plantar feijão. O mato dessa altura [gesticula com a mão destacando a altura de aproximadamente um metro do capim]! Digo: “- *Mas onde é que tu vai plantar feijão?*” “- Aqui no meio do mato.” Digo: “- Mas será que adianta?” “- Adianta!” disse ele, “*Vai plantando feijão, eu vou dessecar.*” “- *Olhe, eu estou com essa idade, nunca plantei feijão no meio de mato assim.*” Alguns dias depois, ele disse: “- Vá lá ver.” Estava tudo sequinho e o feijãozinho em pé estava. E deu feijão.<sup>47</sup>

O processo narrado por Luis remete ao contexto da *mecanização conservadora* do campo, momento em que deixam de usar os arados e os bois para utilizar agrotóxicos, como o secante, lembrado por Luis. Ou seja, se desfazem das ferramentas históricas de trabalho no campo incorporando técnicas “vindas de fora”. Ele relacionou a passagem da administração da terra aos filhos com as mudanças nas relações de trabalho e produção. Ao relatar este momento, utiliza de sua experiência enquanto trabalhador rural, para avaliar a situação e questionar o novo método trazido pelo filho. E, ao final, surpreendeu-se ao dizer que mesmo plantando com o mato daquela altura “deu feijão”. No relato Luis não critica a utilização de agrotóxicos por parte do filho para o plantio do feijão, porém, fez questão de deixar bem claro que “em sua época” não utilizavam esta ferramenta.

Luis, ao destacar na entrevista que o modo como trabalhavam era “no braço” ou “na enxadinha”, comparou com a realidade atual em que o trabalho é feito com base em agrotóxicos e utilização de máquinas como os tratores. Luis percebe e destaca em sua fala o processo de substituição das enxadas pelos tratores. Este processo é problemático para o modo de vida e de trabalho camponês na região por dispensar trabalhadores<sup>48</sup> e, de certo modo, construir outra relação de trabalho sustentada no uso

---

<sup>47</sup> LUIS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Luis, 80 anos, em Francisco Beltrão, 15 de março de 2014, 55 min.

<sup>48</sup> Segundo dados dos Censos Agropecuários de 1985 e 2001, houve uma diminuição de 28,7% de pessoas, membros das famílias, ocupadas e de 59% de trabalhadores temporários.

de técnicas, consideradas, modernas, tais como sementes geneticamente modificadas, insumos e agrotóxicos e adquiridas no mercado de compra.

O contexto que se fez a partir da década de 1970 na região, é a do incentivo à produtividade em grande escala e com utilização de máquinas e insumos químicos. É, também, a partir do período de 1970, que se verificou um aumento significativo no número de financiamentos oferecidos pelo Estado à produção agrícola, o que aumentou ainda mais as contradições e desigualdades sociais no campo na região. Estes financiamentos, feitos pelos proprietários de terras junto aos bancos e organizados por políticas do Estado, exigiam o título de propriedade, algo que 20% de camponeses não possuíam<sup>49</sup> e, assim, não tiveram acesso aos financiamentos. Esta pode ser considerada uma *reorganização produtiva* e ocorreu com a sujeição da *renda da terra* ao capital e com a monopolização das terras e do capital necessário para a produção, deixando à margem ou expropriados deste processo inúmeros camponeses.

Esta relação transformou parte das propriedades camponesas de subsistência e de trabalho em empresas agrícolas integradas as indústrias. Este processo de integração das pequenas unidades de produção familiar evidencia a subordinação do trabalho aos interesses do agronegócio e das indústrias vinculadas a agropecuária que pode ser verificado em longo prazo no caso da família de Luis e Pedro. Também retirou parte dos trabalhadores das terras em que mantinham as relações familiares de trabalho. Dos trabalhadores rurais da região Sudoeste, 43% deixaram o campo entre 1970 e 2010, conforme verificamos na tabela 2, na página seguinte.

Neste processo ocorre a eliminação, ou uma reformulação com maior participação de capital, de algumas formas de trabalho, como os de agregados, meeiros e arrendatários. Relações de trabalho são transformadas no campo e o conhecimento e a forma de acesso às novas técnicas são monopolizadas por arrendatários, proprietários de terras capitalizados e/ou por cooperativas e grandes empresas do setor agropecuário.

A saída da população rural em direção as cidades da região como Francisco Beltrão, ou mesmo cidades como Maravilha, em Santa Catarina, foi significativa e considerada uma das conseqüências da mecanização conservadora. E, neste sentido, a

---

<sup>49</sup> Segundo dados divulgados pelo IPARDES, 2004: “Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

trajetória de vida narrada por Olívio, de 52 anos, é significativa. Olívio é assentado no Assentamento José Eduardo Raduan e participou da ocupação em 1983. Em seu relato notabiliza o limite da reprodução da vida na pequena propriedade de seus pais.

Ele nasceu em Barracão/PR no ano de 1961, onde trabalhava como agregado, junto com seus pais e 08 irmãos. Produziam basicamente toda a sua alimentação nas terras em que trabalhavam. Por razões econômicas, tais como a falta de acesso ao crédito por ser agregado e o endividamento adquirido junto ao proprietário da terra depois de um período de estiagem, decidiram partir e buscar alternativas em outros municípios.

Sua trajetória de vida é marcada por alternativas de trabalho que não se remeteram somente ao campo. Olívio relatou o momento em que sua família foi a Maravilha/SC, onde seu pai passou a “lutar com uma budeguinha” e ele (Olívio) passou a trabalhar recolhendo ferro velho. Neste caso, a cidade se apresentou como possibilidade, mas como salienta, que “não tinha trabalho para nós”, a alternativa encontrada foi a de vender ferro velho. Isto é, sua experiência esteve marcada por relações de trabalho subordinadas. Primeiramente como agregados no município de Barracão/PR e, posteriormente, recolhendo ferro velho em Maravilha/SC.

O caso narrado por Olívio, de buscar alternativas na cidade é uma evidencia das contradições presentes nas relações sociais no rural e, em grande medida assentadas e decorrentes da estrutura agrária, pois assim como a família de Olívio, outras famílias também saíram do campo no decorrer das décadas de 1970 a 2010, como demonstram os dados coletados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010 e dispostos na Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2. População residente por situação do domicílio (variável: pessoas)**

Mesorregião Geográfica e Município	Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	<b>Total</b>	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799
	<b>Urbana</b>	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.804
	<b>Rural</b>	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.845.211	29.829.995
Paraná	<b>Total</b>	6.929.821	7.629.849	8.448.713	9.563.458	10.444.526
	<b>Urbana</b>	2.504.253	4.472.506	6.197.953	7.786.084	8.912.692
	<b>Rural</b>	4.425.568	3.157.343	2.250.760	1.777.374	1.531.834
Sudoeste Paranaense – PR	<b>Total</b>	426.360	468.472	478.126 <sup>50</sup>	472.626	497.127
	<b>Urbana</b>	80.401	166.865	225.666	283.044	345.882
	<b>Rural</b>	345.959	301.607	252.460	189.582	151.245
Francisco Beltrão	<b>Total</b>	36.807	48.765	61.272	67.132	78.943
	<b>Urbana</b>	13.470	28.307	45.622	54.831	67.449
	<b>Rural</b>	23.337	20.458	15.650	12.301	11.494
Marmeleiro	<b>Total</b>	12.651	14.388	17.113	13.665	13.900
	<b>Urbana</b>	2.002	3.258	5.763	7.168	8.824
	<b>Rural</b>	10.649	11.130	11.350	6.497	5.076

Tabela organizada pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IBGE nos Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Observamos que a população rural diminuiu neste período em 48% no município de Francisco Beltrão, e no município de Marmeleiro a diminuição foi de mais de 45%. A nível regional a percentagem foi de 44% e a nível estadual a diminuição foi de 35%. Em ambos os casos houve diminuição da população rural e o aumento da população urbana.

Buscar os centros urbanos e o que eles oferecem é uma característica histórica das populações, porém há uma vertiginosa saída durante o período pesquisado. Karl Marx ao discutir sobre a renda da terra apontou para este movimento de *proletarização* e situou-o como um movimento do modo capitalista de produção, que “libera da produção dos meios imediatos de subsistência parte cada vez maior da sociedade”.<sup>51</sup>

O município de Marmeleiro é único da região em que há um aumento da população rural entre as décadas de 1970, 1980 até 1991, porém com uma diminuição de 54% durante o período de 1991 a 2010, superior a média estadual que foi de 32% para o mesmo período. Este aumento da população rural no município de Marmeleiro

<sup>50</sup> As décadas de 1970 e 1980 não possuem dados tais municípios: Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguazu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Cruzeiro do Iguazu, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguazu, Pinhal de São Bento, Pranchita, Saudade do Iguazu e Sulina.

<sup>51</sup> MARX, Karl. *A renda da terra*. In O capital: crítica a economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI; tradução Reginaldo Sant’Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 1041.

pode ser compreendido por dois motivos: o primeiro é o fato de que a mecanização é mais tardia, se acentuando na década de 1990, possibilitando que as relações de trabalho e produção marcadas pela presença de agregados permaneçam. O segundo, e que está relacionado ao primeiro, é o fato de que na década de 1980 ocorreu a ocupação da fazenda Anoni por mais de 600 famílias de Sem Terras da região, contribuindo para o aumento da população rural, ou ao menos sua manutenção.

A concentração fundiária e a diminuição de estabelecimentos rurais na região durante o período de 1980 a 1996, como demonstram os mesmos dados do IBGE, acentuam a saída da população do campo. Cerca de nove mil e dezesseis estabelecimentos familiares<sup>52</sup> foram concentrados, isto é, 81.795 hectares. Cerca de 20% do total de estabelecimentos de 1970 foram incorporados por proprietários com maior poder aquisitivo até 1996.

**Tabela 3. Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná – número de estabelecimentos e área em hectares (ha)**

Estratos de área (ha)	1980		1985		1995/96		2006	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 10	22.119	114.720	21.738	115.222	15.972	89.226	20.099	100.229
10 a menos de 20	12.036	172.151	11.652	166.136	10.270	147.518	11.952	170.977
20 a menos de 50	7.968	235.754	7.403	217.315	6.865	204.086	8.042	241.781
50 a 200	1.770	146.414	1.707	141.393	1.792	152.396	2.886	250.275
200 a 500	122	36.381	164	47.346	219	65.182	390	114.850
500 e mais	43	51.683	35	38.423	46	40.790	92	258.368
Total	44.058	757.103	42.699	725.835	35.164	699.198	43.461	1.136,480

Tabela organizada pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IBGE nos Censos Demográficos de 1980, 1985, 1996, 2006.

Este aumento poderia ser ainda maior se não houvesse a resistência organizada de milhares de trabalhadores rurais da região. Além das fazendas Anoni e Perseverança, em Marmeleiro, a da fazenda Imaribo, em Mangueirinha, são exemplos de ocupações de terra que ocorreram na década de 1980 na região Sudoeste e que foram transformadas em assentamentos. Durante a década de 1990 seguiram outras diversas ocupações, como

<sup>52</sup> Para fins de classificação socioeconômica considera-se que os estabelecimentos com até 50 hectares, pela predominância do trabalho familiar, constituem a categoria de agricultores familiares. (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense, 2004.

a da fazenda Marrecas e Colônia Missões, o que também contribuiu para o assentamento de famílias Sem Terras.

Durante o período de 1995 a 2006 houve, por um lado, aumento no número de estabelecimentos e de área ocupada pelas pequenas propriedades. No ano de 1996 o número de estabelecimentos no estrato abaixo de 50 hectares somava 33.107, enquanto que no ano de 2006 o número subiu para 40.093 estabelecimentos. Estes estabelecimentos ocupavam 512.987 hectares de terras, ou seja, 45% da área ocupada na região estavam no estrato social abaixo de 50 hectares e 92% do número de estabelecimentos correspondia a pequenas propriedades.

Por outro lado, o aumento de estabelecimentos e da área ocupada no estrato acima de 50 hectares é ainda mais significativo. Neste estrato 3.368 estabelecimentos controlam 623.493 hectares de terra. Ou seja, 7,75% dos estabelecimentos controlam 55% das terras na região. A área ocupada pelas terras acima de 500 hectares são duas vezes mais que a área ocupada pelo estrato menor que 10 hectares, mesmo este último correspondendo a 46,25% do número total de estabelecimentos. O que evidencia uma grande concentração fundiária, por isso a importância das ocupações.

## **1.2 “As ocupações são ilegais, mas são justas”: camponeses em movimento.**

O termo *movimento* expressa, ao menos, dois sentidos. O primeiro é movimento enquanto deslocamento, que é uma característica presente na trajetória de vida dos trabalhadores pesquisados. O segundo, que pode estar relacionado ao primeiro, expressa a organização social dos trabalhadores em um Movimento social organizado, como o MST, por exemplo. Os dois se relacionam quando os sujeitos, ao construírem práticas e formas de luta, se colocam como agentes de sua própria história, se movimentando e construindo uma relação de identidade com trabalhadores de semelhante experiência.<sup>53</sup>

As ocupações da fazenda Anoni, em 1983, e da fazenda Marrecas, em 1997, foram construídas em momentos distintos e tiveram práticas distintas de organização e nos informam sobre as pressões que os trabalhadores sem-terra sofreram. E, por outro

---

<sup>53</sup> Partimos dos pressupostos de identidade e consciência de classe desenvolvidos por Thompson (1987), não como um movimento mecânico, mas em um formar-se enquanto classe consciente através das experiências comuns, isto é, em movimento conflituoso.

lado, evidenciam as profundas transformações no modo de vida no campo, aproximando os trabalhadores sem-terra em torno da luta pela terra. Neste sentido, a fala de Lucas, de 30 anos, é representativa. Ele é dirigente do MST na região e, em uma das reuniões a qual estávamos presente e que foram feitas na comunidade de Santo Antonio, no Assentamento José Eduardo Raduan, expressou o significado da ocupação da fazenda Anoni.

*A condição que ocorreu a ocupação da fazenda Anoni e as ferramentas de luta construídas pelas famílias aqui acampadas, serviu de experiência, em termos de organização, para os movimentos posteriores de ocupação. Esta que foi a primeira ocupação do Estado. Passaram mais de 05 mil famílias neste território, em todos os Assentamentos do Paraná você encontra alguém que passou por aqui.*<sup>54</sup>

Esta interpretação é significativa. Lucas assinalou para a importância da organização coletiva das famílias. Além disto, destacou como ela inspirou a organização de outras famílias e reacendeu de forma prática a discussão sobre a reforma agrária na região. Ao afirmar que “serviu de experiência em termos de organização”, chamou a atenção para a importância dos acampamentos dos Sem Terra, erguidos fora e dentro da fazenda, tiveram para a organização coletiva das famílias. A constituição de acampamentos se tornou uma prática social fundamental para os movimentos de luta pela terra posteriores a ocupação da fazenda Anoni. Se num primeiro momento desta ocupação as famílias foram adentrando a área da fazenda, após serem expulsas pelos jagunços, construíram o acampamento para se fortalecerem na luta.

Outra questão que perpassa seu relato é o número de famílias que passaram durante os quinze anos de acampamento da fazenda Anoni. Esta é uma importante dimensão da luta pela terra na área e sucintas questões como as diversas dificuldades que as famílias, em geral, tiveram de enfrentar. Por outro lado, ao trazer o número de 05 mil pessoas, expressa, embora não em números exatos, o intenso movimento e fluxo de trabalhadores sem-terras que passaram pela área até esta ser regularizada. Isto, de certa forma, tem consequências para a unidade das famílias em luta e evidencia as dificuldades de organização.

---

<sup>54</sup> LUCAS. Entrevista feita por Ricardo Callegari com Lucas, 30 anos, em Marmeleiro, em 17 de setembro de 2014, 68 min.

Para, além disto, o número de famílias que passaram pela ocupação e pelo período de acampamento e agora de Assentamento, é difícil de ser calculado, pois, em raros momentos, calcular o número exato tenha sido uma preocupação das famílias acampadas na Anoni. No cálculo feito por Lucas, o número representa o grande volume de trabalhadores que buscaram um pedaço de terra e, por outro lado, evidencia o problema social da questão agrária. Podemos compreender que para efetuar a conta, Lucas levou em consideração a sua experiência política construída nos assentamentos do Paraná, ao passo que supostamente encontrava famílias ocupantes da Anoni.

Neste sentido, motivados pela leitura de Raymond Willians, partimos do pressuposto de que a perspectiva histórica construída por Lucas e pelos trabalhadores possui maior necessidade de investigação, do que a veracidade histórica dos dados levantados por eles.<sup>55</sup> Ao trazer o número e a afirmação de que em todos os assentamentos do Paraná há famílias que participaram da ocupação da fazenda Anoni, Lucas notabiliza a dimensão que aquela ocupação teve para a luta por reforma agrária e para a constituição de movimentos sociais de trabalhadores rurais.

Por outro lado, é importante destacar que a ocupação de terras é uma prática social historicamente utilizada por camponeses de diversos lugares do mundo para reproduzirem seus modos de vida e de trabalho no campo. Hobsbawm localiza esta enquanto uma ferramenta histórica construída pelos camponeses do Peru<sup>56</sup>.

Em Capitão Swing<sup>57</sup>, Hobsbawm analisou os levantes de 1830 organizados pelos trabalhadores rurais da Inglaterra. O autor destacou como as ocupações e incêndios a celeiros eram práticas sociais construídas pelos camponeses para resistir às pressões e transformações daquele período como a mecanização, a tecnificação da produção agrícola e o monopólio das terras.

Davi Félix Schreiner, ao identificar a quantidade de ocupações construídas na região Sudoeste e Oeste do Paraná e, ao analisar o significado que estas práticas tiveram na vida das famílias de sem terras envolvidas, designando-a de “enfrentamento coletivo

---

<sup>55</sup> WILLIANS, Raymond. *Campo e cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>56</sup> HOBSBAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

<sup>57</sup> HOBSBAWM, Eric; RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

direto”.<sup>58</sup> Também discutiu como esta prática foi seguida de outra: a constituição de acampamentos. O autor refletiu sobre como esta prática foi construída ao longo da experiência de luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais, sendo uma importante estratégia de luta.

A Revolta dos Posseiros, confronto entre posseiros e companhias de terra ocorrido em 1957, no Sudoeste do Paraná, por exemplo, pode ser considerado um sinônimo de enfrentamento coletivo direto, sem, no entanto, utilizar da prática de ocupações de terras. Segundo Iria Zanoni Gomes<sup>59</sup> os documentos de terras reivindicados pela Clevelandia Industrial Territorial Limitada (CITLA) tinham origem nas grilagens praticadas junto aos cartórios da região. Este litígio, por parte das companhias, que envolvia também o governo de Moysés Lupion, fez eclodir a Revolta dos Posseiros de 1957 em que os camponeses tomaram a sede das companhias de terras, destruíram os documentos grilados e expulsaram-nas da região.<sup>60</sup>

A Revolta dos Posseiros de 1957, segundo Ruy Cristovam Wachowicz,<sup>61</sup> Aurélio Vianna,<sup>62</sup> e Iria Zanoni Gomes, contribuiu para desenvolver “o perfil fundiário da região, com uma grande concentração de propriedades de até cinquenta hectares”,<sup>63</sup> o que não livrou a região de contradições sociais nem de concentração de terras produzidas no contexto da mecanização e tecnificação da produção agrícola a partir da segunda metade dos anos de 1960. Segundo dados obtidos pelos Censos Demográficos de 1980 a 2006 (Tabela 2) a região Sudoeste na década de 1980 possuía uma área total ocupada de 757.103 hectares, sendo que 522.625 hectares (69%) se concentravam em propriedades abaixo de 50 hectares. No ano de 1995, porém, percebemos que o número de área ocupada diminuiu para 699.198 hectares (8% a menos) e a área ocupada pelas propriedades familiares diminuiu para 440.830 hectares, enquanto a área ocupada no estrato acima de 50 hectares aumentou para 258.368.

---

<sup>58</sup> Sobre a noção de “enfrentamento coletivo direto” ver SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

<sup>59</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

<sup>60</sup> Para mais informações sobre a Revolta dos Posseiros de 1957 ver: WACHOWICZ (1987); FERES (1990); SCHREINER (2002); GOMES (2005); PEGORARO (2008).

<sup>61</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2 ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

<sup>62</sup> VIANNA, Aurélio. *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

<sup>63</sup> VIANNA, Aurélio. *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990, p. 15.

Em relação ao número de estabelecimentos durante o mesmo período vemos a diminuição das pequenas propriedades familiares (menos de 50 hectares) e aumento significativo do número de propriedades acima de 200 e abaixo de 500 hectares, além do aumento da área ocupada por elas. Este movimento foi resultado da compra de terras por grandes proprietários, o que resultou na ampliação da concentração da propriedade da terra e no êxodo de população do campo. Ou seja, verificamos o aumento na área ocupada e no número de propriedades familiares durante o período de 1995 a 2006.

Ao nos reportarmos às últimas três décadas, como demonstram os dados coletados pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), entre 1988 e 2011, observamos que ocorreram 684 ocupações de fazendas no Paraná e envolveram 87.073 famílias.<sup>64</sup>

A falta de terra era dificuldade em comum para os grupos de Sem Terras que ocuparam as fazendas Anoni e Marrecas. As ocupações foram práticas construídas coletivamente como forma de acessá-la e garantir a permanência no campo. O período de criação do Assentamento José Eduardo Raduan foi mais conflituoso e demorado em relação ao Assentamento Missões, mas os Sem Terras de ambos os Assentamentos construíram práticas e relações de trabalho, tais como a erva cancheada, a horta comunitária, produção coletiva e a diversificação da produção que remontam suas experiências individuais e coletivas advindas de seus modos de vida do campo e das contradições em que os viveres de trabalhar na terra se encontravam.

### **1.3 Ocupações como forma de (re)produção da vida no campo: as (Re)ocupações da Fazenda Anoni.**

A criação do Assentamento José Eduardo Raduan foi significativa para a luta pela terra na região. Segundo dados coletados pelos próprios trabalhadores sem terra no ato da ocupação da fazenda Anoni e disponibilizados no boletim *O Alerta*<sup>65</sup>, 648 famílias participaram da ocupação, cerca de quatro mil trabalhadores sem-terras. Porém, sua importância não está relacionada somente à quantidade de famílias envolvidas, mas também ao momento histórico em que ela ocorreu e as ferramentas construídas durante

---

<sup>64</sup> DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012. GEOLUTAS/NERA. [www.unioeste.br/projetos/geolutas](http://www.unioeste.br/projetos/geolutas).

<sup>65</sup> Sobre o jornal *O Alerta* consultar nota de rodapé número 3.

os seus quinze anos de acampamento, tais como o acampamento, organizado depois da primeira tentativa de ocupação da fazenda, assim como as práticas de trabalho voluntário e coletivo, como a horta comunitária.

A ocupação da Anoni revigorou a luta contra a concentração fundiária na região e recolocou a reforma agrária em pauta. O telex expedido a Danilo Venturini (Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários), em 1984, pelo governador José Richa, requerendo a “intervenção do INCRA nas negociações” e “sustando a ordem de despejo emitido pela Justiça do Paraná”, demonstra a repercussão que a ocupação teve no período.

A partir dela, diversos sem-terras se organizaram em movimentos sociais para reivindicar e exigir a reforma agrária, utilizando a ocupação de fazendas improdutivas como forma de pressionar o Estado para que as desapropriasse. Também contribuiu para a formação e a organização de movimentos como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), em 1983, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984.

A fazenda acima citada possuía 4.334 (quatro mil trezentos e trinta e quatro) hectares e localizava-se no município de Marmeleiro, sendo limítrofe com o município de Campo Êre/SC. Ela já tinha sido desapropriada desde 31 de março de 1980, conforme Decreto nº 84.603, expedido pelo Governo Federal, porém sem nenhuma ação efetiva à execução da reforma agrária e o assentamento das famílias sem-terras na área.

Durante as entrevistas, os assentados citaram, freqüentemente, que a ocupação foi a alternativa necessária para a permanência no campo. A assentada Noeli, de 66 anos e nascida no Rio Grande do Sul, tem sua experiência de vida marcada pelas dificuldades e perspectivas de quem sempre morou e trabalhou no campo. Ela, junto com sua família, veio morar no Paraná em 1972, e foi para uma localidade de São Roque.<sup>66</sup> Ao perguntar como era em São Roque ela narra a condição de vida e de trabalho.

Em São Roque era bem difícil. Quando eu vim morar era puro mato, puro, puro mato! Daí eu vim morar com o finado sogro e eles não tinham, bem dizer, plano nenhum. Tinha bastante onde plantar, mas plantavam pouco e aí a gente se encontrou em um monte de... Eu passei um monte de dificuldades, *passei até fome!* [Longo silêncio] [No distrito de] Jacutinga, nós moramos acho que uns... Três anos

---

<sup>66</sup> Distrito que hoje pertence a Flor da Serra, na época era pertencente a Marmeleiro.

acho que no Jacutinga. E viemos morar no São Roque de volta. Aí de São Roque que viemos pra cá. *Daí no São Roque nós éramos agregados. E o agregado, quando nós tínhamos um pezinho de fruta pra começar a comer nós tínhamos que sair dali e ir para outro lugar! Fomos e fomos, comprar nós não podia daí que viemos pra cá. Daí viemos pra cá.*<sup>67</sup>

Em seu relato, para informar o motivo pelo qual foi ao acampamento, Noeli narrou sua trajetória de vida e destacou as diversas vezes que teve que se deslocar por propriedades da região em busca de trabalho e moradia. Ela relatou as diversas dificuldades econômicas que passaram nos primeiros anos, período em que passaram a exercer suas atividades como agregados. Muitos migrantes que ocuparam a região Sudoeste vieram de regiões como Santa Catarina e Rio Grande do Sul e por não terem condições de comprar um pedaço de terra, passaram a exercer esta relação de agregado.

O agregado era um trabalhador que morava e plantava, junto com sua família, em propriedades de agricultores que lhes pagam uma renda para que a terra seja utilizada. É uma relação de trabalho subordinado na qual a maioria dos ocupantes da fazenda Anoni participaram ou que em algum momento das suas trajetórias de vida tinham praticado. A respeito desta relação de agregado, Noeli avalia seus limites ao afirmar que deviam sair quando o dono das terras assim exigisse, restando a alternativa de “ir para outro lugar”.

Ao relacionar o pezinho de fruta Noeli questionou o caráter injusto que havia nesta relação de trabalho. Informa que para a árvore dar frutos, era necessário plantá-la e a cuidar. Depois de trabalhar a terra para plantá-la “você é mandado embora”. Ela destaca que não é só ir para outro lugar, mas é abandonar todo o trabalho empregado naquele local. Em sua trajetória de vida estão presentes períodos de trabalho em terras nos distritos da região, como São Roque e na Jacutinga.<sup>68</sup> Ao serem obrigados a saírem delas, ela e sua família decidiram participar da luta por um pedaço de terra, o que se fez por meio da ocupação da fazenda Anoni.

Por outro lado, a trajetória de vida e de trabalho no campo, relatado por Olívio ressalta a experiência de filhos de camponeses que se depararam com o limite da

---

<sup>67</sup> NOELI. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Noeli, 64 anos; João, 66 anos, em Marmeleiro, 12 de jan. 2012.

<sup>68</sup> Distrito pertencente ao município de Francisco Beltrão.

reprodução social na terra em que trabalhavam com os pais, por ser muito pequena. Ele narrou como foi a decisão de ocupar a fazenda Anoni.

[Em Campo Êre] Fiquei um tempo ali com o pai. *Daí quando surgiu a oportunidade de vir aqui pra cá*, na Anoni, isso foi em [19]83, não lembro o dia, eu disse pro pai e a mãe: "- Eu vou ir pra lá". Daí *tinha uns vizinhos que tinham vindo e me convidaram*. "Eu vou lá ver se consigo uma terra pra mim". No momento assim eles não queriam: "- Deus o livre", a mãe ficou tipo... "- *Mas eu vou ter que arriscar! A gente não tem... O sitiozinho aqui não dá pra nós, é pequenininho*".<sup>69</sup>

Em sua narrativa podemos perceber o desejo de permanecer no campo, algo, porém, inviabilizado pelo tamanho do sítio no qual a família morava e trabalhava (eram sete integrantes). Ao utilizar o termo “*oportunidade*” remete a decisão de participar da ocupação como forma de (re)produzir a vida e o trabalho na terra. Diante da quantidade de terra insuficiente para eles e a falta de condições financeiras para comprar mais, a “*oportunidade de ir para a ocupação*” era uma alternativa encontrada.

Olívio, ao relatar sua decisão, relacionou como foi a reação da família. Ao descrever que “no momento eles não queriam” Olívio demonstrou como a decisão foi debatida várias vezes entre eles e que não restavam muitas alternativas. Além disto, o medo presente na reação da mãe concatenava com o “*me arriscar*” e reflete a incerteza da alternativa encontrada e de qual seriam a reação da sociedade de Marmeleiro, em especial a do dono da fazenda. O temor da possibilidade da repressão à prática de ocupar a fazenda assustava as famílias de trabalhadores sem terra.

O contato com vizinhos e pessoas de entidades como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Campo Êre foram importantes para a decisão de participar da ocupação. E, como vimos, no caso narrado por Olívio e Noeli, a ocupação da fazenda Anoni foi uma alternativa encontrada para a (re)produção e de (re)construção da vida no campo.

Este processo de ocupação da fazenda foi uma experiência marcada pela violência dos jagunços que visavam expulsar os ocupantes, a mando da família Anoni. A ocupação ocorreu em duas etapas e se ramificou durante os anos de acampamento no interior da fazenda. O período do “primeiro” acampamento foi curto, ou seja, logo os

---

<sup>69</sup> OLÍVIO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 23 anos e Douglas 21 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012.

acampados se espalharam pelas terras da fazenda e passaram a erguer os barracos para moradia. A ida, para o que seria o lote, foi na verdade, a primeira, pois numa tentativa por parte da família Anoni, dona da fazenda, de retomá-la para si novamente, ocorreu o primeiro ataque violento no dia 21/07/1983, em que os jagunços, a mando da família ex-proprietária da fazenda, destruíram as casas, os barracos das famílias que foram obrigadas a fugir para o mato. Neste ataque, os jagunços liderados por João Icarton, assassinaram o sem-terra João de Paula, de 53 anos, que tinha esposa e nove filhos. No mesmo dia, 21 de julho de 1983, destruíram as casas e furaram as panelas dos acampados para que não pudessem mais fazer comida.

Ao perguntar a Olívio sobre a atuação dos jagunços, ele respondeu:

*Agora não lembro o dia que foi, bateu os pistoleiros. Foi muito grande a destruição! Bateram e o pessoal que eles conseguiam pegar, não foi muito porque a maioria foi pro mato. Mas nos acampamentos eles passaram queimando os acampamentos. As casinhas que tinham que tivessem uma panela, que não queimasse, de ferro, eles davam um tiro no fundo!*<sup>70</sup>

Na narrativa de Olívio à condição de violência e insegurança no tempo e espaço do acampamento foi frequentemente lembrada. Ele narrou o momento que ele e outros Sem Terra foram expulsos de dentro da fazenda pelos pistoleiros. Neste primeiro fragmento, relacionou a violência com as consequências mais imediatas possíveis: não tinham onde morar e nem onde comer. Sua fala expressou o sofrimento e a situação de marginalidade a qual viveram naquele momento.

José Vicente Tavares dos Santos destacou a importância de considerar que a violência, se abordada pela historiografia a partir da índole dos jagunços, pistoleiros e suas personalidades individualizadas, isenta os latifundiários, a classe dominante agrária e seu projeto político, pois o “pistoleiro é a materialização de um ato com vários personagens encobertos (...) e toda uma rede de proteção pertencente à classe dominante”.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> OLÍVIO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 23 anos e Douglas 21 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012.

<sup>71</sup> SANTOS, José V. T. dos. *Conflitos agrários e violência no Brasil: Agentes sociais, lutas pela terra e Reforma Agrária*. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>, acesso em 10/09/2014.

Assim sendo, nestes confrontos ficou evidente a violência política exercida pela classe dominante, o que servia para “provocar efeito de demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos” uma “tecnologia de poder eficiente”<sup>72</sup> e que é “alimentada pela impunidade”.

Ao explicar para onde os acampados foram ao serem expulsos pelos jagunços, Olívio retoma a insegurança do acampamento e expressa como foi a condição da re-ocupação:

Ocuparam de volta. Então ficaram mais um tempo de novo acampado aqui em baixo no mesmo São Domingos. Fizeram acampamento e ficou um tempo. Daí resolveram depois de um tempo, se distribuíram de novo pra, pra lutar. Nós fomos e pegamos um sítio um pouco pra cá de onde nós estávamos, mas pertence pra [Comunidade Nossa Senhora de] Fátima, bem lá em cima. Ali continuou a luta. *Daí aquela folia de despejo, só que o pessoal já começou a plantar, a fazer umas rocinhas, a plantar. Nós tínhamos uma rocinha. Mas era a cada poucos dias folia de despejo, aquela correria.* Só que o pessoal começava a se unir, se uniu. A qualquer coisinha dava um grito e o povo se reunia e vinha mesmo.<sup>73</sup>

Nesta passagem do relato Olívio realçou a condição de instabilidade vivida no espaço do acampamento onde “a cada poucos dias [havia] folia de despejo”. Este momento de sua narrativa é importante, pois evidencia a condição daquele momento. Sua interpretação nos faz pensar sobre as conseqüências cotidianas das ameaças de despejo. Ao narrar sobre a situação de instabilidade do acampamento, a relaciona com as conseqüências para o trabalho feito nas “rocinhas” e para o fato de que não havia garantias de que poderiam ficar na área e nem com o fruto do trabalho efetuado na terra. Esta condição, segundo Olívio, fortaleceu os laços de solidariedade entre as famílias.

A narrativa de Sueli, esposa de Olívio e militante do MST, sobre o momento de enfrentamento com os jagunços, é similar. Porém, ela destacou aspectos mais relacionados à organização coletiva das famílias.

*E aí começou o pessoal se organizar e lutar para defender o seu povo. Que era contra os pistoleiros que estavam ali atuando no momento. E aí teve muitas mobilizações, teve até um encontro, não lembro que*

---

<sup>72</sup> BARREIRA Apud SANTOS, 2000, p. 03.

<sup>73</sup> OLÍVIO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 23 anos e Douglas 21 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012.

ano que foi, ali na Barra Bonita, na comunidade da Barra Bonita, que veio muitas entidades, deputados, igreja, sindicatos, a ASSESOAR<sup>74</sup>, várias entidades de vários lugares, na época. E aí foi feita uma grande assembleia contestando isso, como forma de... Dizia: ‘- Oh, o povo que tá aqui é um povo trabalhador, só quer viver na terra’.<sup>75</sup>

Ao relatar os conflitos com os jagunços, Sueli expressou como a relação de identidade de classe se constrói. Quando se percebem como sujeitos envolvidos em processos semelhantes em que o direito de “viver na terra” era negado pelo Estado e pelo dono da fazenda, se impõem a necessidade de defender *o seu povo*. Esta identidade coletiva foi evidenciada ao passo que os jagunços assassinaram o acampado João de Paula, o que, segundo Sueli, causou “bastante revolta” e motivou a organização para se defenderem, com mobilizações e assembleias. Afinal, eram “contra os pistoleiros que estavam ali atuando” e que queriam “viver na terra”.

E para além da ação imediata contra os pistoleiros, Sueli faz questão de destacar o apoio dos movimentos sociais, o que refletiu na intensificação da luta por terra, tanto que em sua fala estão presentes advérbios de intensidade como *muitas mobilizações e muitas entidades*, ou ainda pronomes indefinidos que indicam quantidade e multiplicidade como *várias entidades de vários lugares*.

Schreiner, ao se referir ao espaço da ocupação e do acampamento, em sua pesquisa sobre a questão agrária no Oeste e no Sudoeste do Paraná, destacou as diferenças nas formas de narrar dos assentados e como elas são permeadas pelas vivências, condição social e econômica do contexto.

Trata-se de uma ação de ruptura momentânea da legalidade e de um instrumento político de pressão para exigir a desapropriação de propriedades que não cumprem com sua função social. Talvez por isso, em decorrência das relações de solidariedade tecidas nesses espaços e tempos, o acampamento e a ocupação sejam os momentos de luta mais

---

<sup>74</sup>Associação de Estudos e Orientação Rural - criada em 1966, por influência da Igreja Católica, fundada por padres belgas que imbuídos do Concílio Vaticano II, que buscavam uma maior participação dos leigos na igreja e na sociedade e passaram a contribuir para a educação, formação e orientação pro campo. Porém, é quando ela rompe com a ala liberal da Igreja Católica, por volta de 1980 que estava ligada a doutrina social cristã, é que sua atuação frente aos problemas fundiários se torna mais ativa. Sendo seus ideais influenciados pela Teologia da Libertação, que existia em quase todo o país desde 1970, ela passa a atuar junto com a CPT e discutir nas Comunidades Eclesiais de Base outras perspectivas, na maioria das vezes atentando para a importância de uma organização dos colonos para enfrentar os problemas que eram semelhantes em quase toda a região. Para mais consultar: ALVES, Adilson Francelino. *Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)*. Tese de doutorado UFSC, 2008.

<sup>75</sup> SUELI. Entrevista produzida com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 23 anos e Leandro 21 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012.

rememorados nas entrevistas, nos encontros de formação, nas reuniões dos assentados e nas conversas em rodas de chimarrão. O enfrentamento à repressão e a participação de todos na tomada das decisões, contribuem para o questionamento das relações de subordinação.<sup>76</sup>

Nesta direção, para permanecer no acampamento, os Sem Terra passaram a denunciar os jagunços e a violência no processo de ocupação de maneira coletiva. Neste sentido, práticas como as reuniões e assembleias com todos os acampados e lideranças dos movimentos sociais da região tinham o objetivo de manter o “povo organizado” e conseguir apoio de outros movimentos. Estas relações de solidariedade e o enfrentamento contra a repressão foram visualizadas por Sueli em seu relato.

A assembleia que Sueli cita ocorreu no dia 17/11/1984 (Imagem 2) e o objetivo da mobilização foi de buscar apoio contra as ameaças de despejo e violência praticada pelo dono da fazenda, assim como de fortalecer a luta pelo acesso a terra. Nela estavam presentes entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) e representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região.

---

<sup>76</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

**Imagem 2. Reunião no acampamento em 1984**



Fonte: Arquivo pessoal de Jaime e Arlete Callegari

A frase na faixa é significativa para dialogarmos com a visão de mundo dos sem terras que ocuparam a fazenda Anoni. Na época esta prática de ocupação de fazendas improdutivas era judicialmente ilegal e violentamente reprimida pelos governos e latifundiários. No entanto, os Sem Terra construíram a prática social da ocupação, enfrentaram e questionaram a regra construída e imposta pelo grupo agrário dominante, a respeito da propriedade privada, que consistia no acesso a terra mediante compra. A frase chama atenção pelo reconhecimento da ilegalidade, assim como o argumento da justiça calcado nos valores morais de camponeses que viviam do trabalho no campo e que, naquele momento, estavam sem lugar para morar e trabalhar.

Howard Becker nos ajuda a compreender esta relação através da análise dos grupos “desviantes” ou “outsiders”. Segundo o autor, “todo grupo social constrói regras que devem ser cumpridas”,<sup>77</sup> sendo que aqueles que as infringem são os desviantes. No caso por nós pesquisado a regra socialmente hegemônica, remete-se a propriedade privada e o acesso a ela mediante compra. Compreendemos que os Sem Terras seriam

---

<sup>77</sup> BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 15.

os “desviantes” desta regra ao passo que reivindicavam a terra através da ocupação e criticando a improdutividade e a concentração de terras.

Além disto, ao recordarmos o relato de Sueli quando afirma que eram um povo trabalhador e que possuíam o desejo de viver na terra, possibilita pensarmos sobre este direito negado a eles. Desta forma, o direito a terra não é vislumbrado por ela somente pelo “sofrimento” ou “violência” que enfrentaram, mas justifica-se pelo fato de estarem no presente. Afinal, são trabalhadores que amparam sua reivindicação em suas trajetórias de vida, em experiências do passado, mas reivindicam terra por que estão no presente e não por que sofreram no passado.

Após a expulsão da fazenda constituíram o acampamento fora da área da Anoni, na localidade de Bom Jesus (distrito de Marmeleiro) como forma de reunir mais famílias na luta pela terra. O acampamento teve duração de um mês e foi importante por servir de alicerce para a construção do MASTES, no final de 1983, e para a ampliação do apoio das entidades e movimentos sociais aos ocupantes.

A segunda ocupação da fazenda Anoni realizada no dia 22 de setembro de 1983, ao passo que os acampados se reuniram no interior da fazenda por um tempo e, posteriormente, se espalharam pela área onde passaram a trabalhar e produzir. Este momento, porém, não eximiu os Sem Terras das dificuldades em fazer a terra produzir, pois necessitavam preparar a terra, além de adquirir sementes. Precisavam de ferramentas e recursos financeiros que não dispunham.

Podemos concluir que os acampamentos foram formas de lutas construídas pelo MST, com famílias de trabalhadores sem terras para organizar e fortalecer a luta por terra e por reforma agrária. No caso do Assentamento José Eduardo Raduan o acampamento, foi construído dentro da fazenda e, após o despejo, na beira da rodovia. Após realizarem a ocupação definitiva, em setembro, houve a construção do acampamento novamente no interior da fazenda (onde hoje é a comunidade Santo Agostinho).

Basicamente duas formas de acampamentos foram construídas pelos trabalhadores que ocuparam as áreas: em beira de rodovias e dentro da área ocupada. Nesta última os trabalhadores se concentraram em um determinado local e, após alguns

meses, tomaram posse de uma porção de terra onde passaram a trabalhar e a produzir até a regularização dos lotes em 1998.

#### **1.4 “Ocupar, resistir e produzir”: o trabalho e o acampamento na fazenda ocupada**

Esta frase refere-se ao tema cunhado no II Congresso Nacional do MST em 1990. Ela expressa a interpretação dos trabalhadores, organizados no MST, sobre a necessidade de continuação da luta coletiva devido à condição dos programas de reforma agrária firmados pelos governos. Este tema expressa também, um pouco das diretrizes tiradas no congresso do movimento e dá base às bandeiras e pautas das novas lutas a serem empreendidas.

O período de acampamento da fazenda Anoni, tendo em vista a duração de quinze anos, exigiu que as famílias construíssem alternativas, individuais ou coletivas, de resistir e de produzir, possibilitando a permanência na área ocupada.

Noeli e João são casados e assentados do Assentamento José Eduardo Raduan. Suas trajetórias de vida foram marcadas pelos trabalhos como agregados, relação de trabalho que foi constantemente criticada pelo casal. A entrevista produzida com eles foi peculiar pela dinâmica construída pelo casal para contarem sobre a ocupação e o cotidiano do Assentamento. No andamento da entrevista, a característica do diálogo entre os dois foi marcante. Conforme as perguntas eram feitas, Noeli e João, sentados um de frente para o outro, complementavam a fala ou discordavam de um ponto ou outro. Ao dialogarem não estavam “simplesmente” respondendo as minhas perguntas, estavam rememorando o que vivenciaram coletivamente, enquanto família.

Ao perguntar sobre como está a situação atual do Assentamento, eles relacionam às condições sociais de trabalho com a manutenção da família desde o período de acampamento.

Noeli: Ah, melhorou agora, depois que nós somos aposentados na verdade. Mas, antes, não, porque... Por causa que nós entramos aqui [e] a *piazada era tudo pequena*. Nós não tínhamos condições nem de começar a trabalhar eu já digo. Porque nós trouxemos *a junta de criação de lá* [do São Roque], mas chegamos *aqui não tinha comida suficiente* pra dar pra eles e bem no fim *tivemos que vender!*

João: Aqui, no início, era *puro mato, capoeira, era matagal*. Aqui, primeiramente, eram as envernadinhas que eles diziam.

Noeli: Daí nós ficamos até *sem criação pra puxar no arado!* E se encontramos em [situação] pior ainda. Fomos indo, fomos indo até que... Melhor agora que somos aposentados.

João: Primeiro ano *nós arrendava terra lá do outro lado* do, filho do Juca era. Tinha umas capoeiras lá, dava pra plantar sem lavrar e fomos lutando e fomos lutando até que consegui arrumar [um] trator para plantar umas partes. Lavrei um par de vezes, não tinha, já era gramado, vai lavra que jeito. Com boi não ia [inaudível] não tinha como desmanchar.<sup>78</sup>

No relato, tanto João como Noeli destacam as duras condições de vida e as relacionam com o trabalho no campo. Evidenciaram desta forma, como as condições para trabalhar e fazer a terra produzir envolvem muito mais do que ter a terra, mas sim possuir as ferramentas necessárias para tal. Após se desfazerem da junta de boi se sentem em “situação pior ainda”, pois era através dela que faziam a terra produzir. As ferramentas de trabalho possuíam o sentido de o casal estar ali no campo.

No trecho da fala de João, ele faz questão de frisar a condição improdutiva que se encontrava a fazenda. E, ao passo que “era puro mato” e não tinham mais as ferramentas para lavrar a terra e prepará-la para o cultivo, a alternativa continuou sendo o arrendamento de terra no São Roque. É possível perceber como a condição de sem terra continuou após a ocupação e ao analisar a base em que se deu o arrendamento percebemos a subordinação de trabalho entre João e Noeli com Wenceslau, o proprietário das terras. Do milho e do fumo colhido pela família de João e Noeli, metade era entregue a Wenceslau, enquanto o feijão era 70% para os primeiros e 30% para o dono das terras.

As alternativas, durante os primeiros anos de acampamento, para garantir a sobrevivência e a (re)produção da vida foram diversas e apresentadas por diferentes modos pelos assentados. Com a alternativa do arrendamento em outras áreas, por exemplo, soma-se o trabalho no cancheamento da erva-mate,<sup>79</sup> narrado por Olívio e sua esposa Sueli. Eles também destacam as dificuldades que foram os anos de acampamento, mas dão mais tonalidade e ênfase quando relacionam aquele período histórico com o trabalho e o beneficiamento da erva-mate nativa da fazenda.

---

<sup>78</sup> NOELI e JOÃO. Entrevista feita por Ricardo Callegari com Noeli, 64 anos, e João, 66 anos, em Marmeleiro, dia 12/01/2012.

<sup>79</sup> Procedimento que consiste no beneficiamento da erva-mate através de um choque térmico produzido por meio de chama direta e com secadores denominados de *carijos*.

Em seu relato Sueli destacou que foi a partir da ocupação que ela e seu marido Olívio começaram “a construir a nossa vida, a nossa família”.<sup>80</sup> Esta frase evidencia como a constituição de famílias no campo se depara com o limite do tamanho e da produção na pequena propriedade e, por outro lado, notabiliza a importante presença da *família* nos acampamentos. Em Santa Catarina morava com seus pais no campo, como agregados, e, ao serem expulsos da terra, seus pais ocuparam a fazenda Burro Branco, em Campo Erê/SC, no ano de 1979, onde passaram a trabalhar e viver na área.<sup>81</sup> Porém, a terra também não era suficiente para a manutenção da família já que eram seis integrantes, contando seus pais e que, assim como dois de seus irmãos, ela havia casado, o que aumentava para nove o número de integrantes na família.

Sueli relatou como foram os primeiros anos no acampamento e apresentou uma alternativa de trabalho construída pelos acampados para enfrentar a falta de comida e de renda, com o cancheamento da erva mate que havia na área:

Primeiro período que a gente veio para cá tinha erva nativa. Então, o que os agricultores, a maioria, fazia? Erva! Eles secavam a erva ali no lote e levavam, tinha um (...) em Campo Erê que comprava essa erva. Como que chamava o que eles fazem? Comprava a erva e a gente vendia erva e ia comprar alimentos no mercado. No primeiro ano, assim, foi da venda de erva. Mais aí também, você uma bolsa de erva cancheada levava do estoque nas costas. Aí trazia alguma coisa pra casa. Quem tinha uma família pequena dava bem, trazia um pacote de farinha, dava pra semana ou mais só. Quem tinha uma família grande já sofria mais.<sup>82</sup>

O *jeito* encontrado evidencia, além do problema social no qual os trabalhadores do campo se encontravam, uma prática de trabalho e produção (extração da erva mate) presente em suas trajetórias de vida. O processo de cancheamento consiste na aplicação de um choque térmico na erva mate, através de chama direta, até no máximo 24 horas depois de ser colhida, depois disto é feito sua moedura. Foi com base em suas experiências de trabalho no meio rural que beneficiaram a erva mate e comercializaram trocando por alimentos.

---

<sup>80</sup> SUELI. Entrevista produzida com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 23 anos e Leandro 21 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012.

<sup>81</sup> Não é o objetivo discutir sobre esta ocupação. Para mais consultar: MELO, Cristiane Dias de. *A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980*. Cadernos do CEOM, São Paulo, Ano 21, n. 29, p. 207-230, 2006.

<sup>82</sup> SUELI. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 23 anos e Leandro 21 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012.

Por meio da narrativa de Sueli podemos perceber também que esta alternativa não foi suficiente, principalmente para as famílias maiores, e, nesta situação, era preciso outras formas de organização do trabalho. Diante da realidade do acampamento e dos acampados, uma das formas de resistir a estas dificuldades foi a organização de hortas comunitárias para a produção de frutas e verduras, com a realização de trabalhos coletivos dos sem terra e o apoio de técnicos da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARPA) que atuaram brevemente no acampamento.

A horta foi construída através de sementes que foram adquiridas da ACARPA. Segundo Sueli, este foi um momento importante para os acampados. Mesmo que a horta não teve uma longa duração este projeto possibilitou a produção de alimentos para as famílias e para as crianças das escolas do acampamento. Esta intervenção da ACARPA ocorreu, segundo os assentados, por persistência do agrônomo Pedro Boler e deixou de existir mediante a demissão do mesmo.

Chegou um período que foi feito a horta comunitária com a ajuda do técnico da... O Pedro Boler, que é da... Era da ACARPA na época. Então ele organizava o povo e construía as hortas comunitárias nas comunidades. Vinha semente de verdura, o pessoal plantava coletivamente, trabalhava na horta, foi um projeto que não durou muito, ele não foi pra frente assim. Mas que foi importante porque no início, até na própria escola as crianças não tinham o que levar pra merenda e não tinha merenda. Com isso foi surgindo a necessidade de produzir e aí foi feito essa questão do incentivo de produzir alimento pra o sustento da família, que é plantar batata doce, plantar mandioca, verdura, essas coisas assim que você pode usar na tua alimentação no dia a dia.<sup>83</sup>

Para compreender esta relação de trabalho e a importância que exerceu para os trabalhadores sem-terra, nos reportamos às análises de John Scott sobre os camponeses da Malásia e as formas de resistência cotidiana.<sup>84</sup> O autor destaca que para grande parte da historiografia os camponeses aparecem mais como contribuidores de estatísticas do que como atores históricos. Uma das críticas do autor é o fato de que os camponeses não resistem apenas em momentos de revoluções ou grandes rebeliões, mas também em seu cotidiano.

---

<sup>83</sup> OLÍVIO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 23 anos e Leandro 21 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012.

<sup>84</sup> SCOTT, James C. *Detrás de La história oficial*. In: *Los dominados y El arte de La resistencia*. México: Ediciones Era, p.23-40, 1990, p. 25.

Uma história dos camponeses que focalizasse apenas as insurreições seria mais como uma história de trabalhadores dedicados inteiramente a greves gerais e a protestos. Embora esses eventos possam ser importantes e sintomáticos eles nos dizem pouco sobre a arena mais durável dos conflitos de classes e da resistência: a luta mais vital, cotidiana levada na fábrica pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito. Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos a repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível.<sup>85</sup>

Uma grande contribuição do autor é quando salienta as condições materiais, cujos camponeses não tem muitas escolhas, como fator para a “adaptação pragmática e forçada às realidades”.<sup>86</sup> Sem possibilidade de transformação real, os sujeitos se adaptam a realidade, o que não exclui certas formas de resistência nem implica em consentimento normativo a elas.

Elas [as classes sociais] lutam sob condições que são amplamente independentes de sua determinação e suas necessidades materiais prementes precisam de algo como a acomodação diária a essas condições.<sup>87</sup>

A realidade de Sedaka era, segundo Scott, de mudanças gradativas no direito de posse e tecnologia, que não expropriou numa grande velocidade os sujeitos. Este fator foi determinante para o autor, junto com a forte repressão, para que as resistências fossem “silenciosas”. Scott, ao discutir sobre as formas de resistência cotidiana e/ou silenciosa, afirmou que estas se caracterizam como uma regra para os camponeses. Além dos momentos de rebelião contra grandes proprietários ou contra o Estado, os camponeses resistem em práticas como a quebra de máquinas, saques a celeiros, entre outros, que o autor denomina de transcrito silencioso.

Uma destas práticas discutidas por Scott é a resistência ao pagamento de impostos. Outra mais emblemática foi a tentativa de boicote, por parte das mulheres que transplantavam o arroz para os proprietários, estes haviam contratado colhedoras automáticas para substituir boa parte do trabalho manual. As mulheres atrasaram ao máximo o plantio do arroz, com o intuito que este sofresse com o frio e não se tornasse

---

<sup>85</sup> SCOTT, James C. *Detrás de La historia oficial*. In: Los dominados y El arte de La resistencia. México: Ediciones Era, p.23-40, 1990, p. 25.

<sup>86</sup> SCOTT, James C. *Detrás de La historia oficial*. In: Los dominados y El arte de La resistencia. México: Ediciones Era, p.23-40, 1990, p. 20.

<sup>87</sup> SCOTT, James C. *Detrás de La historia oficial*. In: Los dominados y El arte de La resistencia. México: Ediciones Era, p.23-40, 1990, p. 26.

rentável para o dono das terras e do arroz. Voltaram ao trabalho alguns dias depois, pressionadas pelos contratos de trabalho feito pelos proprietários com trabalhadoras de outras regiões da Malásia, ou até estrangeiros.

Algumas práticas construídas pelos trabalhadores que ocuparam a fazenda Anoni em 1983, tais como a horta comunitária, o cancheamento da erva mate que havia na fazenda e o arrendamento de terras, já preparadas para o plantio e que estavam fora da área ocupada, podem ser consideradas práticas cotidianas de resistência silenciosa e coletiva. Estas são práticas de resistência e de pressão que não são suficientes, na maioria das vezes, para romper com o modelo de produção, mas limitam e atrasam determinados projetos para o campo e “para camponeses vivendo à margem o tempo ganho foi vital”.<sup>88</sup>

A este respeito é importante destacar o *avanço* das reivindicações dos Sem Terras em relação ao acesso a terra. Em 1986 os Sem Terras da região, em conjunto com o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Comissão Pastoral da Terra, organizaram o jornal *O Alerta*. Neste jornal eles publicaram várias discussões, dentre elas pode-se citar o debate acerca do PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária – e sobre o Estatuto da Terra. Outro ponto importante trazido no boletim foram os dados sobre a condição e produção do acampamento. A seguir podemos analisar trechos em que mostram a produção do acampamento no terceiro ano. Os dados, segundo consta no jornal, foram levantados por quatro “ocupantes”, no qual buscam apresentar como eram trabalhadores interessados em trabalhar e produzir na terra.

As famílias na fazenda Anoni, ocupando a terra, mostraram o que querem e o que é capaz de fazer um agricultor quando pode trabalhar nela. As 648 famílias, ocupando a área de 4.334 hectares já produziram: 53 mil sacas de milho, 11 mil sacas de feijão, 2 mil sacas de soja, 2 mil sacas de arroz e 130 toneladas de mandioca. Além disso, temos hortas comunitárias e açudes comunitários para criação de peixes.<sup>89</sup>

A organização dos dados sobre a produção no acampamento se constitui como uma ferramenta de luta por parte dos acampados, pois desta forma, sensibilizaram a

---

<sup>88</sup> SCOTT, James C. *Detrás de La história oficial*. In: Los dominados y El arte de La resistencia. México: Ediciones Era, p.23-40, 1990, p.32.

<sup>89</sup>MASTES. *O Alerta*, Francisco Beltrão, junho de 1986, p. 01.

população. Como eram taxados de “vagabundos” ou “desordeiros” pela população de Marmeleiro, levantar as informações adquiriu um sentido político para aquelas famílias.

Além disto, podemos considerar as diversas formas de recriar o trabalho. Olívio relatou que quando ocuparam a fazenda passaram a recriar práticas de produção diversificada, num contexto onde a falta de alimento era a dificuldade comum e em que a recriação do trabalho dependia das ferramentas e instrumentos que já utilizavam antes como arados e carroças. Podemos perceber que no acampamento a organização do trabalho e da produção foi diversificada.

Neste mesmo jornal atentavam para a seguinte questão: “que país é este que, tendo terra sobrando e improdutiva (como é o caso do latifúndio Anoni), impede o acesso a terra para filhos seus que querem simplesmente *trabalhar, produzir e viver?*”<sup>90</sup> Reclamam acerca da injustiça materializada na existência dos latifúndios e destacaram como queriam terra para nela trabalhar. Paulo José de Almeida, ao pesquisar um assentamento do MST, evidenciou que “para além das duras condições reconhecidas, há explicitamente o reconhecimento de uma dignidade de trabalhador, que sempre lutou contra as condições impostas”,<sup>91</sup> como é o caso das famílias que ocuparam a fazenda.

Estar na terra e viver a partir do trabalho na terra são seus objetivos e modos de vida que não querem abandonar, por isto é que vão à luta e se unem aos outros trabalhadores num acampamento. A luta está inserida no contexto de permanência na terra de trabalho. A luta é pelo direito de trabalhar, produzir e viver numa terra negada historicamente. A posse da terra possibilita a subsistência de sua família. Podemos considerar, então, que quando os Sem Terras lutam pela democratização da terra, lutam por um meio de trabalho historicamente negado para os trabalhadores.

É importante destacar que as formas de luta, as ações coletivas e individuais de resistência no acampamento, são importantes dimensões presentes nas trajetórias de vida dos trabalhadores assentados. Por outro lado, é tão importante quanto notabilizar que o período do acampamento foi de marginalidade e de extremas dificuldades. Acrescenta-se à falta de terra para viver e trabalhar, a inexistência de políticas públicas que atendessem às demandas destas famílias e nem programas de incentivo e

---

<sup>90</sup> MASTES. *O Alerta*, Francisco Beltrão, junho de 1986, p. 03.

<sup>91</sup> ALMEIDA, P. J. “*Cada um tem um sonho diferente*”: Histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In, MACIEL, Laura Antunes et al (org.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Ed. Olho D’Água, 2006; p. 51.

viabilização da produção. Foram quinze anos vivendo às margens de qualquer política pública<sup>92</sup>.

A experiência de organização no acampamento foi importante por colocar as dificuldades de forma coletiva, assim como de construir as ações de resistência. As práticas de organização e resistência desses sujeitos foram a base da construção coletiva que garantiu a conquista da terra, motivados muito por suas experiências como camponeses que sempre mantiveram relações com a terra e que não queriam abandonar o campo.

A área foi desapropriada somente no ano de 1998, sendo encaminhada a regularização fundiária, permanecendo algumas propriedades maiores do que as outras, provocando debates até hoje no interior do movimento, pois a própria desigualdade da divisão levantou sérios problemas a respeito da terra e das dificuldades inerentes que vieram para as famílias que ficaram com lotes onde, devido às características geográficas da região, possuíam pouca área produtiva. Como observamos nos relatos, muitos Sem Terras foram obrigados a abandonar o lote de terra após um longo período de lutas e dificuldades e, na maioria das vezes, buscavam nas cidades alternativas econômicas para viver.

Ainda sobre o processo de constituição do Assentamento José Eduardo Raduan é importante destacar que sua criação foi resultado da luta empreendida pelos Sem Terras. Desde a ocupação (1983) até a regularização dos lotes (1998) foram desenvolvidas práticas organizativas construídas pelos acampados para resistirem na terra. Nos 15 anos de acampamento desenvolveram formas coletivas de enfrentar a falta de comida (horta comunitária), falta de trabalho (arrendamento e erva cancheada) e ameaças de despejo (reuniões), estas práticas contribuem para a experiência de classe e de luta por terra e por reforma agrária.

Dois pontos merecem destaque: por um lado, podemos sugerir que se a desapropriação das terras e a regularização dos lotes não demorassem 15 anos para que começasse, a divisão em lotes de igual tamanho poderia ter sido feita. E, por outro, perante a demora na regularização e o enquadramento de lotes abaixo do módulo

---

<sup>92</sup> E, como veremos nos segundo e terceiro capítulos, mesmo as políticas públicas do período de assentamento não estiveram livres de problemas.

mínimo, faltou por parte do Estado e do INCRA uma atitude em garantir outro lote de terra dentro do padrão mínimo para aqueles em outro assentamento.

### **1.5 A ocupação da fazenda Marrecas em 1997 e as formas de trabalho no acampamento Missões**

Os trabalhadores que ocuparam a fazenda Marrecas e pressionaram pela criação do Assentamento Missões se organizaram no MST e permaneceram um ano acampados na rodovia PR-483 – ocuparam e permaneceram um ano acampados na fazenda – e tomaram posse. A diferença entre as duas ocupações, além do tempo para a regularização dos lotes, foi a constituição de acampamentos para a posterior ocupação das áreas.

A conjuntura da questão agrária durante a década de 1990 continuou desfavorecendo a economia familiar camponesa da região Sudoeste. Se lembrarmos dos dados apresentados no Gráfico 1, podemos perceber que foram anos de elevado êxodo da população rural na região. Como apontou Davi Félix Schreiner, dentre os diversos conflitos sociais no campo, ocorridos entre 1994 e 1999, envolvendo 20.605 famílias, resultou em “apenas 6.708 famílias assentadas” na região Sul do Brasil. Porém, representam a territorialização da luta pela reforma agrária e, por outro lado, as contradições sociais que persistiam no campo, mesmo depois do Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985 e da Constituição Federal de 1988.<sup>93</sup>

As ocupações da fazenda Marrecas e Colônia Missões no ano de 1997, por 320 famílias, expressam as contradições sociais que persistiam durante este período, acarretando no aumento da concentração fundiária. As ocupações continuavam sendo criminalizadas, assim como os movimentos sociais dos trabalhadores. Em discurso, no ano de 1993, transmitido pela televisão, o secretário de segurança do Paraná, Moacir Favetti, afirmou que:

Existe a necessidade de terras, mas de outra parte, se existe uma grande parcela de brasileiros, são 24 milhões de miseráveis, que precisam de terra. Nós observamos que há uma trincheira ideológica, de radicais e oportunistas que não nos deixam chegar naqueles que realmente necessitam, aquele sem dente, aquele necessitado.

---

<sup>93</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

A inversão da dialética passado-presente e presente-passado<sup>94</sup> é um importante pressuposto que nos orienta a disputar território político com a memória dominante que se produziu acerca dos Sem Terra e que também se faz no presente, por exemplo, sobre a juventude rural Sem Terra. Em reportagem sobre a ocupação da fazenda Araupel, em Rio Bonito do Iguaçu, no dia 21 de julho de 2014, a revista *Veja* referiu-se aos trabalhadores rurais, maioria jovens filhos de assentados, como “nova geração de sem-terra, que anda de carro”.<sup>95</sup> A reportagem, intitulada “cidade citiada”, visou criminalizar a ação do MST e tirar o foco do problema agrário da região: grilagem de terras por parte da Araupel e, por outro lado, a falta de terras para os trabalhadores. A reportagem construiu uma imagem sobre os jovens rurais sem terra que buscam construir patrimônio à custa de trabalho alheio. São categóricos:

O semblante desengano dos desafortunados deu lugar a um ar confiante e a um discurso mais arrumado sobre o que eles entendem por reforma agrária. A maioria tem endereço fixo e a lona é nada mais que um ritual de passagem. A ocupação é o atalho pelo qual muitos filhos de assentados esperam deixar a casa dos pais para construir o próprio patrimônio.<sup>96</sup>

Ao analisar as entrevistas nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan, percebemos que os problemas presentes na vida da juventude rural são maiores que os apontados pela revista e que outra interpretação, diferente, é possível sobre a juventude sem terra dos assentamentos.

Nestas frases, do secretário e da revista, estão explícitos o que o Estado e grupo dominante agrário compreendem como direito a terra. Para ter terra tem que ser miserável. E não pode estar organizado em movimento social, pois isso é ideologia e ela é perigosa. É como se afirmassem que para ter direito a terra não basta querer, mas deve ser “sem dente”. A necessidade de reforma agrária não é visualizada pelo fato da existência de grandes latifúndios<sup>97</sup> e nem pelas freqüentes expulsões de trabalhadores e camponeses do campo, mas pelo fato de serem miseráveis.

---

<sup>94</sup> CHESNEAUX. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

<sup>95</sup> VEJA. Cidade citiada. 30 de julho de 2014, p. 53.

<sup>96</sup> Idem, p. 52.

<sup>97</sup> Em levantamento feito pela CPT no ano de 1985, haviam 6 milhões de hectares concentrados em extratos acima de 200 hectares.

As interpretações sobre o direito ao presente, feitas pelo secretário e pela revista *Veja*, são carregadas de interesses políticos que explicitam sobre os momentos históricos e como a reforma agrária é tratada. Os programas de reforma agrária e a Constituição Federal “aceitavam” a necessidade de distribuição de terras, porém, estas deveriam ser feitas pelo Estado em terras públicas e sem a ocupação de fazendas.

Ao ser constatado, pelo INCRA, que as terras públicas estavam no Norte do país, os movimentos sociais questionaram tal medida e passaram a reforçar a necessidade das ocupações. Desta forma, por ter sido fruto de uma ocupação de fazendas improdutivas, o Assentamento Missões, de Francisco Beltrão/PR, criado em 1998, é mais um caso significativo da luta pela terra no contexto das transformações acerca do trabalho e da produção na região a partir das experiências dos sem-terra.

A área que compreendia a fazenda Marrecas e Colônia Missões eram propriedades de Ângelo Carminotti, porém haviam sido tomadas pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Paraná em decorrência das dívidas que o dono das fazendas tinha junto aos bancos. Estas dívidas serviram de sustentação jurídica para que as famílias organizadas no MST ocupassem a área. Isto representou os diversos embasamentos utilizados pelos sem terra para pressionar o Estado para realizar os assentamentos de reforma agrária. Além da justiça social e dos valores morais presentes na ocupação da fazenda Anoni, algo também presente na ocupação da Colônia Missões, a questão legal e da improdutividade, foram referenciados nas entrevistas e nos documentos do MST como questões que sustentam a prática da ocupação de fazendas.

O Assentamento foi criado com 136 famílias,<sup>98</sup> segundo dados do INCRA de Francisco Beltrão, e possui três comunidades em seu interior: Rio 14, Nova União e Santo Augustinho. Porém, uma prática que observamos é a constituição de família por parte dos filhos, que optam em não rumarem à cidade, constroem suas casas no lote dos pais e passam a organizar e a trabalhar no lote da família. Esta verificação possibilita dizer que a quantidade de famílias que vivem no Assentamento é maior do que as 136 assentadas inicialmente e que remontam à uma das estratégias dos sujeitos para a permanência dos filhos no assentamento.

---

<sup>98</sup> As outras 188 famílias foram transferidas para outros assentamentos, tais como o Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguacu, Centro-Oeste do Paraná.

Do acampamento na PR-483, que durou de janeiro de 1996 até maio do mesmo ano, as famílias de trabalhadores foram para a ocupação no dia 27/05/1996. Dentro da área permaneceram dois anos acampados, com acampamento montado nas construções de armazenagem da fazenda. Neste caso, a condição de a área já ter sido desapropriada pelo Estado, contribuiu para que o período de acampamento não tivesse tentativas de repressão e despejo por parte dos jagunços e nem por parte do Estado. Esta foi a primeira diferença do Assentamento Missões em relação ao Assentamento José Eduardo Raduan.

Durante a entrevista com o jovem Pedro, sua mãe Odete estava presente. Em algumas perguntas houve o diálogo entre os dois visando explicar momentos que, um ou outro, não recordavam. Sobre a decisão de vir para o acampamento e como foram os anos iniciais, a assentada Odete organizou sua fala destacando que participou das reuniões do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Marmeleiro e que a ocupação foi visualizada como alternativa para a falta de trabalho no campo. Ela relacionou o período de acampamento com as alternativas de trabalho que buscou em propriedades fora do acampamento e, posteriormente, com a alternativa coletiva.

*Assim nós ficamos dois anos acampados, trabalhando por dia pra comer! Para os de fora na verdade. Na época nós ganhávamos 04 reais por dia trabalhado! Mas tinha que trabalhar. Só que aqui saiu rápido, já no [segundo ano]. Depois já começamos a plantar no geralzão sabe? No conjunto tudo, daí já colhemos para comer. Um pouquinho já deu.<sup>99</sup>*

Ao relatar sobre o acampamento, Odete expressa a condição social em que viviam e, por mais que foram dois anos de acampamento, frisou as alternativas e as dificuldades presentes nas relações de trabalho a qual estavam submetidos. Ao relatar o trabalho em propriedades da região, Odete analisou as condições do trabalho e apontou para a subordinação a qual se obrigava a participar. Ao se referir a este momento, suas palavras e sua entonação expressaram as dificuldades que foram os primeiros meses no acampamento dentro da fazenda.

Por outro lado, também cabe destacar que, em sua fala, para explicar o acampamento, ela relacionou com a alternativa coletiva construída pelos trabalhadores. Ao narrar aquele momento de coletividade sua entonação e expressão mudam, dando

---

<sup>99</sup> ODETE. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Odete de 57 anos; Lucas de 30 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 49 min.

evidências sobre a melhoria de vida que esta prática social possibilitou. Ao expor a relação de trabalho construída no acampamento mencionou a alternativa coletiva e, ao lançar a pergunta “sabe?” ao entrevistador realçou como este foi um momento importante em sua trajetória de vida e como se quisesse alertar “que não pode ser esquecido”.

O MST buscou construir, principalmente na década de 1990, assentamentos com trabalho e de uso coletivo da terra como alternativa às propriedades individuais. Este foi um projeto que começou a ser posto em prática já nos acampamentos. É o “geralção”, o qual Odete se referiu foi o período em que as famílias foram divididas em grupos de 10 cada para cultivarem, desta forma, uma parte da terra do acampamento, de forma que todos os integrantes das famílias participavam das atividades, desde os jovens até os adultos. Através das entrevistas não pudemos identificar ao certo quantos anos durou o “grupo coletivo”, porém podemos dizer que devido à construção de um aviário, da horta coletiva, do plantio da soja e do feijão orgânico, além da produção de leite, o período de duração foi de ao menos dois anos. Esta organização do trabalho vislumbrava a produção para o consumo das famílias, sendo comercializada a parte excedente.

Perguntei a Pedro e a Odete como era organizado o trabalho no grupo coletivo. Ela disse que era a família toda que deveria trabalhar.

*É, uns cuidavam das vacas, duas mulheres tiravam o leite. Era assim sabe? Outros cuidavam os frangos, outros cuidavam a horta uma parte. E era assim, daí a divisão era pra ser parte igual! Só que tem os que ficam atrás da moita [risos]. Daí não dá, não fecha. Daí não deu. Daí abrimos.<sup>100</sup>*

Em sua fala, ao relatar sobre aquele período, Odete reconheceu a importância daquela alternativa, que visou a produção de alimentos e geração de renda coletiva dividida, posteriormente, entre as famílias com base nas atividades efetuadas e horários trabalhados. Porém, ela expôs também aquilo que considerou um problema: as falhas no cálculo entre as horas trabalhadas e a distribuição do que era produzido.

O caso do grupo coletivo no acampamento Missões, constituído por dez famílias, expressa como os trabalhadores sem terra buscaram construir alternativas de

---

<sup>100</sup> ODETE. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Odete de 57 anos; Lucas de 30 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 49 min.

trabalho e de produção que fossem diferentes daqueles vinculados as grandes empresas e cooperativas. Por outro lado, evidencia como a falta de apoio governamental para a aquisição de ferramentas, sementes, adubos, que ficaram a encargo dos trabalhadores, e até para a comercialização, se constituem como fatores de desarticulação.

Podem, através da produção e da análise das entrevistas orais feitas com os assentados do Assentamento Missões e do Assentamento José Eduardo Raduan, que o acampamento é um momento importante da luta por terra e que a ocupação é uma ferramenta construída visando a permanência no campo, funcionando como alternativa para a recamponseiação dos trabalhadores sem-terra da região.

Uma das perguntas que guiou o nosso trabalho de pesquisa foi se os problemas econômicos e sociais, ligados à falta de terra, teriam sido solucionados com a criação dos assentamentos. Porém, as entrevistas evidenciaram que a questão da saída da população do campo envolveu a falta de terra e as condições em que o acesso a ela ocorreram, de todo o suporte e infra-estrutura que um “território novo” precisa. Os relatos evidenciaram como existem jovens querendo trabalhar e morar no campo, porém, este desejo, é inviabilizado pela falta de terra. Isso que falam de um território de reforma agrária.

Angélica é filha de assentados que participaram da ocupação.<sup>101</sup> Seus pais trabalhavam como agregados no município de Francisco Beltrão e “rodaram o município inteiro”. Ela relatou aquele momento de trabalho relacionando ao desejo de trabalhar com vacas de leite.

Por que meu pai sempre trabalhou de empregado, a vida inteira. E sempre lutou com leite ou porcos né?! E nós éramos pequeninhos, mas sempre, sempre atrás do pai e da mãe e mexendo com silagem. Daí a gente acaba gostando também! Se eu fosse escolher entre a escola e vacas de leite, eu largaria tudo pra tirar leite!<sup>102</sup>

Ao falar sobre a experiência de trabalho junto com os pais, Angélica aumentou a entonação, notabilizando a importância desta questão para ela. Ao lembrar aquele período e relacionar com as relações de trabalho construiu uma explicação histórica do

---

<sup>101</sup> O caso de Angélica será debatido também no terceiro capítulo e o objetivo será de analisar como o trabalho na escola do Assentamento Missões é vislumbrado por ela.

<sup>102</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

por que deseja trabalhar com produção de leite: pela experiência construída junto com os pais. Esta questão evidencia o princípio educativo do trabalho familiar.

Por outro lado, a opção de trabalhar com gado leiteiro e de reproduzir o trabalho familiar, esbarrava num problema histórico para os filhos de camponeses que queiram continuar trabalhando no campo: a falta de terra. Este é um importante elemento que constitui a experiência de vida da juventude rural Sem Terra e que influencia nas suas decisões de permanecer ou não no campo.

Ela, na época, era criança e viu diversas lutas que os pais tiveram que construir junto a outros acampados para poderem trabalhar e viver no campo. Perguntada sobre quais eram os trabalhos que desenvolvia no lote ela destaca que ajudava na ordenha do leite, capina na roça de feijão e organização da casa. Porém, chama atenção para o fato de que em diversos períodos tinha que sair trabalhar como faxineira em outras casas.

Eu tirava leite com meus pais, ajudava meu pai, eu fazia o serviço de casa, ia na roça. Saía fora, atrás de serviço, nas casas dos outros, lavava casa. Tudo. Tudo o que eu precisava eu fazia. Sobrava um tempinho em casa aí eu ia. Era um dinheirinho a mais que entrava. É que tipo assim, em casa quando faltava, que as vacas tinham um período de leite né?! Tinha, tinha época que ficava duas vacas, aí a renda ia bem lá em baixo, o preço também ia lá em baixo. Aí eu saía pra ajudar meus pais em casa. Pra ajudar eles por que eles não conseguiam pagar tudo só com duas vacas de leite.<sup>103</sup>

A fala de Angélica remete ao período em que necessitou trabalhar fora para poder aumentar a renda familiar de forma a pagar as contas que a família obtinha na produção do leite e manutenção da casa. O fato do leite não garantir uma renda fixa de forma a possibilitar uma renda familiar básica para as despesas, sendo variável conforme a época do ano e quantidade produzida. Podemos perceber que a possibilidade de trabalho fora do lote se coloca como complemento ao trabalho na produção de leite.

Ela relata que a condição econômica melhorou agora que começou a trabalhar na escola, pois pode contar com uma renda fixa mensalmente. Porém, destaca que pretende ficar e trabalhar na produção do leite. Ela afirma que seus pais sempre trabalharam com leite e que, ela e seu irmão, sempre ajudavam desde pequenos nas atividades que envolviam a produção.

---

<sup>103</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

Podemos perceber que sua expectativa é de recriar o trabalho que era desenvolvido por seus pais e que ela, junto com seu irmão, ajudava e partilhava das dificuldades e das experiências do trabalho quando pequenos. Ao afirmar que escolheria trabalhar com as vacas de leite ao invés da escola, ela parece nos dizer que o trabalho na escola é para melhorar a renda, enquanto o do leite seria para a sua renda e “satisfação” pessoal. Mesmo com as dificuldades vividas no campo, ele ainda se apresenta como um lugar melhor de se viver e trabalhar principalmente para aqueles que tiveram boa parte de sua vida ligada ao trabalho no campo.

Uma das possibilidades de trabalho apresentada aos jovens é o trabalho informal. É uma das questões vivenciadas pelos jovens dos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan. Angélica trabalhou como empregada quando pequena como uma forma de auxiliar na renda familiar. E Carlos trabalhou desde os 14 anos nas madeiras próximas ao Assentamento Missões.

Pochman<sup>104</sup> e Janata<sup>105</sup> discutem sobre esta condição de trabalho, segundo Pochman, na década de 1990 restava aos jovens que saíam do campo, os trabalhos nos setores de limpeza e segurança. Enquanto Janata apresentou um gráfico organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2009, no qual consta um total de 34,7 milhões de jovens,<sup>106</sup> sendo que 18,2 milhões estão ocupados<sup>107</sup> e, destes, 11 milhões se encontram em empregos informais. Estes dados evidenciam a condição de trabalho subordinado e instável, além de ser um indício da “precarização dos contratos trabalhistas”.<sup>108</sup>

Angélica, ao citar a experiência do irmão, identifica o movimento de ida e vinda que ele percorreu e destaca aspectos da condição de vida que seu irmão enfrentou.

Ele foi pra Santa Catarina, saiu daqui porque ele achava que não dava lucro trabalhar. E que não valia a pena porque era meu pai que tocava ali o lote. Aí ele foi pra lá, ficou dois anos, parou de estudar. Foi pra lá, voltou com mão abanando porque lá o custo era muito alto,

---

<sup>104</sup> POCHMAN, Marcio. *Juventude em busca de novos caminhos no Brasil*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Orgs). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

<sup>105</sup> JANATA, Natacha Eugênia. *Juventude que ousa lutar: Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST*. Tese de Doutorado, Florianópolis, 2012. 276 p.

<sup>106</sup> Fonte OIT, 2009. Apud, JANATA, 2012.

<sup>107</sup> Foram considerados somente a “População Economicamente Ativa” (PEA).

<sup>108</sup> JANATA, Natacha Eugênia. *Juventude que ousa lutar: Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST*. Tese de Doutorado, Florianópolis, 2012. 276 p. p. 130.

ganhava bem, mais o custo era muito alto. Veio pra cá, voltou aqui. Aí saiu e voltou pra cá e foi pra cidade de novo. Daí ele casou. Mas não valia a pena, porque o dinheiro gasto no aluguel, que aluguel é jogado fora, não é aproveitado nada. Ele falou que não fazia para o aluguel e para as contas da casa. Daí ele fez um acordo com o pai, porque o pai já é aposentado, daí ele ficava com as vacas, assumia e veio pra cá. Hoje ele vive bem melhor que vivia na cidade.<sup>109</sup>

Podemos perceber como a escolha de ficar no campo envolve o que se conhece sobre a cidade, como “dinheiro jogado fora no aluguel”, parar de estudar e também a questão da organização do tempo. Ao ser perguntada do por que achar melhor viver no campo, ela respondeu:

Na cidade você trabalha de empregado, você tem o compromisso, você não pode falhar no serviço, nada! E, claro, você tem o leite, tem o trabalho, se tu quer parar a hora que tu quer, tu para e descansa. E fora a tranquilidade do lugar, não tem aquele “vuco-vuco” da cidade. Mais tranquilo.<sup>110</sup>

Para Angélica a relação do tempo e o trabalho executado foi importante na decisão dela de ficar ou não no campo. Não é uma questão de ter menos trabalho, mas de poder organizar melhor o tempo despendido para fazê-lo, possibilitando assim uma relativa autonomia em sua organização.

A criação do Assentamento Missões (em 18/12/1997) e do Assentamento José Eduardo Raduan (em 15/12/1998), significou para os trabalhadores organizados no MST a consagração da luta encampada durante o período de acampamento que se constituiu como espaço de “liminaridade”.

A noção de liminaridade designa, segundo Schreiner,<sup>111</sup> “um mundo vivido na precariedade, que politiza a experiência social, criando estratégias variadas para tornar possível a cooperação na luta e as condições para a sobrevivência. O referido autor desenvolveu a noção de liminaridade no acampamento a partir de Henri Lefevre.<sup>112</sup>

---

<sup>109</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

<sup>110</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

<sup>111</sup> SCHREINER, Davi F. *Dinâmicas coletivas e novas subjetividades: significados e conflitos nas relações sociais no MST*. In: LAVERDI, Robson et al (org). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária da UFPE; Florianópolis: Editora da UFSC, 2012; p. 205.

<sup>112</sup> LEFEVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura, 1983.

No espaço do acampamento, dentro das fazendas ou ainda às margens da rodovia, os trabalhadores construíram alternativas coletivas e individuais para conquistar a terra e enfrentar os problemas, como falta de comida e de trabalho.

A experiência de organização no acampamento foi importante por colocar as dificuldades de forma coletiva, assim como de construir as ações de resistência. As práticas de organização e resistência desses sujeitos foram a base da construção coletiva, que garantiu a conquista da terra pelos Sem Terra, motivados muito por suas experiências como camponeses, que mantinham relações com a terra e que não queriam abandonar o campo.

O período de acampamento é rememorado, tanto pela juventude rural como pelos pais, como espaço de contradições sociais, de dificuldades, mas, por outro lado, de organização coletiva, com reuniões, manifestações e formas de trabalhos que envolviam de forma conjunta as famílias. Alguns jovens, como Tatiana, frisam como aquele espaço de acampamento se modificou ao longo dos anos e dos trabalhos executados, a ponto de afirmar que “se você viesse no acampamento e viesse agora, não reconheceria”.<sup>113</sup>

Este “ato interpretativo” de Tatiana foi significativo em sua narrativa, pois através deste entendimento ela representou a sua trajetória de trabalho no campo, indicando sobre as mudanças nas formas de trabalhar ao longo dos anos. Neste sentido, a condição social da vida nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan apontam para a continuidade de alguns problemas, como a falta de terra e de trabalho, principalmente para a juventude rural. Desta forma, como organizam a vida nos Assentamentos para viabilizarem sua permanência na terra? Quais as formas de trabalho neste território? Como para a juventude rural sem terra estas formas de trabalho têm significados? E como compreendem as mudanças no trabalho?

---

<sup>113</sup> TATIANA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Tatiana de 22 anos, Marmeleiro, 17 de set. 2014, 58 min.

## CAPÍTULO II

### ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E AS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAR O TRABALHO

Em uma das visitas ao Assentamento José Eduardo Raduan, dia de reunião com as famílias participantes da Cooperativa de Produção Camponesa e que eram acompanhadas pelos técnicos e agrônomos da Cooperiguaçu, a fala da Superintendente Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) chamou atenção. Ela discursou a respeito da pressão que ela e as famílias de assentados sofriam por “uma necessidade de produzir, de dar resposta produtiva para mostrarem que merecem estar aqui!”.<sup>114</sup>

Esta afirmação rebateu a uma das questões da pesquisa: conquistaram a terra, mas suas experiências anteriores de trabalho e a radicalidade do Movimento terão que se adequar ao mercado agrícola. As vendas serão para intermediários, que pressionam para aumentar a produção. Há um “desvio na regra” a respeito do acesso a terra, mediante ocupação ao invés da compra, e um posterior reposicionamento com a lógica do mercado através dos financiamentos, monocultura, cooperativas entre outros.

A fala da Superintendente foi elucidativa, pois sua interpretação, sobre a terra conquistada e o assentamento, expressou que não basta conquistar a terra para nela trabalhar, mas sim trabalhar de forma a dar resultados econômicos satisfatórios. E este satisfatório não é calculado pelas intenções, sonhos ou desejos dos assentados, mas pelo mercado, pois se a resposta não for satisfatória (para o mercado/capital) é sinal de que não merecem estar ali. Assim, é preciso problematizar os assentamentos de reforma agrária e as experiências dos assentados neles desenvolvidas.

Neste capítulo abordamos sobre duas experiências coletivas de organizar o trabalho e a produção em assentamentos de reforma agrária. A primeira é a Cooperativa Boa Vista do Assentamento José Eduardo Raduan e a segunda é a experiência de terra coletiva que tiveram os trabalhadores Sem Terra do Assentamento Missões. Procuramos

---

<sup>114</sup> Áudio da reunião proferida no dia 18 de setembro de 2014 no Centro Comunitário da Linha Bela Vista no Assentamento José Eduardo Raduan.

explicitar a produção e o trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan, problematizando as possibilidades e os limites da sucessão familiar mediante a aposentadoria dos pais, além de analisar os significados construídos pela juventude rural Sem Terra para narrar suas trajetórias de vida e trabalho.

## 2.1 Assentamentos de Reforma Agrária: Dimensões e Significados Sociais

Existem vários tipos de assentamentos: de colonização, fruto de legalizações ou reassentamentos de barragens; há também assentamentos coletivos e/ou extrativistas; ou oriundos de ocupações organizadas em movimentos sociais. Como Medeiros e Leite destacam, “é muito grande a diversidade de situações que aparecem, no discurso governamental, classificadas como ‘assentamentos de reforma agrária’”.<sup>115</sup>

Em um trabalho de pesquisa envolvendo a região do Vale de Itajaí, Gyralda Seyferth<sup>116</sup> discutiu os projetos de colonização naquela região e, com isso, notabiliza algumas peculiaridades em relação à criação de assentamentos. Naquele caso, as iniciativas priorizavam imigrantes europeus e, conseqüentemente, deixaram a margem deste processo posseiros e grupos indígenas, considerados, pelos gestores dos projetos de colonização, obstáculos ao desenvolvimento. No caso pesquisado por ela, tratava-se de políticas de colonização que, inicialmente foram privilegiadas pelo Estado, idealizadas em uma legislação. A autora destacou como, posteriormente, a iniciativa privada também se utilizou destas políticas públicas para efetuar a colonização.

Em um estudo envolvendo a realidade do Mato Grosso, pesquisadores<sup>117</sup> destacam as relações de conflito envolvendo o acesso à terra entre, “de um lado, pequenos posseiros, meeiros, ribeirinhos, remanescentes de quilombos e grupos indígenas; de outro lado, fazendeiros, grandes grileiros, empresas agropecuárias e o

---

<sup>115</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999, p. 11.

<sup>116</sup> SEYFERTH, Gyralda. *Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República*. In: CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio. (Orgs). *Quase cidadão: antropologias e histórias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2007, p. 79 – 118.

<sup>117</sup> FERREIRA, Edson de Castro et al. *A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso*. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999, p. 197-232.

próprio estado”.<sup>118</sup> Nesta dinâmica contraditória e conflituosa, os autores discutiram sobre as diferenças entre assentamentos rurais e sobre algumas principais características dos processos de implementação das políticas de assentamento e de colonização dirigida no estado, destacando as diferenças entre as políticas de colonização e de regularização fundiária. As políticas de colonização oficial se juntaram às políticas de colonização particulares, alojando um “contingente populacional significativo oriundo das regiões em que se intensificavam os conflitos decorrentes da luta pela terra”<sup>119</sup> e, por outro lado, tornaram-se um negócio fácil e rentável para a iniciativa privada.

As relações investigadas pelos autores sobre os projetos de colonização nos indicam a relação entre as políticas oficiais e particulares com a expansão da fronteira agrícola, principalmente até a década de 1960. Deste ponto de vista indicam como estas políticas excluíram do acesso à terra cerca de 40% da população rural, principalmente, os grupos de posseiros, quilombolas, pequenos agricultores e indígenas que tiveram de se organizar para exigir “soluções para os problemas da permanência, produção e comercialização”.<sup>120</sup>

Segundo os autores, as políticas de reforma agrária no Mato Grosso, a partir de 1986, “beneficiaram” as famílias de posseiros, porém, estas políticas se limitaram em ações de regularização fundiária, ou seja, “os beneficiários dos projetos já ocupavam os lotes antes mesmo da criação dos assentamentos”. Isto quer dizer que a “ação estatal se limitou em regularizar juridicamente uma situação já estabelecida e reconhecida de fato”.<sup>121</sup> Estas legalizações de posses são consideradas como políticas de reforma agrária pelo Estado, mesmo não desapropriando grandes áreas privadas e improdutivas e nem assentando novas famílias que ainda não estão na posse da terra.

Ainda neste mesmo estudo, os autores finalizam localizando três grandes diferenças oriundas das “políticas de reforma agrária e implantação de assentamentos”. Segundo eles:

Os programas de colonização priorizaram [famílias] oriundas da região sul, enquanto que os beneficiários dos assentamentos de reforma agrária são predominantemente oriundos das demais regiões do país. A segunda diferença diz respeito exatamente ao número de

---

<sup>118</sup> Idem, p. 199.

<sup>119</sup> Idem, p. 203.

<sup>120</sup> Idem, p. 212.

<sup>121</sup> Idem, p. 213.

deslocamentos durante o processo migratório. Nos assentamentos eles foram muitos e variados. Nas colonizações, houve, predominantemente, o deslocamento da região de origem para a região de destino. A terceira diferença foram as condições socioeconômicas em que se efetivaram as migrações. Os beneficiários dos projetos de assentamento foram as famílias que migraram para o Mato Grosso e ficaram à margem dos programas de colonização oficial e particular e também as famílias que abandonaram estes programas, devido ao insucesso de “ser colono”, e continuaram lutando pelo acesso a terra.<sup>122</sup>

A partir deste estudo, podemos concluir que as políticas de reforma agrária do Estado remetem, no caso de Mato Grosso, na maioria das vezes, para políticas de colonização, regularizações e legalizações de posses. Estas políticas excluíram grande contingente de trabalhadores e beneficiaram, em vários casos, latifundiários, empresas de colonização e agropecuárias. Por outro lado, o estudo realça as diferenças internas dos assentamentos e como estes devem ser analisados, levando em consideração a relação entre as trajetórias de vida e trabalho das famílias e os interesses econômicos (e políticos) dos órgãos responsáveis pela execução da reforma agrária.

O reassentamento de famílias atingidas pela construção de barragens é outra forma de assentamento. Casos como o da ITAIPU e de Salto Caxias evidenciam como o reassentamento das famílias é demorado. Geralmente a indenização, que é em dinheiro ou em terras, ocorre quando a obra já está avançada e as famílias já tiveram de sair das terras.<sup>123</sup>

Nos dois casos (ITAIPU e Salto Caxias) o reassentamento só foi possível mediante a luta dos trabalhadores. Porém, a política de reassentamento não pode ser considerada de reforma agrária, porque a desapropriação das fazendas e o reassentamento das famílias não alteraram o quadro de concentração da terra, pois, embora as novas unidades de produção sejam criadas nas fazendas desapropriadas, aquelas onde as famílias residiam foram inundadas. Outra questão que ampara esta

---

<sup>122</sup> Idem, p. 221.

<sup>123</sup> Sobre a construção da Usina Salto Caxias e os conflitos de terra, consultar: MENEZES, Eder. *A luta pela terra contra as forças das águas: a ação dos atingidos pela construção da barragem de Salto Caxias*. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em História Social), Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2003. E para saber sobre a ITAIPU, consultar: CHRIST, Flaviane Monica. *Memórias, projetos e lutas na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu/PR (1970-2009)*. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010. SCHREINER, Davi Felix. *Terra e cultura: resistência coletiva e organização social dos reassentados de Salto Caxias/PR*. In: PORTELLI, Alessandro et al. *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, p. 53-81.

hipótese é o fato de que não foram todas as famílias de pequenos agricultores ou trabalhadores rurais que reivindicaram o reassentamento, muitas delas foram para as cidades.

Para além destes assentamentos, há ainda os assentamentos extrativistas ou reservas extrativistas (Resex), localizados em maior escala na região Amazônica. Em uma pesquisa que abarcou as reservas do Acre, Elder Andrade de Paula analisou a implantação destes territórios. Neste estudo, ele apontou algumas características sobre esta forma de assentamento, tais como o “reconhecimento de áreas da floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como áreas de domínio da União” e que “não há títulos individuais de propriedade” e onde os seringueiros “continuarão a realizar a extração de produtos de valor comercial como a borracha e a castanha”.<sup>124</sup> Além disto, enfatizou a importância que a organização dos trabalhadores nos sindicatos teve para a conquista daquelas terras.

Neste trabalho, o autor realçou a Resex como uma política de “reforma agrária do seringueiro”<sup>125</sup> por garantir a fixação daquelas famílias naqueles territórios e assim, conseqüentemente, preservar a natureza. Esta é uma forma de interpretar aquela política de assentamento, porém há de se questionar a pouca atuação do Estado no sentido de desapropriar latifúndios para implantar estes assentamentos extrativistas e não apenas regularizar aqueles territórios que já estão ocupados por famílias de trabalhadores extrativistas. A regularização, como apontado acima, não alterou (ou pouco mudou) o quadro de concentração de terras. Este é um limite desta “política de reforma agrária”.

Nesta dissertação, o foco de análise são os assentamentos oriundos da luta pela terra por famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e que foram conquistados/implantados em grandes áreas de terras improdutivas da região. Isto é, famílias sem terras (agregados e filhos de camponeses)<sup>126</sup> se organizaram coletivamente e conquistaram um lote de terra em áreas antes improdutivas. Onde antes existiam duas grandes propriedades, nas quais, segundo as entrevistas, trabalhavam

---

<sup>124</sup> PAULA, Eder Andrade de. *A conquista da terra nas florestas do Acre*. In MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999, p. 233-273.

<sup>125</sup> Idem, p. 249.

<sup>126</sup> Como discutido no primeiro capítulo.

apenas três famílias na fazenda Marrecas<sup>127</sup> e duas na fazenda Anoni, agora são cerca de 500 famílias em aproximadamente 450 lotes.<sup>128</sup>

Partindo deste ponto de vista, é importante destacar qual a concepção de assentamento defendido pelo MST, para posteriormente dialogarmos com os sentidos atribuídos pela juventude rural Sem Terra a respeito deste território.

Para o MST, os assentamentos representam um “espaço estratégico” para “construir uma sociedade onde se elimine a pobreza, as desigualdades e as injustiças sociais” e onde se produzam alimentos.<sup>129</sup> Esta interpretação sobre o assentamento está relacionada ao sentido político que o território tem para o MST e, além disso, expressa qual o objetivo da conquista da terra e da reforma agrária para o Movimento.

O assentamento representa a conquista da terra. Terra é espaço de vida, de moradia, de produção, educação, consciência onde vamos desenvolver a nossa cultura. Com a conquista da terra conquistamos junto o meio ambiente com tudo o que ele contém.<sup>130</sup>

Ao afirmar que é no assentamento onde os trabalhadores rurais assentados irão desenvolver a cultura, buscam interpretar aquele território para além do lote de terra enquanto um espaço geográfico, mas como um espaço político da classe trabalhadora. Para o MST, o assentamento se constitui, enquanto espaço estratégico, também para a continuidade da luta dos trabalhadores e da construção de uma sociedade melhor. Na cartilha “Textos para Debates”, distribuídos pelo Movimento durante as reuniões comunitárias nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan, definem que o “papel dos assentamentos é tornar-se força política em seu território” de forma a “influir na sociedade local e regional, fazendo a disputa pela hegemonia política e ideológica de qual modelo desejamos para o campo brasileiro”.<sup>131</sup>

Deste ponto de vista o Movimento acredita que é necessário que cada assentamento possua “autonomia financeira e humana”, para que os trabalhadores sejam

---

<sup>127</sup> Segundo as entrevistas uma destas famílias continua morando no Assentamento Missões, as outras duas, por mais que tivessem garantias do MST de que ganhariam um lote de terra, optaram em sair da área ocupada.

<sup>128</sup> Existem mais famílias do que lotes, este movimento será abordado no terceiro capítulo, pois se refere a um arranjo encontrado pelas famílias de assentados para viabilizar a permanência dos filhos no lote.

<sup>129</sup> CONCRAB; Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. Caderno de Cooperação Agrícola Nº 7, São Paulo, 1998, p. 25.

<sup>130</sup> MST. Cartilha de estudo - a organicidade e o planejamento: Construindo coletivamente. Nº 3, Set. de 2004, Curitiba, p. 14.

<sup>131</sup> MST. Textos para Debate. Nº 1, Nov. de 2012, Curitiba, p. 26.

“um povo livre, vitorioso, soberano, independente e com futuro promissor”.<sup>132</sup> Para tanto, o Movimento prega que é necessário construir “alternativas que asseguram a entrada permanente de recursos para custear as atividades da organização”.<sup>133</sup>

No mesmo documento, o Movimento expressa a necessidade de “envolver todas as famílias, tanto no estudo como no trabalho voluntário, organizando tarefas para homens, mulheres, juventude e crianças”,<sup>134</sup> além da importância de “planejar atividades de dia inteiro em todas as escolas. Envolver o conjunto de professores e todos os educandos, buscando fazer a reflexão e o trabalho voluntário”.

Este envolvimento da comunidade é significativo para aquilo que o MST compreende como “área reformada”.<sup>135</sup> Assim como esta participação contribui para “elevar o nível de consciência de todas as pessoas”.<sup>136</sup>

As questões debatidas acima se remetem a alguns casos específicos e que não apresentam todas as dimensões e características presentes na criação e às conquistas dos Assentamentos José Eduardo Raduan e Missões. Possibilitam, porém, que traçamos um quadro geral a respeito da implantação dos assentamentos e da forma de execução da reforma agrária. Desta mesma forma, existem pontos onde as experiências de trabalho e de luta se aproximam ou se distanciam entre regiões e assentamentos. Deste ponto de vista, concluímos que os Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan são territórios heterogêneos onde as diversas dimensões da organização e da produção se cruzam, se complementam e se conflitam. Desta forma, transformando e se movimentando conforme as dificuldades imediatas, individuais ou coletivas.

Na historiografia analisada no decorrer da pesquisa, referente aos assentamentos de reforma agrária, observamos que há diferentes maneiras de interpretar as formas e conteúdos que o compõem. João Fabrini, pesquisador da geografia agrária, analisa as práticas sociais dos assentados e, a partir delas, reivindica o conceito de *território camponês* para tratar do espaço e das relações presentes no interior dos assentamentos. Em estudo de caso envolvendo o Assentamento Celso Furtado (Quedas do Iguaçu/PR), o autor evidenciou como o trabalho coletivo, os sentidos construídos

---

<sup>132</sup> MST. Cartilha de estudo - a organicidade e o planejamento: Construindo coletivamente. Nº 3, Set. de 2004, Curitiba, p. 25.

<sup>133</sup> Idem, p. 25.

<sup>134</sup> Idem, p. 36.

<sup>135</sup> Idem, p. 16.

<sup>136</sup> Idem, p. 15.

sobre a terra, e a natureza e a luta por cooperação são práticas camponesas. Conclui que “camponês” e “território” são categorias em constante construção e que a luta não termina com a conquista da terra, quando o “ficar e viver na terra” tem inúmeros problemas devido ao atual modo de produção no campo. A luta é, então, diária e não apenas em momentos de rebelião.

O autor constrói a noção de território camponês para designar os assentamentos. Esta característica é formulada tendo em vista os conflitos sociais em torno da terra e a crítica feita pelo Movimento e pelos trabalhadores ao monopólio da mesma. Numa aproximação sobre as possibilidades que a resistência dos trabalhadores assume, o autor aponta que “Os assentamentos de reforma agrária surgem como resultado da organização e da mobilização dos trabalhadores sem-terra que se materializam a partir das ocupações de terra, principalmente.”<sup>137</sup>

Em sua concepção o assentamento é fruto da luta organizada dos trabalhadores e se constitui como território camponês mediante ocupação. Esta interpretação sobre a materialização dos assentamentos não é única. Outro autor que analisa os assentamentos, enquanto territórios conquistados mediante a luta dos trabalhadores, é Bernardo Mançano Fernandes. Para ele:

A existência de milhares de assentamentos é muito mais fruto da luta pela terra construída pelos trabalhadores, e não somente das políticas do governo. A competência do governo em implantá-los não lhe dá o mérito como principal protagonista do processo, mas é o reconhecimento de uma realidade que o mesmo tem insistido em negar. É exatamente por admitir essa realidade que o governo iniciou uma série de medidas de desmantelamento do projeto dos sem-terra. E criou o seu projeto, que implica em tentar acabar com as ocupações por meio da criminalização dessa ação com a jurisdição da luta pela reforma agrária.<sup>138</sup>

Estas interpretações partem da ação dos sujeitos subordinados e, dado a conjuntura de reforma agrária, nos impelem a compreender o Estado, “gestor da reforma

---

<sup>137</sup> FABRINI, João E. *Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR Enquanto Território de Resistência Camponesa*. Tese de doutorado, Presidente Prudente, 2002, p. 117.

<sup>138</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária: pesquisa e MST*. São Paulo, SP: Cortez, 2001, p. 40.

agrária”, como um “conjunto complexo de níveis dominantes ou postos decisórios, de onde se controlam as rédeas da administração”.<sup>139</sup>

Desta forma, percebemos o caráter classista do Estado ao defender a ordem burguesa e propiciar o avanço das relações capitalistas – não de forma mecânica ou natural, mas inseridas em conflitos e disputas sociais. Segundo Guido Liguori “o grupo dominante na sociedade civil é que tende a delimitar os valores do Estado ampliado”<sup>140</sup> e podemos verificar os esforços deste grupo dominante para organizar seus objetivos diversos através das “ramificações” – institutos, associações – e também pela burocracia do Estado, visando manter sua hegemonia. Isto não impede, pelo contrário, que as classes subalternas construam uma hegemonia alternativa à dominante.<sup>141</sup>

A forma que a implantação dos assentamentos é tratada pela historiografia é bem diversa. Nesta diversidade de interpretações, uma questão se destaca: a dualidade estabelecida em algumas pesquisas referente à continuidade, ou não, da luta nos assentamentos. Autores como Mançano e Fabrini destacam que as lutas encampadas nos assentamentos são continuidades do período de acampamento. No entender de Fabrini, ao analisar assentamentos no Centro/Oeste do Paraná, as experiências de luta na época de acampamento contribuem para a organização de lutas no território do assentamento.

O entendimento de que as conquistas somente se deram em vista de ações coletivas no período de acampamento agem como elemento motivador na continuidade, agora na produção no assentamento, quando as questões econômicas adquirem maior relevância.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup> PERISSINOTTO, Renato. *O Estado como instituição*. Uma leitura das obras históricas de Marx. 2000 Anais do colóquio *O conceito de Estado na filosofia moderna e contemporânea*. Disponível em: [HTTP://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/01renato.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/01renato.pdf) e PERISSINOTTO, Renato. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 21

<sup>140</sup> LIGUORI, Guido. 1. Estado ampliado; 2. Sociedade Civil. *Roteiros para Gramsci*. RJ: UFRJ, 2007. p. 13-57, p. 32.

<sup>141</sup> Por mais que neste momento seja útil apresentarmos nossa compreensão sobre o Estado, não é objetivo deste trabalho, portanto, para mais informações sobre a participação dos trabalhadores dos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan nas disputas por políticas de reforma agrária, consultar: CALLEGARI, Ricardo. *Estado e Relações Sociais: Projetos de Reforma Agrária em Disputa (1983/1998)*. In: IV SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER, 2013, Marechal Candido Rondon. Anais do IV Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: ditaduras e democracias. Marechal Candido Rondon: UNIOESTE, agosto de 2013. Pág. 338-346.

<sup>142</sup> FABRINI, João E. *Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR Enquanto Território de Resistência Camponesa*. Tese de doutorado Unesp, Presidente Prudente 2002, p. 231.

Ou como Maçano destacou: “o assentamento e cada lote dos sem terra são mais do que unidades e áreas de produção, são também porções do território conquistado para a resistência e a lutas contínuas”.<sup>143</sup>

Por outro lado, Zamberlam<sup>144</sup> e Abramovay<sup>145</sup> consideram em suas pesquisas que “a organização dos acampamentos não parece ser uma base para a organização dos assentamentos” e complementa afirmando que desaba a utopia “de que o mundo da produção material, o mundo das relações econômicas que se implanta com o assentamento é uma espécie de continuidade, de reprodução do mundo encantado da luta que se estabelecia no momento da ocupação de terra”.<sup>146</sup>

Estas interpretações, ao compararmos com as entrevistas da juventude rural, apresentam limites. Quando Carlos afirma que o “trabalho no grupo [coletivo] era desde o acampamento”<sup>147</sup> ou quando Pedro chama atenção para o fato de que “depois que nós fomos para nossa terra ainda nós trabalhamos uns dois, três anos orgânico!”<sup>148</sup>. Percebemos, desta forma, que as relações sociais construídas nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan são mais complexas que a continuidade ou não da luta, pois os trabalhadores sem terra e a juventude rural constroem alternativas para enfrentar as dificuldades imediatas vivenciadas e, ao fazerem isto, criam novas formas de trabalho ou recriam práticas já estabelecidas no interior do grupo, coletivas ou individuais, orgânicas ou convencionais.

Neste sentido, concordamos com Neusa Zimmermann quando afirma que no cotidiano dos “assentamentos, diferentes formas organizativas voltadas para a produção

---

<sup>143</sup> FERNANDES, Bernardo Maçano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979/1999)*. Tese de doutorado. USP. São Paulo, SP: 1999, p. 232.

<sup>144</sup> ZAMBERLAM, Jurandir. *Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica de alguns assentamentos*. In: MEDEIROS, Leonilde, et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. Pág. 271-286.

<sup>145</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. *O mundo desencantado dos assentamentos*. In: MEDEIROS, Leonilde, et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. Pág. 313-320.

<sup>146</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. *O mundo desencantado dos assentamentos*. In: MEDEIROS, Leonilde, et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. Pág. 313-320, p. 316.

<sup>147</sup> CARLOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Carlos de 26 anos, Francisco Beltrão, 27 de fev. 2014, 33 min.

<sup>148</sup> PEDRO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Pedro, 30 anos em Francisco Beltrão, 16 de março de 2014, 55 min.

são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos”<sup>149</sup>. Então, como os assentados significam estas situações? Como significam esta heterogeneidade?

Em sua tese de doutorado, Davi Schreiner, aborda como o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) assentou um número de trabalhadores muito inferior do previsto no Plano, devido as pressões feitas pela UDR (União Democrática Ruralista) e TFP (Tradição, Família e Propriedade). Neste sentido, chama atenção para como o MST reforçou a necessidade de manter as ocupações, visando a materialização dos assentamentos. Ao analisar o Assentamento Vitória, em Lindoeste, o autor aponta para a diversidade presente no território, assim como historiciza a construção e organização das comunidades. Para ele,

Além da ocupação dos lotes, de sua preparação para atividades produtivas e construção de uma infra-estrutura inicial para moradia, as famílias preocuparam-se em instalar bens de uso comunitário. A comunidade constitui um elemento fundamental para a sociabilidade das famílias. (...) Nelas, a vida revela como os assentados se estruturaram com base nas suas tradições culturais. Sua organização e manifestações expressam elementos múltiplos de uma tradição de vida comunitária cultuada no sul do País, descritos por Seyferth.<sup>150</sup> Os lotes distribuídos ao longo das linhas, associados a espaços e edificações de uso comum, como a igreja, a bodega, o campo de futebol, o salão de festas, a escola, e práticas de solidariedade familiar e de vizinhança, constituem cada uma das comunidades.<sup>151</sup>

O autor dialogou com a forma de organização interna daqueles Assentamentos sempre aproximando aos modos de vida dos trabalhadores, buscando identificar a “raiz” de suas escolhas. A análise que fez dos Assentamentos possibilita compreender estes como territórios comunitários, mas, como apontou, não sem conflitos.

Segundo o autor, a noção de *comunidade* possui um sentido de coesão e, portanto, sem contradição, este sentido homogeneiza as relações sociais que se desenvolvem no interior deste território. Edward Thompson desenvolveu a noção de “comunidade de interesses” e apontou para como estes interesses são partilhados, convergentes, divergentes e sobrepostos, mas que dão forma a comunidade. Para Davi,

---

<sup>149</sup> ZIMMERMANN, Neusa de Castro. *Os desafios da organização interna de um assentamento rural*. In: MEDEIROS, Leonilde, et al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. Pág. 205-224.

<sup>150</sup> SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura*.

<sup>151</sup> SCHREINEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002, p. 248.

os sujeitos vivem numa mesma situação e tem objetivos comuns, mas estabelecem relações permeadas por conflitos, por tensões e divergências, pois são portadores de interesses. Estas *tensões* também estão presentes nas narrativas dos jovens que entrevistamos e expressam a diversidade de experiência e de interesses. É possível percebermos estas diferenças em, ao menos, dois aspectos: o lazer e o trabalho.

Angélica remete ao Assentamento Missões como fruto da luta, mas, ao criticar o fato que “ninguém quis levar adiante a reforma da casa abandonada”<sup>152</sup> no centro do Assentamento que serviria ao grupo de jovens, expressa a diversidade e, de certa forma, um conflito presente no Assentamento. Esta casa abandonada era de uma das três famílias que trabalhavam na fazenda e que saíram depois da ocupação.

Uma casa muito linda. Nós fizemos projeto, lavamos toda ela, fizemos um monte de projeto, foi mandado não foi aceito nenhum. Por que ali seria um lugar de lazer, um quiosquezinho em volta, pro jovem ir ao final de semana. Aí como tem açude é muito bom, mas ninguém deu bola.<sup>153</sup>

Por outro lado, a entrevista de Marcos aponta para outra dimensão do lazer, mas relacionando com o trabalho e o fato de não gostar de jogar futebol:

Eu não sou muito de futebol, mas tem o pessoal que se reúne na comunidade, ali no campinho pra jogar bola. Tem um grupo de gurizada, mas é mais pra lazer. É importante, na verdade eu não gosto de futebol então nem me envolvo, mas eles gostam. [...] Nesses dois anos que eu to aqui [trabalhando com as hortaliças], não dá pra dizer muito em lazer não. *Nos dois anos nós estamos de domingo a domingo peleando direto pra se organizar.* Mas vai nos amigos, de vez em quando. Baile faz tempo que eu não sei o que é. A gente chega muito cansado! *Aí você tem que saber que quando tu vai pro baile e fica até as cinco da manhã, quando é seis e meia tu tem que tá trabalhando, você nem dormir não pode!* Aí acaba nem saindo muito.<sup>154</sup>

Ao expressar que não gosta de futebol, Marcos indica outras formas de lazer: visitas aos amigos e bailes. Nisto expressa a rotina do trabalho familiar na produção das hortaliças, com uma jornada que começa de manhã, as 06h e 30 minutos, e acaba no

---

<sup>152</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

<sup>153</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

<sup>154</sup> MARCOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Marcos, 26 anos em Marmeleiro/PR no dia 18 de setembro de 2014, 48 min.

anoitecer. Estas duas interpretações dadas pelos jovens notabilizam a diversidade nas formas de lazer construídas pelos jovens e com quais “pressões” lidam para organizar seus “tempos de folga”.

Por outro lado, os sentidos atribuídos às relações de trabalho, principalmente na produção de leite, apontam para outra diversidade presente nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan. Carlos, quando afirmou que “com a vaca não interessa se estiver chovendo, com sol, ou frio. O que tiver tem que estar ali para tirar leite” busca caracterizar como este trabalho exige um controle do tempo e como este fator o impulsiona a trabalhar com o plantio de soja. Neste fragmento, afirma ser ruim trabalhar com vacas de leite, pois é sozinho, já que seus pais estão aposentados e seu irmão trabalha como leiteiro. Para Carlos, o trabalho no leite exige muita mão-de-obra, maior dispêndio de tempo e organização do dia em função desta atividade, o que para ele é um problema.

Neste mesmo trecho de sua narrativa ele explica sua escolha de plantar soja, tendo em vista uma maior autonomia do tempo (não estar todo o tempo ou a maior parte do tempo em função da atividade), que, segundo ele, é mais regado na produção do leite. O aumento na entonação de sua fala e a relação que fez das características do trabalho com as intempéries da natureza indicam para como esta “autonomia” é importante para sua escolha, além de apontar para como a decisão é tomada com base nos anos de trabalho junto com os pais na produção de leite.

Na fala de Felipe, que trabalha tirando leite com os pais e também atua no Colégio Paulo Freire como auxiliar de serviços gerais, a caracterização do trabalho também possuiu elementos de críticas ao controle de tempo. Ele afirmou:

Mais é fim de semana essas coisas. Tem que estar ali o feriado, o natal, páscoa sempre tem que estar ali! Não interessa, chove, faz sol tu tem que tirar leite! Tem que trabalhar! Vai ter que trabalhar a mesma coisa. Aonde ir, com quem ir, vai ter que trabalhar a mesma coisa.<sup>155</sup>

Nas duas narrativas (de Carlos e Felipe) a questão do tempo é um marco de referência para dialogarem sobre o trabalho na produção de leite. A crítica reside na pouca autonomia sobre o tempo e, desta forma, parece que para eles o ritmo de trabalho

---

<sup>155</sup> FELIPE. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Felipe, 25 anos. Francisco Beltrão, 27 de fevereiro de 2014, 19 min.

deixou de ser natural. Ao analisar a Inglaterra do século XVIII, Thompson discutiu sobre as mudanças na percepção e utilização econômica do tempo inclusive nas economias camponesas. Para ele,

Toda a economia familiar do pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas; mas em seu interior pode haver divisão do trabalho, alocação de papéis e a disciplina de uma relação de empregador-empregado entre o agricultor e seus filhos. Mesmo neste caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador.<sup>156</sup>

Estes elementos estão presentes na narrativa de Pedro, que hoje trabalha no lote do Assentamento Missões herdado de seus pais.<sup>157</sup> Ele, aproveitando um momento da entrevista em que sua mãe não estava, dialogou sobre o motivo de sua saída do campo. Afirmou que alguns “pais não dão chances para os mais novos”<sup>158</sup> o que dificulta a “autonomia dos filhos”. Este é um importante indicativo sobre os dilemas da “juventude rural” que, por um lado informam sobre a existência de conflitos familiares na forma de organizar o trabalho no lote e, por outro lado, evidenciam que os limites da organização do trabalho estão ligados a falta de terra para os filhos trabalharem e constituírem famílias.

O trabalho de pesquisa feita por Nilson Weisheimer,<sup>159</sup> baseado em estudo de caso da região do Vale do Caí do Rio Grande do Sul, apontou para problemas gerados pela subordinação dos jovens aos pais nas relações de trabalho presentes na produção do morango. Esta questão é significativa, pois também foi referenciada em algumas entrevistas produzidas no Assentamento Missões e no José Eduardo Raduan, como podemos verificar no caso de Pedro.

São atos interpretativos sobre o trabalho na produção de leite, no qual a necessidade de muita mão-de-obra e uma organização do tempo e das atividades que priorizem aquele trabalho são sinônimos da perda de autonomia e do controle do tempo, ou, em casos como de Carlos, caracterizados como sinônimos de “prisão”.

---

<sup>156</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum* – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 272.

<sup>157</sup> Este caso será debatido no terceiro capítulo quando analisaremos esta forma de recamponseização da juventude rural e o trabalho familiar mediante aposentadoria dos pais.

<sup>158</sup> PEDRO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Pedro, 30 anos em Francisco Beltrão, 16 de março de 2014, 55 min.

<sup>159</sup> WEISHEIMER, Nilson. *Os jovens agricultores e o processo de trabalho da agricultura familiar*. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

Esta forma que Carlos e Felipe interpretam o trabalho na produção de leite pode estar relacionada com a pouca participação que tinham nas decisões sobre aquele trabalho. Desta forma,

Se elas não tiverem direito a dar opinião, se foram discriminadas na remuneração, essas relações de trabalho serão (des)educativas porque as crianças estarão aprendendo a ser submissas e exploradas e não participantes, de fato, da vida do assentamento.<sup>160</sup>

A participação dos filhos nas decisões sobre o trabalho foi algo muito debatido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, durante a década de 1990, através das cartilhas e dos encontros regionais. Estabeleceram a participação dos filhos como uma forma educativa, construtora de identidades e também como forma de motivar a permanência destes nos assentamentos. Esta participação envolveu a remuneração e também as decisões do que plantar e como plantar, se orgânica ou convencional, soja ou leite.

A narrativa de Angélica é singular em relação ao de Carlos, Felipe e Pedro. Embora reconheça as dificuldades, destaca uma importante dimensão do trabalho que exercia na produção de leite desde pequena com os seus pais. Ela afirma que é uma experiência que a impulsiona a querer trabalhar no campo, pois “sempre [esteve] atrás do pai e da mãe e mexendo com silagem.<sup>161</sup> Daí a gente acaba gostando também”.<sup>162</sup> Percebemos como o trabalho familiar possui, para Angélica, *princípios educativos* repassados e construídos por pais e filhos(as).

Neste sentido, as narrativas da juventude rural, motivadas em “expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar”,<sup>163</sup> ora se aproximam do ideal de trabalho debatido pelo MST e ora se afastam. No Boletim da Educação Nº 4, organizado pelo Movimento, o trabalho é pensado como educativo, “ao menos em algumas dimensões”,<sup>164</sup> pois forma a consciência das pessoas.<sup>165</sup> No mesmo material o Movimento questionou sobre qual o “trabalho ajuda a preparar os sujeitos

---

<sup>160</sup> MST. Boletim da Educação: Escola, Trabalho e Cooperação. Nº 4, Nov. de 1995, Curitiba, p. 07.

<sup>161</sup> Processo que consiste em triturar o pé de milho verde e armazená-lo em buraco envolto com lona para servir de alimento para as vacas de leite no inverno.

<sup>162</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

<sup>163</sup> PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos*. In: Ver. Tempo. n. 2 Rio de Janeiro: EDUFF, 1994, p. 60.

<sup>164</sup> MST. Boletim da Educação: Escola, Trabalho e Cooperação. Nº 4, Nov. de 1995, Curitiba, p. 06.

<sup>165</sup> MST. Boletim da Educação: Escola, Trabalho e Cooperação. Nº 4, Nov. de 1995, Curitiba, p. 05.

capazes de dar continuidade à luta de seus pais, construir uma nova vida social e construir sua própria felicidade?”.<sup>166</sup> O sentido educativo está relacionado com o trabalho e a luta: para o Movimento, educação, trabalho e luta não se separam, pelo contrário, contribuem para a formação subjetiva da juventude rural Sem Terra.

Mas, em alguns casos, o trabalho não está relacionado pela juventude como o único elemento educativo e formador de sua identidade. Tatiana, ao ser perguntada onde trabalha, respondeu que atualmente mora com seus pais e é agricultora. Ao relatar sua trajetória de vida, utilizou termos como “costaneira”, “metro da madeira” e “serra fita”<sup>167</sup> que expressam sua trajetória de trabalho nas serrarias que trabalhava, com seu pai, mãe e 02 irmãos. Porém, afirma que “sua área” é de Técnica em Enfermagem. Para ela, sua área não é o campo onde trabalhou e cresceu, mas está relacionado com o que estudou. Evidenciou, desta forma, como as relações sociais de trabalho (no campo e na cidade) se misturam com a sua educação para formar a sua identidade enquanto trabalhadora.

Outra característica da pesquisa envolveu os termos que os documentos, orais e escritos, apresentaram para se referir aos assentamentos – *conquista* e *criação*. Dois sentidos que evidenciam muito sobre as formas de interpretar este território, apontando, inclusive, para a disputa da memória. Ao conversar com a juventude rural e com as famílias de assentados, ou ainda analisando os documentos do MST, a forma de interpretar apontava para como os Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan foram *conquistados*. Comum foi ouvir: “O Assentamento [José Eduardo Raduan] foi conquistado em 1998”,<sup>168</sup> ou ainda: “Conquistamos o lote em 1997”.<sup>169</sup> Por outro lado, ao analisarmos os documentos do INCRA e MDA os termos utilizados para referenciar os assentamentos mudam para *criação* ou, ao tratar da aquisição da área, *obtenção*, por exemplo: “*criado* em 18/12/1997”.<sup>170</sup>

A utilização dos termos não é uma escolha aleatória, ela representa os sentidos que aquele fato assume para os sujeitos envolvidos: “a linguagem é composta por um

---

<sup>166</sup> MST. Boletim da Educação: Escola, Trabalho e Cooperação. Nº 4, Nov. de 1995, Curitiba, p. 06.

<sup>167</sup> TATIANA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Tatiana de 22 anos, Marmeleiro, 17 de set. 2014, 58 min.

<sup>168</sup> SUELEM. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Suelem, 28 anos. Marmeleiro, 18 de setembro de 2014, 48 min.

<sup>169</sup> PEDRO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Pedro, 30 anos em Francisco Beltrão, 16 de março de 2014, 55 min.

<sup>170</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2014.

conjunto de traços, todos eles portadores de significados”.<sup>171</sup> São “atos interpretativos” que se confrontam, de um lado significados dos trabalhadores sem terra e de outro, órgãos oficiais do Estado.

Ao expressar que os assentamentos são conquistas, os assentados relacionam com as lutas que foram/são necessárias para que a terra seja um lugar de trabalho.<sup>172</sup> Desta forma, a juventude se coloca como ator político e como sujeito da história. Para a juventude rural estas dimensões contribuem para definir o que é um “assentamento”. Além disto, ao frisarem que foi uma conquista, evidenciam como o conflito produz memória ou, nos dizeres de Yara Khoury, “processos sociais criam significações e que essas se instituem em memórias”.<sup>173</sup>

Enquanto que o INCRA, ao caracterizar como criação, naturaliza a relação conflituosa e valida os assentamentos como projetos de reforma agrária *criados* pelo Estado, principalmente ao não diferenciar estes que foram de ocupações de terras daqueles de colonização. Esta forma de interpretar exclui a ação dos trabalhadores, reduzindo-os a números e estatísticas, afim de produzir uma memória em que a reforma agrária é feita graças ao Estado.

Ainda sobre a disputa de memória entre trabalhadores e órgãos oficiais é importante destacar a disputa que envolveu a escolha do nome do Assentamento José Eduardo Raduan. Segundo Ata feita pelos trabalhadores, reunidos na reunião do dia 27/03/1999, o nome seria “Assentamento João de Paula, para nunca nos esquecermos dos mártires da luta”.<sup>174</sup> Para os trabalhadores esta seria uma forma não só de homenagear o companheiro assassinado pelos jagunços no dia 21/07/1983<sup>175</sup>, mas de deixar o passado viver de forma a sempre se lembrarem da importância da luta.

Porém, esta vontade dos trabalhadores não foi respeitada e prevaleceu a vontade do INCRA em homenagear José Eduardo Raduan, antigo superintendente do Instituto. Esta é uma mostra de como a luta e a memória foram “capitalizadas” na figura do Estado e seus sujeitos, visando afirmar suas “ações de reforma agrária”.

---

<sup>171</sup> KHOURY, Yara. *O historiador, as fontes orais e a escrita da história*. In. Outras histórias: memórias e linguagens. MACIEL, Laura Antunes (et al). São Paulo: Olho d’água, 2006, p. 32.

<sup>172</sup> MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

<sup>173</sup> KHOURY, Yara. *O historiador, as fontes orais e a escrita da história*. In. Outras histórias: memórias e linguagens. MACIEL, Laura Antunes (et al). São Paulo: Olho d’água, 2006, p. 24.

<sup>174</sup> ASSENTAMENTO JOSÉ EDUARDO RADUAN. Ata de reunião. Marmeleiro/PR: nº 2, 27/03/1999).

<sup>175</sup> Como discutido no primeiro capítulo.

James Scott ao tratar de aspectos do poder embelezados para não “criar um embaraço se fosse declarado”, os chama de *eufemismos*. Estes, ao serem impostos, marcam “muitas realidades sórdidas da dominação e conferem-lhes uma aparência inofensiva e asséptica. Destinam-se, em particular, a obscurecer o uso da coerção”<sup>176</sup> e que podem ser observados “nos gestos, na arquitetura, nos atos ritualizados, nas cerimônias públicas e em quaisquer outras ações em que os poderosos possam retratar a dominação de acordo com seus desejos”.<sup>177</sup>

Nos casos por nós pesquisados, os *eufemismos* ocorrem quando as instituições do Estado afirmam que “criaram” os assentamentos e, principalmente, quando definem o nome como José Eduardo Raduan e não João de Paula.

Pesquisar sobre assentamentos de reforma agrária se constituiu como uma atividade de grande aprendizado. Os diálogos com os trabalhadores sem terra, “gravados” e “não gravados”, a participação nas reuniões comunitárias em que discutiram sobre as alternativas de trabalho e produção agroecológica, as assembleias nas quais debateram sobre a possibilidade de ocupar a fazenda Atalla, em Florestópolis/PR,<sup>178</sup> se revelaram, por um lado, como importantes momentos desta pesquisa e, por outro, apresentaram como a *conquista* da terra é o sonho de muitas famílias e, no outro extremo, como a *criação* dos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan não significou, necessariamente, política de reforma agrária e como os trabalhadores precisam continuar se organizando coletivamente para exigí-la.

Através das leituras dos referenciais e da aproximação com as fontes, compreendemos que os Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan são territórios conquistados pela luta coletiva e constituídos por trabalhadores com diversas experiências de trabalho, tais como: agregados, pequenos arrendatários, trabalhadores assalariados na indústria ou, em épocas de colheita, em médias ou grandes propriedades da região. Possuem uma trajetória de trabalho, na maioria das vezes, subordinada a proprietários de terras ou empresários. Esta condição constrói diferentes sentidos sobre

---

<sup>176</sup> SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência*: discursos ocultos. Letra Livre: Lisboa, 2013, p. 92.

<sup>177</sup> SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência*: discursos ocultos. Letra Livre: Lisboa, 2013, p. 94.

<sup>178</sup> A ocupação foi feita por cerca de 500 famílias organizadas no MST e ocorreu no dia 01/03/2014. A área ocupada compreendia 2 mil hectares e era controlada pelo Grupo Atalla. Porém, por mais que algumas famílias dos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan se reuniram e manifestaram interesse em participar da ocupação, não temos informações para afirmar quantas famílias foram.

a luta pela terra e quais seriam/são as formas de se trabalhar no lote conquistado. Ambos os Assentamentos aqui analisados foram resultados de ações por parte de trabalhadores sem terra e os modos de organizar e distribuir as unidades de produção familiares possuem características próprias em cada um dos Assentamentos.

Portanto, quando falamos em assentamentos de reforma agrária, não basta dizer que foi da luta coletiva, que é um assentamento de ocupação de fazendas improdutivas. Há outras dimensões que o fazem assentamentos de reforma agrária, pois esta noção traz em si mesma um conteúdo que remete ao enfrentamento direto, de acampamento, de ocupação de terra de trabalhadores organizados no MST, que confrontou a grande propriedade privada e improdutiva e possibilitou o acesso a terra para quem não tinha. Mas, na medida em que se consegue o assentamento, já desconcentrando a propriedade da terra, potencializa, em tese, a luta pela reforma agrária. Ou seja, somente a divisão de grandes propriedades em lotes para o assentamento de famílias, não se caracteriza por reforma agrária. A proposta do MST, inclusive, abarca mais dimensões que esta.

Então, o que o torna de reforma agrária? O parcelamento das terras possibilita uma luta no sentido de conseguir saúde, educação, políticas públicas para a produção, para o lazer, financiamentos, cooperativas, agroindústrias. Ou seja, uma política agrária voltada para a produção familiar, associativa, cooperativada para a produção de alimentos. Deste modo, vemos que a conquista da terra deve estar, necessariamente, articulada com outras dimensões e viabilizar os assentamentos rurais e incidir no sentido de mudar a estrutura agrária e a política agrária.

Neste sentido, até que ponto os Assentamentos José Eduardo Raduan e Missões são de reforma agrária? Como é a organização, a participação na luta e o cotidiano daqueles que neles vivem? A juventude vive este território como de reforma agrária? Nas alternativas construídas pelas famílias como é a construção do território enquanto reforma agrária? A juventude rural percebe os Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan como resultados da luta coletiva? Como ela qualifica esta conquista coletiva? A juventude rural se identifica com esta conquista? Ela entende que deve continuar construindo alternativas para a permanência no campo e para a continuidade da luta por reforma agrária?

Constitui-se enquanto território de reforma agrária nas experiências vividas pelos assentados e na relação com o MST, com o INCRA, na troca de conhecimento

entre os assentados, na forma como eles organizam o trabalho e a produção nos lotes, se vêem viabilidade nas Cooperativas e como vivem os conflitos.

No caso do Assentamento José Eduardo Raduan, as unidades de produção variam de tamanho (entre 3 a 15 hectares) devido a forma como ocorreu a ocupação da área, com a entrada e tomada de posse por parte das famílias de acordo com a capacidade de produzirem e trabalharem. Esta forma de divisão foi “respeitada” pelo INCRA que efetuou a regularização dos lotes sem debater sobre a possibilidade de divisão em unidades de produção familiares de mesmo tamanho. Algo que o MST debateu com as famílias desde o período de acampamento, mas que encontrou resistência por parte das famílias com maior volume de terra.

Ao todo são 10 (dez) comunidades no interior do Assentamento.<sup>179</sup> Sete delas possuem nomes de santos ou santas católicos. Esta característica expressa as tradições culturais das famílias e como estão ligadas ao cristianismo, a exemplo das comunidades do Sul do país. Há três Colégios no Assentamento<sup>180</sup> nos quais estudam as crianças e jovens das dez comunidades do Assentamento e de comunidades vizinhas. Há também centros comunitários de uso comum em cada comunidade. Neles os assentados organizam reuniões além de rezarem missas, cultos e/ou novenas.

No Assentamento Missões, a organização dos lotes possui uma dinâmica um pouco diferente devido ao contexto de criação, no qual o MST aprofundou o debate sobre terras coletivas e/ou a distribuição dos lotes de iguais tamanhos. Neste caso, as famílias optaram inicialmente em trabalhar com grupos de famílias mediante terra e trabalho coletivo. Ao todo foram 10 grupos, com 13 famílias cada, trabalhando na terra e morando numa vila rural no centro do Assentamento. Porém, como veremos adiante, a opção em trabalhar coletivamente durou três anos (um ano no acampamento dentro da fazenda e dois no período do Assentamento), posteriormente as famílias se distribuíram no interior do Assentamento e passaram a produzir e trabalhar de forma familiar nas unidades de produção.

---

<sup>179</sup> São elas: Bela Vista, Santo Agostinho, Santo Antonio, Novo Progresso, Barra Bonita, São Domingos, Nossa Senhora de Fátima, São Pedro, Santa Terezinha e Nossa Senhora Aparecida.

<sup>180</sup> Um na Barra Bonita, outro no Novo Progresso e outro na Bela Vista. No ano de conquista do Assentamento José Eduardo Raduan, foi construída uma escola para cada comunidade, porém, foram fechadas pela prefeitura ao longo dos anos.

Atualmente, portanto, o Assentamento está organizado em 3 (três) comunidades.<sup>181</sup> Os lotes são familiares, sendo que 17 famílias ainda moram na vila rural e trabalham nas unidades de produção familiares, ou ainda, os pais moram na vila rural e seus filhos, a juventude rural, moram e trabalham nos lotes. Nesta vila há, ainda, o Colégio Estadual Paulo Freire e a Escola Municipal Irmão Cirilo, nas quais cerca de 500 filhos de assentados e de mais 07 comunidades vizinhas estudam. Na vila há também o centro comunitário, com uma quadra de esportes, dois campos de futebol (um do Colégio e outro da comunidade) e a igreja católica onde as famílias se reúnem dominicalmente para rezar e celebrar datas importantes como o dia do assentamento. Há também o Posto de Saúde Municipal, que foi conquistado neste ano de 2014.

Em relação à produção, a principal parte da renda familiar nos dois Assentamentos provém da produção de leite. Segundo dados obtidos na Cooperativa Iguaçu (Cooperiguaçu),<sup>182</sup> o Assentamento Missões possui uma bacia leiteira com produção mensal de 608 mil litros de leite, sendo que das 136 famílias, 103 produzem leite e o restante (33 famílias) trabalham com soja ou trigo. No caso do Assentamento José Eduardo Raduan a produção também é leiteira, mas com uma crescente produção de soja. Porém, em conjunto com estas produções (leite e grãos), há uma produção diversificada de uva, laranja, hortaliças, peixes, mandioca, moranga, cabras e porcos, que são entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),<sup>183</sup> complementando a renda e servindo para o consumo familiar.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Sudoeste do Paraná possui 50 assentamentos e um total de 64.497 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete) hectares em áreas de reforma agrária, como podemos verificar na tabela que segue.

---

<sup>181</sup> Missões, Rio Catorze e Nova União.

<sup>182</sup> Sua atuação será discutida no terceiro capítulo, quando analisaremos algumas formas de organização e de trabalho em que há maior participação dos jovens, tais como: a produção de hortaliças e de galinhas caipiras semi-confinadas.

<sup>183</sup> O PAA é um programa criado pelo Governo Federal em 2003 e que visa, através de edital público, a aquisição de alimentos via pequenos produtores e assentados para distribuição nas escolas e hospitais, por exemplo. É em parte fruto da reivindicação e pressão dos movimentos sociais por uma alternativa a compra e venda da produção diversificada da pequena propriedade familiar, mas também como fruto de uma maior demanda de alimentos para as cidades.

**Tabela 4. Número de assentamentos, famílias assentadas e área total dos territórios de reforma agrária do Sudoeste do Paraná (1986/2014)**

<b>Município Sede</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Famílias</b>	<b>Área/há</b>	<b>Conquista/ano</b>
<b>Barracão</b>	Coletivo da Fronteira	08	230	11/05/1998
	Colméia	05	107	07/02/2000
<b>Boa Esperança do Iguaçu</b>	Boa Esperança	19	756	28/11/2005
<b>Chopinzinho</b>	Chopinzinho	58	1.838	12/12/1996
	Nova Conquista	17	531	24/06/1986
<b>Clevelandia</b>	Butiá	84	935	19/11/1984
<b>Coronel Domingos Soares</b>	Bom Retiro Butiá	61	1.730	10/06/1992
	Estrela do Meio	17	405	05/10/1998
	Passo Fundo	41	654	19/11/1984
	Retiro I	14	258	22/12/1999
	Terra Boa	19	458	17/11/1997
	27 de Outubro	164	7.260	16/11/1998
<b>Francisco Beltrão</b>	<i>Missões</i>	<i>133</i>	<i>1.983</i>	<i>18/12/1997</i>
<b>Honório Serpa</b>	Chopim	26	944	25/08/1987
	Chopim I	73	1.880	25/04/1988
	Chopim II	70	2.177	27/12/1989
	Chopim III	16	302	03/09/1991
	Chopim IV	21	581	21/11/1990
	Fazenda Lagoa	31	722	18/02/1987
	Jacutinga	09	174	26/12/1996
	Nova Concórdia	32	808	12/12/1996
	Nova Terra	66	1.300	23/11/1995
	Santa Catarina	20	441	23/02/1995
	Tupy	23	383	07/02/2000
<b>Mangueirinha</b>	Anjo da Guarda I	42	843	25/04/2012
	Esperança Viva	18	429	25/04/2012
	Fazenda Covozinho	11	374	17/12/1986
	Fazenda Machado	12	416	27/12/1989
	Itá	65	2.533	12/12/1996
	Natal da Esperança	25	518	16/11/1999
	São João Maria	23	427	19/10/2007
	Três Capões	32	843	05/11/1986
	Vitória	41	735	05/08/2005
	Vitória da União do Paraná	363	10.060	11/11/1986
	Anjo da Guarda	19	358	24/10/1997

<b>Marmeleiro</b>	Fazenda Perseverança	33	795	12/05/1987
	<i>José Eduardo Raduan</i>	<i>367</i>	<i>3.946</i>	<i>15/12/1998</i>
	Marmeleiro	27	840	21/11/1990
	São Jorge	18	300	20/08/1997
<b>Nova Prata do Iguaçu</b>	Fazenda Nova Prata	30	1.210	28/11/2005
<b>Palmas</b>	Cruzeiro do Sul	30	601	23/11/1995
	Margem do Iratim	54	1.333	07/11/2000
	Paraíso do Sul	54	1.381	07/11/2000
	São Lourenço	56	1.742	22/11/2000
<b>Renascença</b>	Jaciretã	77	1.511	10/02/1987
	João de Paula	93	1.898	22/04/2004
	Quebra-Braço	22	383	29/10/1997
	Santa Tereza	19	312	30/06/1999
<b>Salgado Filho</b>	São Braz	07	335	08/03/1989
<b>Saudade do Iguaçu</b>	Nova Fartura	167	3.517	18/12/1997

Tabela organizada pelo autor segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2014.

São assentamentos criados principalmente na década de 1990 impulsionados pelas ocupações de terras e pela territorialização do MST na região. São *territórios* com 2.732 (duas mil setecentas e trinta e duas) famílias assentadas que trabalham em unidades de produção familiar ou em terras coletivas. E embora este número de assentamentos, de área ocupada e famílias assentadas indicarem para alguma distribuição de terra, eles não chegaram a alterar o quadro de concentração de terras e de saída da população.<sup>184</sup>

Destes, há reassentamentos de atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Caxias, como os Projetos de Reassentamento de Barragens Nova Prata, Boa Esperança e Nova Conquista, respectivamente em Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu e Chopinzinho. Ou como o Coletivo da Fronteira, localizado em Barracão, no qual oito famílias cultivam a terra de forma coletiva. Neste último, assim como no Anjo da Guarda, no Colméia e no São Jorge há experiências de trabalho com

<sup>184</sup> Como discutimos no primeiro capítulo, com base nos dados do IBGE, a população do campo diminuiu 48% no período de 1980 a 2014 mesmo com aumento do número de pequenas propriedades de terra. Este movimento foi acompanhado de forte concentração de terras, onde 8% dos estabelecimentos passaram a ocupar 55% da área.

biofertilizantes<sup>185</sup> e produção de uréia natural, assim como de produção de leite no sistema da Pastejo Racional Voisin<sup>186</sup> ou no Sistema Agroflorestal de Pastagens.<sup>187</sup> No Assentamento João de Paula há a produção agroecológica de hortaliças e, na produção de leite, é feito o tratamento homeopático.

Os Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan (em destaque na tabela) são, atualmente, casos de trabalho em unidades de produção familiar oriundos de ocupações por trabalhadores organizados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e pelo MST. E as narrativas da juventude rural, dos Assentamentos pesquisados, possuem várias questões relacionadas ao trabalho e a produção no lote que notabilizam a condição de vida nos Assentamentos, além de evidenciar as pressões que sofrem.

Todos os assentamentos foram criados em áreas improdutivas da região<sup>188</sup> e em áreas desapropriadas pelo Estado, como os 3.946 (três mil, novecentos e quarenta e seis) hectares da fazenda Anoni em Marmeleiro/PR, ou ainda em áreas tomadas pelos bancos públicos, como os 1.983 (mil novecentos e oitenta e três) hectares da fazenda Marrecas em Francisco Beltrão/PR. Além destas características, soma-se o fato das áreas serem grandes propriedades de terra.<sup>189</sup>

Para tanto, é necessário destacar que os dados informados pelo INCRA não diferenciam assentamentos conquistados mediante ocupações de fazendas por trabalhadores organizados no MST ou em outros movimentos sociais daqueles criados a partir de projetos de colonização. Esta é uma importante dimensão sobre a reforma

---

<sup>185</sup> Um dos biofertilizantes utilizados é a calda bordalesa. Processo que consiste na recolha e mistura de urina de vaca com matéria orgânica e curtida por alguns dias. Utilizada como repelente biológico de insetos.

<sup>186</sup> Método agroecológico de pastoreio, utilizado na produção de leite. Para mais, consultar: <http://www.agroecologiaemrede.org.br>, acesso em 31/10/2014.

<sup>187</sup> Nos sistemas agroflorestais, associa-se a agricultura e a criação de vacas de leite com árvores, combinando produção e conservação dos recursos naturais. Os sistemas agroflorestais podem auxiliar na conservação dos solos, das microbacias e áreas florestais e diversificam a produção proporcionando uma oferta mais estável de produtos ao longo do ano.

<sup>188</sup> Terras que não estão sendo cultivadas, trabalhadas, conforme expusemos no capítulo 1.

<sup>189</sup> Segundo informações obtidas na sede do INCRA em Francisco Beltrão, em visita realizada no dia 23/01/2014, um módulo de terra representa a quantia de 13 hectares, enquanto que a partir de 200 (duzentos) hectares a área é uma grande propriedade. Esta condição é devido as características geográficas (condição do solo muito acidentado) e históricas da região (economia de subsistência e ocupação em pequenas posses de produção familiar). E, segundo Lei Agrária de 1993, uma pequena propriedade pode ter no máximo 05 módulos regionais (ou seja, 65 hectares), acima disto são consideradas médias ou grandes propriedades.

agrária na região, pois dos 50 (cinquenta) assentamentos, 43 (quarenta e três) são frutos de ocupações de terra e da luta dos trabalhadores.<sup>190</sup>

A promulgação do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, seguido dos primeiros Planos Regionais de Reforma Agrária, são, segundo Davi Schreiner<sup>191</sup> e Sônia Mendonça<sup>192</sup>, frutos das lutas e pressões sociais. Porém, as desapropriações de fazenda improdutivas e o assentamento de famílias sem terra não foram efetivados, aumentando, desta forma, a necessidade das lutas e ocupações de terras.

O Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) publicou análises construídas pelo movimento a respeito do I Plano Nacional de Reforma Agrária que foi aprovado no Governo de José Sarney. Estas análises contribuíram para o desenvolvimento da luta ao comparar o I PNRA ao Estatuto da Terra, colocando como principais problemas a questão de que as fazendas que seriam desapropriadas seriam as públicas concentradas no Norte do país. Essa é uma questão problemática ao passo que as terras que estavam ocupadas na fazenda Anoni eram improdutivas e, logo deveriam ser regularizadas, mostram que existiam fazendas improdutivas na região, assim como trabalhadores sem terras querendo as áreas das ocupações, como podemos depreender a seguir:

Os latifúndios do Paraná somam juntos 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil) hectares, isto quer dizer que vão desapropriar só 18,6 por cento dos latifúndios do Paraná. Para quem vai ficar o resto da terra que sobra?<sup>193</sup>

Em um dos títulos do jornal *O Alerta*, de 1986, está presente a frase: “A Reforma Agrária saiu, só não sabe quando volta”. Esta interpretação é significativa para pensar a dimensão que a questão agrária tomava naquele período. Evidencia, por um lado, o desinteresse do Estado em assentar aquelas famílias. E, por outro lado, a

---

<sup>190</sup> Cinco (5) são reassentamentos da Eletrosul (Boa Esperança, Chopinzinho, Nova Concórdia, Itá, Marmeleiro e Fazenda Nova Prata) e dois (2) são projetos de colonização do Estado (Butiá e Passo Fundo). Para mais, consultar: SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

<sup>191</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

<sup>192</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÈDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil*. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

<sup>193</sup> Trecho do boletim *O Alerta*, 06/08/1985, p. 02.

organização e resistência dos sujeitos, neste caso, utilizando o jornal para ajudar na construção e defesa da luta pela reforma agrária.

A opção em elaborar o jornal e levantar os dados do acampamento e do PNRA evidencia uma das ferramentas construídas pelos acampados, expandindo as formas de pressão para conquistar a terra. Edward Palmer Thompson, ao discutir sobre os trabalhadores ingleses do século XVIII, apresentou como estes encontram na construção de jornais e troca de cartas possibilidades de organizarem o movimento e pressionar por melhores condições de vida e trabalho.

Thompson historiciza o processo de formação da Sociedade Londrina de Correspondência (SLC) como um “ponto de junção” dos interesses dos trabalhadores. Salienta uma das características que possibilitou este movimento de unificação e aproximação dos sujeitos: o fim da exclusividade de representação política. Os trabalhadores também têm suas ferramentas políticas e passam a reivindicá-las contra aqueles cujos interesses não são os mesmos.

As cartas são exemplos de ferramentas, assim como os panfletos, livros, catálogos e manuscritos, utilizadas pelos trabalhadores nas Sociedades, para se organizar, debater, difundir ideias e para aumentar o nível de consciência política. As cartas ainda desempenhavam uma função organizativa muito importante para as organizações, segundo Thompson, elas contribuíram para manter uma associação nacional, pois propiciava que os clubes provinciais acompanhassem e participassem dos debates.

No caso do boletim *O Alerta*, além de fazer circular as informações sobre o PNRA, ele possibilitou que os acampados disputassem os projetos de reforma agrária que estavam sendo debatidos no âmbito federal e colocassem suas dificuldades e perspectivas no debate. Assim, percebiam que se dependessem do Plano não conseguiriam as terras, por isso a necessidade de permanecerem organizados e pressionando pelo assentamento das famílias. Isto notabiliza as lutas dos trabalhadores sem terra como importantes momentos na história da região, assim como evidenciam a importância da organização coletiva para conquistar o acesso a terra.

Durante os dias que permaneci nos Assentamentos José Eduardo Raduan e Missões, bem como nas conversas com as famílias em suas casas ou nas reuniões

organizadas nos centros comunitários das comunidades pelo MST, percebi a frequente utilização do termo “os de fora”, se referindo a outros lugares e a pessoas de outro lugar. Algo que se repetiu nas entrevistas, como de Angélica:

Chegava uma época que as vacas que, por mais que tinham, elas secavam! Não tinha de onde tirar o leite!*Por isso que eu comecei trabalhando fora!*<sup>194</sup>

Ou ainda, quando perguntei sobre o que deveria melhorar no Assentamento Missões:

Mas eu ainda acho que o Assentamento, tem muito preconceito das pessoas de fora. Que nem aqui no colégio, principalmente, os professores não querem vir pra cá! Ficam meses e meses sem professores, por que eles acham que é Assentamento, *porque é barraco*, é não sei que!*Eles têm aquele preconceito ainda. Mas muitos quando vêm, eles acabam vendo que é totalmente diferente.* E tem vários que agora estão [contratados] no estado que não querem mais sair daqui. *Porque gostaram do lugar, é tranquilo, bonito, organizado.*<sup>195</sup>

Passei a analisar como utilizavam esta noção. Logo algumas perguntas seguiram: quem são estes “de fora”? Se há “os de fora”, quem são “os de dentro”? Dentro do que? Como é “dentro” e “fora”? A primeira resposta é que o assentamento seria um espaço constituído pelos assentados, enquanto a cidade e o restante do campo seriam “os de fora”, para quem trabalharam ou que estabeleceram alguma forma de relação. Porém, ficam as perguntas: por que narram desta forma? Qual o significado do uso desta noção? O que fundamenta esta interpretação? Os Assentamentos José Eduardo Raduan e Missões realmente estão separados da cidade e do restante do campo?

No primeiro fragmento de Angélica, ela explica porque começou a trabalhar fora do lote e relaciona com os limites na produção do leite. Naquele momento a alternativa de trabalho se estendeu do lote para a limpeza de casas no Assentamento e nas propriedades vizinhas, posteriormente, substituindo a amiga nos trabalhos de limpeza do Colégio Paulo Freire. Neste fragmento ela utilizou o termo “fora” para

---

<sup>194</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

<sup>195</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

designar o momento que saiu do lote para contribuir na formação da renda familiar trabalhando como diarista em uma propriedade vizinha ao Assentamento Missões.

Assim como, ao utilizar o termo “fora”, ela remete àquela relação de trabalho estabelecida em uma grande propriedade, realidade diferente da vivida por Angélica que mora no Assentamento Missões em lote familiar. Não é, então, uma questão só de renda, evidencia como a condição de Assentamento não garantiu a “libertação” das relações de trabalho subordinadas e nem a auto-suficiência. Esta relação de trabalho foi estabelecida por Angélica até o ano em que começou a trabalhar no Colégio Paulo Freire.<sup>196</sup>

Já no segundo fragmento, podemos perceber que o termo vem seguido de outro: “eles”, referindo a pessoas de outro lugar, outro espaço. Neste caso, os professores são “os de fora” e que não conhecem como “dentro do Assentamento” é “tranquilo, bonito e organizado!”. Este exemplo dos professores, utilizado por Angélica, é motivado, pela proximidade estabelecida nos oito anos que trabalha no colégio. Este parece ser o exemplo mais próximo de seu cotidiano, por isso torna ele notório, para realçar como o “pessoal de fora”, que ela conhece, não sabia como era o Assentamento.

Para tanto, a utilização do termo *barraco*, para expressar que não é mais assim hoje, é singular e chama atenção. Mais a frente na entrevista, ela cita o acontecido num campeonato de futebol, que ocorreu no município de Coronel Vivida.<sup>197</sup> O campeonato era disputado com times de vários municípios da região, o que seria um momento de interação com o pessoal “de fora”. Neste momento da entrevista, para além das críticas ao tratamento dado pelos outros participantes do evento aos assentados, os termos utilizados por Angélica realçam outra dimensão acerca dos assentamentos e dos assentados.

Eles comentavam: “- Não sei quem é de Assentamento!”. Em todo o lugar que a gente vai tem os comentariozinhos! Sabe? Ruim assim: “- *Porque são de Assentamento!*”, “-*Ficam catiando fumaça, lona!*”. Sempre tem os comentários maldosos. Eu falei: “*Uma vez era assim, mas agora não é mais assim!*”. *É igual como se fosse qualquer outra*

---

<sup>196</sup> A relação de trabalho no Colégio será discutida mais detalhadamente no terceiro capítulo, nele analisaremos as atuais formas de trabalho fora do lote.

<sup>197</sup> O campeonato, na ocasião, era a Copa Cresol, que foi organizado pela Cooperativa de Crédito Solidário (CRESOL) e que associados da região (obrigatoriamente agricultores) disputaram várias modalidades: futebol, vôlei, bocha, baralho entre outros.

*comunidade. Não é por que é Assentamento que é barraco, que é não sei o que. Vai lá vê a organização que tem, lugar bonito.*

O fato de cheirarem fumaça e lona remete a vida nos barracos, no acampamento. Nele, na maioria das vezes, o fogão a lenha ou a chapa de ferro serviam para aquecer a família e para preparar a comida, deixando as roupas com o cheiro da fumaça. Esta é uma condição que Angélica enfrentou, junto com seus pais e outras famílias no acampamento. E é uma característica sobre aquele momento que é utilizado “pelos de fora” para criminalizar e diferenciar as pessoas que participaram daquela luta, naquele lugar.

Por expressar sua indignação sobre o acontecido, afirmando que hoje não cheiram mais a fumaça, Angélica alerta para as dificuldades daquele período e aponta para as diferenças entre acampamento e assentamento com base na comparação aos “outros”. É na representação do outro e na sua auto-representação que ela organiza sua narrativa e apresenta as diferenças e semelhanças entre o acampamento, o assentamento, o campo e a cidade. Além disto, é através desta representação que se diferencia daqueles que a julgam.

Neste momento, ao fazer a distinção entre o espaço do acampamento e do Assentamento, Angélica avalia como o segundo é um território diferente do primeiro. Ao afirmar que “hoje não é mais assim” Angélica expressa sua interpretação sobre a atual condição de vida do Assentamento, apontando para as mudanças e melhorias que ocorreram. Esta é a razão para encerrar com a afirmação de que o Assentamento Missões é igual à outra comunidade. A motivação para aproximar a realidade do Assentamento com a de outra comunidade aparece relacionada com as formas de discriminação e criminalização direcionadas aos Sem Terra.

Por outro lado, mais adiante na entrevista ela traz uma importante dimensão sobre o cotidiano do Assentamento. Ao perguntá-la se ela via alguma diferença com outras comunidades, ela respondeu: “- Eu acho que o Assentamento é mais unido. Por que já veio desde o começo com um grupo de pessoas unidas assim!”<sup>198</sup> A diferença apontada por Angélica está ligada ao processo de luta e conquista daquela terra.

---

<sup>198</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

Ao utilizar o termo “união”, Angélica remete tanto para a prática da ocupação, como para a da terra coletiva, ou para as Associações e as trocas de serviços. São laços de solidariedade que expressam a importância do “coletivo”. E, ao reivindicar o passado para explicar o presente, chama a atenção à importância da organização política no contexto do acampamento. Naquele período as dificuldades de iniciar a produção foram muito grandes devido à condição de exclusão que os sem-terra de ambas as ocupações se encontravam. Aquela condição obrigou os acampados a se organizarem de diferentes formas, coletivas ou individuais, tais como as hortas comunitárias, o trabalho coletivo, a erva cancheada ou a continuidade dos arrendamentos nas propriedades que trabalhavam antes de ocuparem as fazendas, como vimos no primeiro capítulo. Estas questões explicam a interpretação de Angélica em considerar o Assentamento um espaço ora igual e ora diferente de outros lugares.

Ela, em seu relato, ao chamar atenção para a diferença na união das pessoas, notabiliza como o assentamento é um espaço marcado por trajetórias de vida em que a luta e os momentos coletivos foram constantes para as famílias. Lutas pela construção das escolas nos Assentamentos José Eduardo Raduan e Missões, assim como por créditos e subsídios para as áreas de reforma agrária se juntam a experiências coletivas, tais como a Cooperativa Bela Vista no Assentamento José Eduardo Raduan e a experiência de terra coletiva e plantio orgânico do Assentamento Missões.

A autora Neusa Bloemer, ao analisar a relação entre colonos italianos e brasileiros no sul do Brasil, destacou que as imagens formadas em relação ao outro são “herdadas, criadas, recriadas e atualizadas ao longo de suas trajetórias, enquanto segmentos específicos na situação de interação social que vivenciam no presente”.<sup>199</sup> Nesta formulação das visões de mundo há:

Uma autoconsciência socialmente elaborada, circunscrevendo cada um deles como um “nós”, em oposição aos “outros”. (...) Um “nós” que pressupõe uma mesma identidade (igualdade), apropriando-se subjetivamente de certos aspectos da realidade, fixando atributos como sinais diacríticos, marcando sua especificidade cultural.<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup> BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 239.

<sup>200</sup> BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 240.

Angélica, portanto, ao narrar sua visão de mundo evidencia como sua consciência é socialmente elaborada e apresenta aspectos da realidade em que ela se formou, tais como o acampamento, a ocupação. Estas características são suficientes para fixar atributos e definir os de “dentro” e os de “fora”, isto é, “nós” e os “outros”. Neste sentido, a especificidade cultural que unifica os sujeitos em sua fala é o acampamento e as lutas. A união, para Angélica, é que demarca o lugar social de um e do “outro”.

Ainda em relação aos outros, as narrativas informam um importante elemento: nem sempre “os de fora” estão realmente fora do assentamento. Isto é, os conflitos entre os estabelecidos e os que são de fora não estão somente no plano geográfico, de quem é ou não é dos Assentamentos. Ele também se coloca no interior dos Assentamentos. Há aqueles que são representados como “de fora” (de fora da associação, da cooperativa, que não estão ou fazem mais parte do MST e, ou, aceita/concorda com suas diretrizes e projetos) no interior dos Assentamentos, o que tem gerado conflitos.

Retomando Howard Becker, que discute sobre os estabelecidos e os outsiders e atenta para o fato de que identificar uma ação ou ato como “desvio social” e um sujeito como desviante dependerá do grupo social à que os atores sociais estão ligados. Isto é, “todo o grupo cria regras que devem ser cumpridas, aqueles que não a cumprem são os desviantes”.<sup>201</sup> Neste sentido, podemos inferir que os assentados são os estabelecidos ou os outsiders? E ainda, entre os assentados, não há estabelecidos e outsiders? Entre aqueles que são do MST e aqueles que não participam não há relações como estas?

Quando Carlos afirma que a participação dos assentados no MST diminuiu ao longo dos anos, ele constrói sua interpretação atribuindo ao fato que “começou a vir pessoal de fora daí já não deu muito certo”.<sup>202</sup> A interpretação histórica que Carlos observou possuiu um sentido referente aos estabelecidos, que participaram dos anos de acampamento e da ocupação, e os outsiders que vieram posteriormente mediante troca de lotes e, de certa forma, é reconhecido como “de fora da organização” e “fora do Movimento”.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 15.

<sup>202</sup> CARLOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Carlos de 26 anos, Francisco Beltrão, 27 de fev. 2014, 33 min.

<sup>203</sup> Esta questão será aprofundada na continuidade do trabalho.

## 2.2 A cooperação e a Cooperativa Boa Vista do Assentamento José Eduardo Raduan

Segundo Sonia Regina de Mendonça,<sup>204</sup> a primeira cooperativa data o ano de 1844 e foi fundada em Manchester (Inglaterra) “por iniciativa de 24 tecelões, que se reuniram para fundar um armazém, de modo a escapar da exploração praticada na venda de alimentos e roupas pelo comércio local”.<sup>205</sup> Este exemplo remete a uma prática organizativa por parte de trabalhadores para enfrentar uma relação comercial desigual.

A autora analisa como os “princípios cooperativistas” se engendraram no Brasil e quais foram as mudanças que tornaram a cooperação “prática organizativa de associações econômicas que, supostamente distantes das lutas políticas, serviriam de paliativo aos ‘males do próprio capitalismo’”.<sup>206</sup> Segundo Mendonça, as cooperativas buscaram harmonizar e negar o conflito de classes. Para tanto, baseavam-se em pilares ideológicos como a, suposta, neutralidade política, religiosa ou racial, “sua auto representação como projeto não-capitalista e antilucro e a possibilidade de distribuição dos ganhos entre os cooperados segundo seu trabalho”.<sup>207</sup>

No caso do Brasil, a autora faz uma análise muito mais da correlação de forças acerca do cooperativismo do que sobre ele mesmo, na qual discute sobre a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)<sup>208</sup> e a construção de um projeto hegemônico para a agricultura, no qual a cooperativa seria a interlocutora dos cooperados e da burguesia agrária. Esta agremiação surgiu no decorrer da década de 1980, num contexto de recessão econômica e crise do projeto “modernizador” do campo.

Segundo a autora, a OCB construiu uma visão, através de suas revistas, de que as cooperativas seriam a solução para os conflitos no campo. Porém, além da falta de terra ser um problema persistente, a forma como a agremiação tratou a questão agrária dá indícios de que sua “neutralidade política” não existia e que, pelo contrário, representou os interesses do agronegócio. Exemplo de sua posição política é, no calor

---

<sup>204</sup> MENDONÇA, Sonia. *O patronato rural no Brasil recente (1964-19993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

<sup>205</sup> Idem, p. 179.

<sup>206</sup> Idem, p. 180.

<sup>207</sup> Idem, p. 184.

<sup>208</sup> Agremiação fundada com o objetivo de unificar a classe dominante agrária entorno de um projeto político homogêneo para o campo.

dos debates para o I-PNRA (1985), a sua contraposição às desapropriações de fazendas privadas para a execução da reforma agrária.

As experiências cooperativadas pelo MST possuem, porém, objetivos divergentes dos da OCB. Em seu estudo de doutorado Davi Schreiner destacou como devemos considerar diversas questões quando formos tratar de cooperativas do MST. Para o autor, há que se “observar que as regras pelas quais se move a economia dos assentados não são, necessariamente, as regras do mercado capitalista. A ajuda mútua, o mutirão, relações articuladas a partir de valores morais, não são práticas que o mercado assimila”.<sup>209</sup> Ou seja, não assimila, embora conviva com elas.

Esta é uma importante dimensão, pois considera a ação de *cooperar* enquanto valor moral e construído enquanto identidade de classe, do que a Cooperativa analisada em sua estrutura, porém, sem deixar de considerá-la. Esta relação (de viabilizar econômica e culturalmente os assentamentos) é um dos objetivos almejados pelo MST na constituição da cooperação. Por meio da Cooperação:

Os assentados devem produzir, beneficiar, comercializar e disponibilizar militantes para a organização, isso só é possível quando se faz cooperação na produção. É necessário fazer uma combinação entre agroecologia, cooperação/solidariedade e tecnologia adequada a nossa realidade.<sup>210</sup>

A constituição de Cooperativas nos assentamentos foi algo debatido pelo MST, principalmente a partir de 1993, com o objetivo de potencializá-las como ferramentas para enfrentar o agronegócio, mas também como um instrumento de organização dos trabalhadores rurais. O MST já tinha experiências de cooperativas/cooperação que se remetem a década de 1980, exemplo disto são as hortas comunitárias analisadas no primeiro capítulo. Porém, a conjuntura política da década de 1990 de repressão ao MST e de implantação do neoliberalismo, assim como os problemas vividos nas experiências de cooperação nos assentamentos exigiu a criação da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e o Sistema de Cooperativas de

---

<sup>209</sup> SCHREINEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002, p. 269.

<sup>210</sup> MST. Cartilha de estudo - a organicidade e o planejamento: Construindo coletivamente. Nº 3, Set. de 2004, Curitiba, p. 15.

Assentamentos (SCA), em 1991, com o objetivo de organizar políticas de cooperação entre os assentamentos<sup>211</sup> e se oporem aos projetos políticos defendidos pela OCB.

Atualmente existem 14 cooperativas vinculadas ao MST no Paraná, tais como a COPRAN (Campo Vivo) de Arapongas e a COOCAMP de Renascença. Outra ferramenta construída pelo MST que expressa o movimento das reivindicações em torno da produção cooperativada foram os cursos de capacitação e gestão de cooperativas, oferecidos aos assentados em convênios com universidades e órgãos públicos.

Segundo o documento escrito em 1999 pela Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), as discussões sobre as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) no MST tinham “a função neste período [governo Collor] de ser a retaguarda de organização política, resistindo política e economicamente”.<sup>212</sup> Desta forma, naquele ideal de “área reformada” defendido pelo MST, as cooperativas deveriam exercer papéis políticos e econômicos fundamentais.

O objetivo era, através da produção e comercialização, “viabilizar economicamente as famílias de assentados” e “diversificar a renda e o trabalho familiar, visando a permanência da juventude”.<sup>213</sup> Através das cooperativas, o Movimento visa a inserção do assentado no mercado, valorizando seu trabalho e seus resultados.<sup>214</sup> Ou seja, a luta pela reforma agrária envolve a terra, o trabalho, espaços de lazer e de produção.

Recorrendo às reflexões de Eric Hobsbawm podemos dizer que o cooperativismo tornou-se uma opção dos Sem Terra, constituindo-se como forma de resistência coletiva às pressões sociais.<sup>215</sup> Esta forma de cooperação foi construída como alternativa ao contexto de crise e, também, como forma alternativa para enfrentar o avanço das relações capitalistas no campo.

Ao exigir a intervenção do Estado como um princípio para a organização das cooperativas, o MST já se difere da OCB. A intervenção do Estado é, para o

---

<sup>211</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

<sup>212</sup> CONCRAB. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST. São Paulo, 1999, p. 07.

<sup>213</sup> MST. Programa de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Formação Nº 23. São Paulo, 1995.

<sup>214</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002, p. 191.

<sup>215</sup> HOBSBAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 180.

Movimento, fundamental para que a comercialização não fique a cargo da “livre concorrência”. Para o Movimento, os trabalhadores estão inseridos em contradições sociais e sua condição social é muito desigual em relação ao latifundiário, por isso a necessária intermediação do Estado. O MST critica as doutrinas cooperativistas que versam sobre a livre concorrência, pois as condições materiais de produção e comercialização são desiguais e afetam economicamente os assentados, pois possuem com menos recursos.

A cooperação é uma ferramenta política para o MST. Davi Schreiner notabiliza como a cooperação é resultado da luta e evidencia como a formulação de valores cooperativistas são também morais.

Quando homens e mulheres decidem pelo acampamento e ocupam terras improdutivas, tecem escolhas morais, formulam seus próprios valores<sup>216</sup>, resistem contra “os inimigos de fora”, plantam “roças comunitárias” e discutem sobre como organizar o assentamento, faz-se a *cooperação na luta*.<sup>217</sup>

No caso dos Assentamentos José Eduardo Raduan e Missões, algumas práticas coletivas evidenciam as experiências de trabalho e, através delas e dos significados implícitos nas suas conquistas, podemos perceber a importância que estas práticas tiveram para os trabalhadores, mesmo não persistindo até hoje. Algumas práticas coletivas de luta, por mais que não tiveram um período de grande duração, ainda estão presentes na memória da juventude rural e contribuem para a formação de sua subjetividade e para definirem quais rumos e escolhas tomarem.

Um exemplo é a Cooperativa Boa Vista, construída no Assentamento José Eduardo Raduan, no ano 2000. Sua duração foi de cinco anos, reunindo em torno de 21 famílias das dez comunidades do Assentamento. É uma cooperativa construída por famílias de assentados e tem como expressão o fortalecimento da agricultura camponesa, por meio do esforço coletivo em um processo de cooperação de seus associados. O objetivo da Cooperativa era de viabilizar a produção e comercialização de milho,<sup>218</sup> pepino, picles e cenoura em conserva. O objetivo era fomentar uma melhoria da qualidade de vida dos assentados, desenvolvendo a produção agroindustrial e sua

---

<sup>216</sup> THOMPSON, E. *Folclore, antropologia e história social*. Op. cit., p. 260-261.

<sup>217</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002, p. 134.

<sup>218</sup> Espiga nova do milho.

comercialização, mas como a Cooperativa não estava ligada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, a comercialização era feita pelos próprios assentados nos mercados da região.

As interpretações da juventude sobre como era o trabalho na Cooperativa Boa Vista são diversos. Suelem, 28 anos, afirma que o trabalho “era legal porque estavam todas as famílias juntas”.

Teve uma época que ele plantou pepino. Aí era todo mundo, era de manhã e de tarde. Ia todo mundo. Nós estávamos tudo em casa, nós pegávamos um balde e íamos fazer a colheita dos pepinos. Era puxado pra caramba! Era de manhã e de tarde, as vezes deixava um para trás quando via estava lá enorme. Tinha bastante, era bastante e era bem puxado! Era levado numa cooperativa que tinha lá em cima, depois faliu, porque alguém passou a mão na verba, *até então ninguém descobriu mais nada a respeito*. Eu lembro, *eu tinha uns dez, onze anos*, mas eu lembro bem que nós íamos lá e colhíamos, tinha as coisas para guardar os pepinos dentro. Era só colher, lavar e colocar ele lá dentro, que ele já estava em fase de preparação para a conserva. Era legal porque estava todo mundo junto! E a piazada ajudava bastante! Nós éramos cinco, mais o pai e a mãe era rapidinho. *Só que era puxado, as vezes começava bem cedo e as vezes era dez horas nós tava lá ainda. E de tarde era a mesma coisa, começava cedo da tarde para poder dar conta*. E foi um bom tempo.<sup>219</sup>

Esta é uma importante dimensão sobre o trabalho na produção de pepinos. Ela expressa como esta forma de trabalho aproximou as famílias e, por outro lado, evidencia como o trabalho familiar também era coletivo. Ao usar a expressão “juntas” Suelem enfatiza o lado coletivo do trabalho. O trabalho era coletivo mesmo que efetuado nos lotes familiares. Este significado foi construído na prática, no trabalho familiar e em conjunto com outras famílias.

Outra questão que aparece na fala de Suelem é sobre como o trabalho no campo é precoce para as crianças, para os jovens. Por mais que Suelem, no período de duração da Cooperativa, tivesse entre 14 e 19 anos (e não 10 como afirmou na narrativa) evidencia como os trabalhos eram realizados desde a época de crianças, contando com a ajuda dos irmãos mais novos.

---

<sup>219</sup> SUELEM. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Suelem, 28 anos. Marmeleiro, 18 de setembro de 2014, 48 min.

Em sua pesquisa de mestrado Flávia Hoelzel<sup>220</sup> discutiu sobre as dificuldades e os problemas oriundos do trabalho precoce para as crianças e adolescentes, além de discutir como o trabalho precoce influencia nas decisões de sair do campo e almejar outras formas de trabalho. Nas entrevistas de Suelem e Tatiana as questões de como os trabalhos eram difíceis, exigentes e necessários são frequentemente mencionados. Ao expressar que o trabalho era puxado por começar cedo, Suelem parece chamar a atenção para como os sujeitos possuem noções diferentes sobre o tempo do trabalho, isto é, sobre o ritmo do trabalho e da produção.

Por outro lado, podemos perceber que a experiência de trabalho não é rememorada somente pelo lado da dificuldade, mas também pelas possibilidades, ou até com nostalgia por alguns jovens. No relato de Suelem há recorrência ao coletivo do trabalho e como isso era bom. Este “antagonismo” presente na narrativa de Suelem expressa como as diferentes formas de trabalho possuem suas possibilidades e seus limites relacionados ora ao prazer do trabalho coletivo familiar e ora à monotonia de passar vários dias efetuando o mesmo trabalho.

Estas questões são importantes para compreendermos os sentidos criados e atribuídos pela juventude rural a cooperação, identificando interesses e experiências. Estes espaços construídos pelos trabalhadores são políticos e formadores da classe, sua interpretação auxilia a compreender o espaço e as atividades da cooperação como formadores da classe trabalhadora do campo.

Por outro lado, o relato de Tatiana, de 22 anos, apresentou outras questões sobre aquela experiência. Ela mora no Assentamento há quinze anos junto com seus pais e seu irmão (20 anos). Vieram no ano de 1999, junto ainda com sua irmã mais velha (27 anos) que há 09 anos mora em Francisco Beltrão. Ela narrou como era o trabalho na Cooperativa:

Ah, era aquela plantação enorme de pepino. Ia lá, colher, lavar e entregar! Quase que nem pra Conab funcionava. Só não lembro se a gente entregava todo o dia ou era em dias definidos. Não lembro bem certo. Sei que a gente tinha uma caixa de água bem grande, enorme, o pai mandava a gente colher e trazer lá dentro, lavava tudo eles.

---

<sup>220</sup> HOELZEL, Flávia. *O trabalho precoce e projetos de vida: um estudo em crianças e adolescentes do meio rural de Santa Cruz do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Santa Cruz do Sul, 2000.

Colocava dentro de uma outra caixa na Brasília, e levava com a Brasília lá pra cima!<sup>221</sup>

E por que ela falou: “muita gente se aproveitando da cooperativa. Sempre tem aqueles que colocam o dedo sujo no meio. Mas, não sei, isso é o que eu ouço falar.”<sup>222</sup>

Tatiana elenca brevemente como era dinâmica do trabalho, referencia a plantação como “enorme”, recorda do trabalho na época em que tinha de 08 a 13 anos, ou seja, de sua época de criança. Podemos inferir que este, ao utilizar o termo “enorme” indica para como a produção familiar era em grande quantidade. Por outro lado é possível afirmarmos que este seu ato interpretativo é sustentado pela visão do que era “grande” e/ou “pequeno” para aquela criança de 08 ou 13 anos que, inclusive, participava de todo o processo, desde colher, lavar e entregar e, mesmo não citando, provavelmente participava do plantio.

Outra questão que auxilia à reflexão é o fato de que o lote é pequeno, possui 03 hectares, para que a produção seja enorme, em grande escala. Deste modo, a produção pode ser grande do ponto de vista do resultado adquirido no pequeno espaço de terra, o que não necessariamente é suficiente para que a família tenha garantido boas condições de vida ou a permanência no campo.

Tatiana narrou diversos trabalhos que desenvolveu junto com os pais, dando detalhes sobre como eram as atividades. Ao perguntar, porém, como era o trabalho na Cooperativa Boa Vista ela diminui os detalhes, sendo mais breve e direta. Esta forma de narrar revela como a experiência de trabalho na Cooperativa contribuiu para a formação da subjetividade das famílias e principalmente da juventude rural, como é o caso de Tatiana. Ela afirma que “o pessoal tem medo de não dar certo e se endividarem novamente”. Ao tratar desta forma aquela experiência Tatiana destacou um dos problemas que enfrentaram: o endividamento. Este é um ponto que, para Tatiana, não motivava mais as famílias a buscarem saídas via Cooperativa.

O que levou o fim da Cooperativa não é possível afirmar, pois as entrevistas não dão conta e não foram encontradas fontes que permitam explicar, até porque as denúncias não foram formalizadas e as Atas da Cooperativa não foram encontradas.

---

<sup>221</sup> TATIANA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Tatiana de 22 anos, Marmeleiro, 17 de set. 2014, 58 min.

<sup>222</sup> TATIANA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Tatiana de 22 anos, Marmeleiro, 17 de set. 2014, 58 min.

Porém, é possível dialogar e ao menos apontar para alguma direção a partir das entrevistas. As denúncias sobre os desvios não podem ser desconsideradas, mas a pesquisa encontrou outros elementos que são importantes para compreender o contexto vivido naquele período.

O primeiro ponto a ser discutido é o fato de a Cooperativa ser criada com uma grande estrutura e com o objetivo de atender o maior número possível de famílias. Este número, porém não foi maior que 21 (vinte e uma) famílias. Esta é uma questão significativa, pois para manter a estrutura da Cooperativa e viabilizá-la, foi necessária uma grande produção por parte das famílias que a compunham. Isto anulava em muitas vezes o direito de propriedade sem contar que o trabalho no lote era regado (com controle de tempo e produção) e “feria” com a “autonomia relativa” das famílias. Para cada uma das famílias, eram 21 integradas à Cooperativa, havia uma quantidade “x” para produzir, que variava de lote para lote dependendo do seu tamanho e a disposição de mão-de-obra. Desta forma, elas deviam destinar força e jornada de trabalho, além de uma porção significativa de terra para o plantio e produção de pepino.

Deste modo, o desejo de ter um lugar para morar e trabalhar, no qual o assentado pudesse ter autonomia em relação ao trabalho empreendido naquele lugar, também pode ter relação com o fim da Cooperativa. Autonomia que talvez não fosse possível quando Suelem trabalhava no plantio dos pepinos junto com seus pais. Na seqüência da entrevista, perguntei por que deixaram de plantar pepinos para a Cooperativa e passaram a produzir leite, ao que Suelem responde:

A terra não é grande, plantava um pouquinho pro gasto só, pra ter espaço pra plantar pasto para as vacas. Então quando era uma coisa era uma coisa, quando era outra coisa era outra coisa. As duas não podiam ser juntas por causa do espaço pequeno.<sup>223</sup>

Esta interpretação de Suelem é representativa, pois ao relacionar a decisão de trabalharem com a produção de leite, na substituição do plantio de pepinos para a Cooperativa Boa Vista, mostra que a falta de terra persistiu reproduzida pelo tamanho

---

<sup>223</sup> SUELEM. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Suelem, 28 anos. Marmeleiro, 18 de setembro de 2014, 48 min.

insuficiente do lote. São três (03) hectares,<sup>224</sup> com 20% de reserva florestal,<sup>225</sup> e que segundo Suelem não era possível plantar pepino e produzir leite ao mesmo tempo.

Outra questão importante a ser considerada está relacionada a distância, em quilômetros, da casa de muitas famílias até a Cooperativa. No caso da família de Tatiana eram 08 quilômetros, o que encarecia o transporte dos produtos feito de Brasília. Como este era um gasto que ficava a cargo individual das famílias e conjugado com as questões acima mencionadas, a produção foi se inviabilizando.

Os sentidos construídos por Suelem e Tatiana “tornam visível e pública suas condições de trabalho e vida” e possibilitam a discussão sobre as possibilidades e os limites de se trabalhar em cooperativas. Na narrativa de Suelem, a cooperação está relacionada com a possibilidade de trabalho familiar e com os laços de solidariedade construídos pelas famílias.

Uma dimensão importante perpassou os diálogos com os jovens: o fato da pouca participação destes nas escolhas e na administração da Cooperativa. Isto explica o porquê afirmam frequentemente nas entrevistas que “eles [os pais] falaram isso”. Dos cargos representativos que haviam nenhum era ocupado por jovens, mas somente pelos pais. Deste ponto de vista, se eles não ocupam cargos e não participam das decisões da Cooperativa, este é um limite para a juventude rural e, portanto formato como a Cooperativa estava organizada? Se os jovens são aqueles que devem continuar a luta dos pais, qual o problema que a não participação causa? Estas questões demonstram como a reforma agrária que está sendo construída pelo MST.

Atualmente as famílias do Assentamento José Eduardo Raduan participam da Cooperativa Camponesa de Agroindustrialização e Comercialização Ltda (COOCAMP), que está localizada no município de Renascença e agrega assentamentos daquele município, de Marmeleiro e Francisco Beltrão. Esta cooperativa incentiva a produção de verduras e frutas por parte dos assentados, sendo que são beneficiadas e comercializadas pela cooperativa, possibilitando assim uma renda maior para as famílias assentadas.

---

<sup>224</sup> Cada hectare equivale a 10.000 metros quadrados. No caso do lote de Olívio a medida é então de 30 mil metros quadrados (30.000 m<sup>2</sup>).

<sup>225</sup> Ou 0,6 hectares, ou 6.000 m<sup>2</sup>.

Marcos foi um dos jovens entrevistados. Ele tem 27 anos é casado com Alana (25 anos) e mora na unidade de produção familiar com seus pais.<sup>226</sup> Ao perguntar a ele como decidiu voltar a morar no Assentamento José Eduardo Raduan, responde:

A partir do momento que houve a possibilidade da gente formar uma renda, a gente veio morar pra cá. *Pela questão de que a gente conseguiria trabalhar com uma alternativa de renda fora a renda que meus já tinham.* Eu vim e formei uma renda em cima das hortaliças, o que tornou viável.<sup>227</sup>

Podemos perceber que não são escolhas que partem do mundo ideal, mas sim com base na “vida prática” como, por exemplo, a forma de organização do trabalho e da produção já existente e que encontram limites. A partir destas condições e contradições é que buscam formas de trabalhar, transformando e recriando o modo de vida no campo. Isto é, o processo de recamponseização<sup>228</sup> que é motivado pela possibilidade de trabalho e renda no campo. Neste sentido, a produção de hortaliças se constituiu como importante ferramenta.

É interessante destacar dois pontos: por um lado, como os sujeitos interpretam a realidade e se organizam para resistirem, encampando diversas formas de luta através de ferramentas como as reuniões em grupo, os folhetins, jornais, associações, cooperativas entre outras ferramentas que formam um movimento social. Este que pode exercer a função de “ponto de junção” dos sujeitos, com diversos interesses e perspectivas, em torno de um projeto político que seja comum. Por outro lado, é importante enfatizar a heterogeneidade de experiências que formam a classe e, logo, os movimentos sociais. Este ponto é importante, pois, além de perceber o movimento e a experiência dos sujeitos, evidencia a disputa – intra e entre classes – da cultura dos trabalhadores.

---

<sup>226</sup> Este caso será discutido no terceiro capítulo, onde é debatido sobre a atual organização do trabalho e da produção no lote e a forma de recamponseização da juventude mediante trabalho familiar no lote.

<sup>227</sup> MARCOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Marcos, 26 anos em Marmeleiro/PR no dia 18 de setembro de 2014, 48 min.

<sup>228</sup> Compreendemos este conceito a partir das discussões de Theodor Shanin que pesquisou sobre grupos sociais que voltaram ao meio rural e recriaram o modo de vida de camponês. Para o autor, mesmo no capitalismo seria possível a existência de uma economia camponesa e chama a atenção para a organização dos movimentos sociais que lutam para o assentamento de trabalhadores urbanos. Este processo será debatido por nós no terceiro capítulo, quando discutiremos sobre a volta dos filhos de assentados para o meio rural. Para mais discussões relacionadas aos processos de recamponseização ver: Manoela Pedrosa (2012) e Paulo Zarth (2012).

### 2.3 Terra e Trabalho Coletivos: Uma Experiência de Produção Orgânica

As narrativas da juventude rural do Assentamento Missões notabilizam dimensões sobre outra forma de cooperação: o trabalho coletivo e familiar na produção orgânica. Esta foi uma alternativa construída por várias famílias de sem terras no início do Assentamento Missões, em continuação aos trabalhos coletivos iniciados no período de dois anos de acampamento.

A forma de organizar o trabalho baseava-se no trabalho coletivo e familiar e possuía diversas atividades relacionadas à produção de galinhas caipiras, hortaliças, feijão, soja e pipoca orgânicas e produção de leite. Os trabalhos eram divididos em grupos de duas a seis pessoas, dependendo da necessidade e urgência do trabalho, sendo que a divisão da renda respeitava as horas de trabalho que eram anotadas.

Neste sentido, a narrativa de Carlos é significativa para discutir a condição social do trabalho coletivo e de produção orgânica. Carlos é filho de assentados que participaram da ocupação. Ele tinha doze anos no momento da ocupação e aos dezesseis saiu pela primeira vez para trabalhar na Notável, fábrica de móveis de Ampére/PR (cerca de 50 quilômetros de Francisco Beltrão). Atualmente, trabalha plantando soja e também numa serraria próxima ao Assentamento. Isto é, sua trajetória de trabalho também é marcada por idas e vindas do campo pra cidade, da cidade para o campo.

Ele participou dos trabalhos neste grupo coletivo que iniciou no acampamento e continuou por dois anos no Assentamento. Ao perguntar o que plantavam e como era o trabalho naquele momento, ele respondeu:

*Ah, ali plantava de tudo! Ali tinha horta, tinha uma horta grande lá em baixo, plantação de soja orgânica. Eu acho que garei raiva de trabalhar na roça por causa daquele tempo! Tudo... Passava o cavalo no meio da soja e [depois] ia com uma enxadinha. Deus o livre, isso é pra louco! Era [muito serviço] e quando você vai vender era o mesmo preço que a outra soja homem! Desce muita diferença! Mesma coisa! No começo, acho que a primeira ou a segunda safra foi vendido bem. Daí já... Uma vez a gente plantou pipoca orgânica também. Levemos um fumo desgraçado por que deu seca e daí o Proagro... Não existe Proagro pra coisa orgânica!*<sup>229</sup>

---

<sup>229</sup> CARLOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Carlos de 26 anos, Francisco Beltrão, 27 de fev. 2014, 33 min.

Se, no início da entrevista ele relacionou o fim do grupo coletivo com o fato de algumas famílias terem trocado os lotes com “pessoal de fora”, mais tarde notabiliza outras questões. Motivado pela pergunta sobre o que o grupo plantava na terra coletiva, ele avaliou a falta de políticas públicas para a aquisição de alimentos, os limites do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) em relação aos financiamentos que atendem somente o plantio com utilização de agrotóxicos e com sementes compradas. Quando Carlos critica este limite do Programa, critica também a forma como a agricultura está organizada, pressionando os assentados a seguirem por um determinado *caminho*. Ou seja, conquistam a terra, porém devem plantar segundo as necessidades e demandas do mercado, ou caso plantem orgânicos, não podem contar com a ajuda do Estado. Ou, por outro lado, plantam orgânicos, mas terão o mesmo pagamento. Desta forma é que estabeleceu também uma crítica às ferramentas e a condição em que o trabalho se desenvolvia.

Todos estes fatores estão relacionados na explicação dele, desde o do porquê o grupo coletivo não deu certo e porque hoje opta por plantar soja convencional e não orgânico.<sup>230</sup> Também evidencia como a construção de alternativas coletivas e orgânicas são norteadas por difíceis condições de trabalho e por poucas políticas de incentivo que garantam preços justos, além de pesquisas na área de tecnologias (sementes, ferramentas de trabalho, adubos e agentes biológicos de controle, entre outros).

Carlos constrói um ato interpretativo no presente vivido com base na sua experiência de trabalho, de arar e capinar a terra. Sua experiência construiu um sentido sobre o trabalho e motivou a formação de sua subjetividade sobre as diferenças entre o trabalho no orgânico e no convencional: para ele o trabalho no plantio orgânico era muito maior e por isso precisava ser mais bem pago. Sua crítica está no valor recebido num e noutro.

A linguagem que utiliza para descrever aquele tempo de trabalho árduo, à exemplo do que Yara Khoury afirma, é “articulação da experiência ativa e em transformação; ela é social e ocorre dentro da relação e do relacionamento”.<sup>231</sup> E, por a experiência ser ativa e se transformar, a condição do presente, em que o trabalho é

---

<sup>230</sup> O caso de Carlos será debatido também nos segundo e terceiro capítulos. No segundo terá o sentido de perceber como organizavam o trabalho no período de terra e trabalho coletivo do Assentamento Missões, enquanto que no terceiro, analisaremos a atual condição e por que opta em trabalhar no lote e numa serraria próxima ao Assentamento.

<sup>231</sup> KHOURY, Yara. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. p. 123.

mecanizado e não precisa mais este trabalhador passar de “sol a sol” capinando a roça, contribui para organizar sua narrativa e criticar a condição daquele trabalho.

Ao destacar as duras condições de trabalho de “passar [o arado] a cavalo no meio da soja e [depois ir] com uma enxadinha”, Carlos relaciona com sua escolha no presente em que o trabalho no plantio da soja é tudo mecanizado. Tendo isto em mente é que ele critica a desvalorização do trabalho feito no plantio orgânico, pois, quando chega a hora de comercializar o produto e receber pelas horas de trabalho despendidas na capina da roça, ele notabiliza como o valor recebido era o mesmo. Através da narrativa de Carlos é possível dialogar com a “exploração comercial” que Neusa Bloemer chamou atenção. Para ela:

É no momento da comercialização dos produtos que os colonos “fracos” podem ficar totalmente subjugados pelo mercado local, sobre o qual não exercem nenhum controle. Assim sendo, só lhes resta submeterem-se aos preços estabelecidos por quem deseja comprar o produto.<sup>232</sup>

Não obstante as considerações da autora, que contribuem para compreender a “submissão” dos agricultores no momento da comercialização, somam-se na fala de Carlos fatores como a falta de tecnologia. Desta forma, a escolha por plantar soja, ampara-se em sua experiência vivida de trabalho no orgânico na qual as ferramentas e tecnologias eram limitadas e não contavam com formas de financiamentos.

Esta forma de narrar sua experiência do trabalho no campo, seja com a produção de leite, ou no trabalho com a soja na produção orgânica evidencia como em suas escolhas se entrelaçam fatores econômicos (o fato do trabalho na soja orgânica ter o mesmo valor do que o trabalho na soja convencional), fatores sociais (falta de mão de obra para lhe ajudar nos trabalhos) e culturais (autonomia relativa do tempo, mais tecnologias, entre outros).

Naquele período, as famílias construíram relações sociais e de solidariedade que evidenciam as possibilidades que o trabalhar de modo coletivo e orgânico proporciona. Carlos relata as dificuldades inerentes ao trabalho orgânico (falta de financiamentos, jornada extensiva, entre outros), porém, chama atenção em sua

---

<sup>232</sup> BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 114.

narrativa ao aspecto subjetivo construído pela aproximação e pelos laços de solidariedade.

Daí a terra dele [João, seu vizinho] era muito ruim pra ele começar a plantar lá direto, pra sair do coletivo e ir lá. Daí a gente plantava lá e aqui! Ficamos as duas famílias se ajudando uma a outra. Depois que lá melhorou, ele se mudou pra lá. (...) É que era o que, a família que a gente mais se dava bem dentro do coletivo! Daí eles são meus padrinho até de crisma. Já que ficava muito ruim pra eles ir lá, resolvemos compartilhar com eles.<sup>233</sup>

Mesmo diante da fragmentação e individualização do mercado, há reciprocidades horizontais. Esta interpretação de Carlos aponta para como as tentativas de construir formas alternativas e coletivas de trabalho e produção contribuem para a formação política dos trabalhadores, além de apontar para outros modos de organizar a vida. Os laços de solidariedade narrados por Carlos notabilizam esta formação subjetiva, no qual as dificuldades foram compartilhadas e enfrentadas em conjunto.

O plantio nas áreas coletivas durou dois anos, a partir da criação do Assentamento,<sup>234</sup> e, como observou Davi ao analisar outros assentamentos, motivados pelos costumes de terem sempre trabalhado individualmente,<sup>235</sup> ou familiarmente, as famílias optaram em desfazer a Associação e dividir os lotes. Esta “tradição” de ter trabalhado de forma familiar a vida inteira é uma das explicações para se adotar o trabalho familiar no assentamento.

As narrativas dos assentados nas entrevistas evidenciam uma forte resistência às formas coletivas. As famílias rejeitam formas de produção rígidas. Talvez porque a organização coletiva anula os direitos individuais de propriedade e exige regras disciplinares, como o controle do tempo de trabalho e da produção.<sup>236</sup>

Há outras explicações discutidas por Davi Schreiner. Ele aponta para como os trabalhadores possuem ritmos e estilos de trabalho, assim como produtividades distintas

---

<sup>233</sup> CARLOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Carlos de 26 anos, Francisco Beltrão, 27 de fev. 2014, 33 min.

<sup>234</sup> Acrescenta-se a esses dois anos, ao menos um ano de produção coletiva durante o acampamento. A experiência coletiva durou, portanto, três anos.

<sup>235</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002, p. 289.

<sup>236</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002, p. 225.

entre si.<sup>237</sup> A narrativa de Pedro aponta para este sentido. Ao expressar que “sempre tem os que não querem trabalhar”<sup>238</sup> ele reclamou sobre os limites na execução dos trabalhos. Para ele interessava uma maior participação na jornada de trabalho, a questão não envolvia a renda, até porque as horas trabalhadas eram anotadas e a renda dividida conforme a participação nos trabalhos, mas sim a extensa jornada de trabalho que recaía sobre alguns assentados.

Para além das formas coletivas de trabalho, os jovens entrevistados rememoraram várias outras atividades que participaram e desenvolveram em conjunto com os pais. Estas práticas de trabalho evidenciam as transformações que ocorreram ao longo dos anos de Assentamento e realçam as várias tentativas, por parte dos trabalhadores, em viabilizar economicamente a produção e possibilitar a permanência dos filhos. O trabalho e a produção familiar sofrem mudanças frequentes, com isso algumas perguntas surgem: Por que mudaram? Houveram conflitos internos? Como foram resolvidos? Por outro lado, como organizam a unidade de produção familiar atualmente? Como narram esta forma de organizar? Quais os desafios que vêm? Quais as possibilidades? São questões as quais nos deteremos no 3º capítulo.

Não obstante a isso, podemos concluir que a perspectiva política de organização, de se ver participando num Movimento, de se ver como assentado e do assentamento como conquista política, de partilharem práticas políticas, referencias e valores coletivos, isso os diferencia de outros modos de vida no campo. E, neste sentido, práticas coletivas e individuais de organização fazem parte da formação subjetiva desta juventude rural.

Ambos os assentamentos pesquisados possuem, em suas trajetórias de formação, experiências de terra e trabalho coletivo. Estas experiências expressam as tentativas dos trabalhadores Sem Terras de construir alternativas de trabalho e produção que fossem diferentes do modelo hegemônico e que pautassem as particularidades de cada região, visando a produção de alimentos e geração de renda para as famílias. Por um lado, são alternativas que mostram as diferenças presentes nos assentamentos e, por outro, evidenciam as similaridades da condição de trabalhador

---

<sup>237</sup> Idem, p. 441.

<sup>238</sup> PEDRO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Pedro, 30 anos em Francisco Beltrão, 16 de março de 2014, 55 min.

rural e da necessidade que a luta assumiu para superar problemas como a falta de comida e a dificuldade de gerar renda.

No entender de Davi Schreiner:

A constituição de formas cooperativas dos assentamentos implica a ruptura com certos valores e a criação/recriação de outros. A propósito, a afirmação da cooperação com a propriedade e a terra coletiva impõe a ruptura com a idéia da propriedade privada, profundamente enraizada na sociedade capitalista como valor superior a qualquer outro, e promove a distribuição mais equitativa da renda para todos os que participam do coletivo.<sup>239</sup>

Porém essas relações sociais e econômicas estabelecidas pelos trabalhadores e pelo MST não são homogêneas e nem fixas. Mesmo dentro dos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan, as práticas tiveram mudanças durante os anos e expressam os diferentes sentidos que a luta pela terra tem para os trabalhadores que formam o Movimento.

Parto do pressuposto de que somente dividir a terra não significa executar reforma agrária. Reforma agrária é constituída por políticas que promovem a redistribuição das terras, que se concentra mais a cada ano segundo dados do INCRA,<sup>240</sup> em conjunto com programas de redistribuição da produção, para que ela não seja monopolizada por empresas capitalistas e destinada à exportação numa lógica que visa o acúmulo de capital (lucro). Acrescenta-se ainda a necessidade de novas formas de controle biológicos das “pragas” que dispensem o uso extensivo de agrotóxicos (herbicidas e fungicidas) e transgênicos que afetam a saúde e a biodiversidade.<sup>241</sup>

Problemas trazidos por esta lógica são inúmeros, destaco alguns: produtos com grandes quantidades de veneno; camponeses, que inseridos na lógica do agronegócio, passam a usar agrotóxicos e cultivar transgênicos como solução para as “pragas” e “ervas daninhas” que se encontram na sua lavoura. Tudo isto incentivado pelo Estado, através de pesquisas financiadas por ele e pela classe dominante agrária (latifundiários, empresas transnacionais como a Monsanto, Bayer e a Basf); contribui para a exclusão

---

<sup>239</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002, p. 450.

<sup>240</sup> Segundo dados do INCRA, disponíveis aqui: <http://www.mst.org.br/Terras-estao-mais-concentradas-e-improdutivas-no-Brasil>, mais de 100 milhões de hectares passaram para o controle de latifundiários entre os anos de 2003 e 2010.

<sup>241</sup> Segundo dados da *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio* cada brasileiro consome 5,4 litros de veneno por ano, o que causa inúmeras doenças. Pesquisas apontam que o mal de Parkinson está relacionado ao uso e consumo de agrotóxicos.

de grande contingente de trabalhadores rurais que não acessam a “modernidade que o campo e produção passam a exigir” como a Instrução Normativa 51 (IN-51) que exige uma série de equipamentos como ordenhadeira, resfriador a granel e sala de ordenha para a produção do leite que, neste contexto, se torna excludente para um grande número de camponeses e trabalhadores rurais.

Podemos perceber, com base nos trabalhos bibliográficos, na análise das entrevistas e das fontes, que o motivo central para a saída da juventude rural é a busca por trabalho e pela possibilidade de melhorar a renda. Sendo que a volta aos Assentamentos é motivada, em grande medida, pela falta de condições financeiras de permanecer na cidade. Estas duas questões vão ao encontro com a fala de Antonio sobre a necessidade de expandir “para lutas principais”, ou seja, lutas pela melhoria de vida no campo e na cidade.

Os assentados dos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan buscaram formas coletivas de organizar o trabalho e a produção, como forma de viabilizar a permanência no campo. Estas experiências foram vividas e narradas de diferentes formas pela juventude rural Sem Terra e através dos significados que os jovens atribuíram a elas podemos afirmar que foram experiências positivas, contribuindo para a formação da subjetividade camponesa na juventude. Atualmente, as formas de trabalho e produção familiar se *movimentam* com base na possibilidade ou não da mão de obra familiar, como no caso da família de Suelem, assentada no Assentamento José Eduardo Raduan.

Desde sua formação o MST tem se preocupado com o êxodo da população do campo. Porém é a partir da década de 1990 que passa a tratar com mais ênfase a questão da saída da juventude do campo e, a partir deste período, organiza os setores de juventude<sup>242</sup> nos assentamentos. Nesta “escada rolante”,<sup>243</sup> como Raymond Willians caracterizou o processo de transformações produtivas no campo, que foram expulsando paulatinamente camponeses de suas terras na Inglaterra, durante o século XIX, tanto MST como as famílias buscam construir alternativas, visando a melhoria nas condições de vida e a permanência da juventude rural nos assentamentos.

---

<sup>242</sup> O MST possuiu em sua organização diversos setores e coletivos. Colocá-los e diferenciá-los.

<sup>243</sup> WILLIANS, Raymond. *Campo e cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

### CAPÍTULO III

#### **JUVENTUDE RURAL SEM TERRA E AS FORMAS DE ORGANIZAR O TRABALHO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESA E FAMILIAR.**

Até agora nos preocupamos em discutir quais os sentidos que a juventude atribuiu aos Assentamentos e para algumas práticas de trabalho desenvolvidas naqueles territórios. Neste capítulo, discutimos sobre outras formas de trabalho recriadas pela juventude nos Assentamentos José Eduardo Raduan e Missões com vistas a reproduzir a vida no campo. Visamos, por um lado, aproximar com a discussão empreendida por Theodor Shanin a respeito da recamponseização e, por outro, problematizar as narrativas da juventude rural sobre o direito a terra no presente.

A recamponseização foi uma noção formulada por Shanin para compreender as transformações da agricultura russa no início do século XX. O autor defendeu a tese da existência de uma economia camponesa mesmo no capitalismo e chama a atenção para o fato da saída de grande parte da população em direção as cidades e, posteriormente, sua volta ao campo. A este processo, o autor, designa de recamponseização. Utilizaremos esta noção para nos referir ao movimento, geográfico e principalmente do/no social, de *ida e vinda* dos jovens rurais sem terras.

O autor formula tal noção em meio aos debates sobre o papel dos camponeses na construção de um modo de produção não capitalista na Rússia, se opondo as formas de análise que tratavam da necessidade de transformação dos camponeses em proletários para, assim, construírem um modo de produção diferente do capitalismo. Adotar o conceito formulado por Shanin demanda, portanto, a existência de uma economia camponesa. Embora não seja o objetivo deste trabalho, carece a discussão sobre a noção, ou melhor, sobre o que compreendemos como modo de vida camponês.

Para o historiador britânico Eric Hobsbawm “a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade do século XX e que nos

isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”.<sup>244</sup> Sua interpretação é baseada na, cada vez maior, subordinação da agricultura aos investimentos de capital e na proletarização desta camada social. No campo, existiria, portanto, os proprietários de terras capitalizados e integrados ao mercado capitalista e os trabalhadores que venderiam sua força de trabalho aos proprietários. O campesinato seria segundo sua hipótese, substituído por empresas agrícolas.

Em Capitão Swing,<sup>245</sup> baseado nas relações econômicas e sociais dos sujeitos ele, em conjunto com George Rudé, traça um panorama de como estava organizada e estratificada a sociedade do período. Conclui que existiam “três segmentos desiguais” no campo: nobres rurais (os senhores da maioria das terras) que buscavam “obter o máximo de aluguel dos arrendatários”;<sup>246</sup> estes últimos, que figuravam o segundo segmento, “subsidiados” pelos senhores das terras; e os trabalhadores rurais que alugavam sua força de trabalho, eram a terceira “categoria” que, segundo Hobsbawm, foram os mais atingidos pelas transformações rurais ocorridas com a Revolução Industrial, pois este “era agora um proletário sem terras, dependendo exclusivamente do seu salário como trabalhador ou da Lei dos Pobres para sua subsistência”.<sup>247</sup>

O autor aponta para o aumento na demanda de alimentos e as formas que os proprietários das terras passaram a explorar a mão de obra para diminuir os gastos e aumentar o lucro, motivados pelas várias leis que regulavam a comercialização e distribuição da produção. Este procedimento dos sujeitos indica para “um cálculo empresarial” feito pelos proprietários de terras, que muito informa sobre as relações no campo, pois transforma aquela economia familiar, característica do modo camponês, num empreendimento empresarial que possui trabalhadores rurais assalariados, na exploração de sua mão de obra e na venda de mercadorias (alimentos) para adquirir lucro.

O contexto que analisa é de transformações drásticas no campo, onde o camponês e o trabalhador rural passam a ser proletariado e, devido as mudanças no

---

<sup>244</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**, p. 284.

<sup>245</sup> HOBBSAWM, E.; RUDÉ, G. Capitão Swing. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

<sup>246</sup> Idem, p. 34.

<sup>247</sup> Idem, p. 37.

contrato, lhes é negado a terra e “desprovidos daqueles modestos direitos costumeiros garantidores da sua condição de homem, que acreditava possuir e poder reivindicar”.<sup>248</sup>

O cálculo empresarial, apontado por Hobsbawm, contribui para a compreensão da realidade no campo. Porém, ao utilizar tal procedimento na análise das trajetórias de vida dos assentados, em especial a de trabalho, percebo a existência de outras dimensões. As narrativas da juventude rural apontam para um cálculo baseado na economia e na força de trabalho familiar com o objetivo de somar esforços para enfrentar as pressões do mercado e, assim, continuar o trabalho e a vida no campo. Marcos, por exemplo, destaca em seu relato que, para sua família e a de seus pais se manterem no lote, devem trabalhar com várias formas de renda e diversificar o máximo a produção.

Nós temos, além de hortaliças pra venda e pro consumo, nós temos gado de leite, que também, se você for analisar, é para a venda e para o consumo. Temos galinha poedeira. Hoje não tem, mas geralmente nós temos frango para o abate. De pequenos animais assim que a gente não trabalha aqui é porco, que a gente não viu viabilidade. Mas nós temos peixe, o açude está seco hoje, mas vamos encher logo ele para ter peixe também. Então assim, alternativas de renda mesmo tem, pra fazer dinheiro, não são tantas, mas para o consumo são várias!<sup>249</sup>

Seu relato aponta para como os trabalhos são feitos em conjunto com os pais e objetivam a permanência e a melhoria da vida no campo. O cálculo que apresentou é baseado na força de trabalho familiar e visa enfrentar as dificuldades da comercialização através da produção para o consumo da família.

Para compreender esta relação, parte da historiografia brasileira construiu, em oposição ao conceito de camponês, a noção de “agricultura familiar”. Esta, por sua vez, busca abarcar os pequenos proprietários de terras que estavam, ao longo da década de 1990, se “modernizando” e abandonando práticas e relações sociais “atrasadas” e sendo incorporados ao mercado de produção capitalista. Os pesquisadores ligados ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), tiveram grande influência para disseminar esta noção como forma inclusive de desqualificar as lutas camponesas, tais

---

<sup>248</sup> Idem, p. 16.

<sup>249</sup> MARCOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Marcos, 26 anos em Marmeleiro/PR no dia 18 de setembro de 2014, 48 min.

como a obra de Hugues Lamarche, de 1993 e 1998,<sup>250</sup> nas quais ordena quatro modelos de dependência ao mercado: modelo agricultura familiar moderna, modelo empresa, modelo agricultura camponesa, modelo empresa familiar.

Sua análise fixa os sujeitos em modelos cartesianos e torna as práticas sociais de coletividade, as trocas de serviço e os significados dados ao trabalho na terra “invisíveis”. A ênfase de sua pesquisa é externa aos sujeitos e às formas que se relacionam com seus pares e com o mercado. Ao afirmar a não existência da classe camponesa acabam por estruturá-la em tipos fixos e imóveis, ignorando sua historicidade, seus movimentos e sua heterogeneidade.

Nesta pesquisa, empreendida nos dois assentamentos do Sudoeste do Paraná, compreendo que os assentados possuem modos de vida que se diferenciam de proprietários de terras capitalizados e, além disto, possuem trajetórias de vida onde a possibilidade de viver e trabalhar na terra foram cerceados pelo modo de produção capitalista e que, mediante a luta, conquistaram um pedaço de terra. Esta quebra na lógica de acesso a terra e suas trajetórias de vida e de trabalho subordinados, além das práticas de trabalho coletivo e as relações sociais estabelecidas entre as famílias sustentam a noção de trabalhadores que trabalham na/a terra, ou seja, de camponeses.

Desta forma, como situar o conceito de camponês e sua existência enquanto classe num contexto que se verifica um grande avanço das relações capitalistas de produção no campo, excluindo este modo de vida? Este perde espaço e deixa de existir ou passa a reivindicá-los novamente? Como perceber este processo? Quais as evidências que apontam para a existência de uma economia e modo de vida camponesa? E, desta forma, como os jovens dialogam com as pressões sociais advindas do avanço das relações capitalistas no campo? E como os valores desta classe social são recriados por eles no modo de viver e trabalhar nos assentamentos?

Estas questões foram suscitadas pelas leituras de Hobsbawm<sup>251</sup> que salienta a dificuldade dos camponeses serem uma “classe para si”, ou uma classe com consciência de classe. Seu debate evidencia também que diante de uma dificuldade comum esse

---

<sup>250</sup> LAMARCHE, Hugues. (Coord.) A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. E: LAMARCHE, Hugues. A Agricultura Familiar: do mito a realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

<sup>251</sup> Além do livro “Capitão Swing”, cito: HOBBSAWM, E. J. Os Camponeses e a Política In: Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

sentimento pode ser construído, ou que essa construção se inicie. Se acrescentarmos ainda as discussões de Thompson acerca do conceito de experiência e do “formar-se” da identidade de classe como um processo, podemos perceber que elementos e situações de conflito podem contribuir para esta “formação”. Este processo não é algo mecânico, mas surge baseado nas experiências dos agentes sociais que formam o movimento.

Utilizamos, pois, o conceito de camponês por considerar que os sujeitos que vivenciaram uma experiência tão conflituosa como a formação de acampamento, ocupação de terras e o enfrentamento a mão armada do latifúndio e do Estado para permanecer na terra constroem práticas sociais diferentes das de um agricultor familiar. Não é somente um conceito que dá unidade a luta, mas é um conceito que reflete a experiência de sujeitos sociais, que constroem sentidos no qual questionam o movimento da história e o próprio Movimento, propondo e disputando outros projetos.

Parto dos pressupostos desenvolvidos por Theodor Shanin<sup>252</sup> e José de Souza Martins<sup>253</sup> de que os camponeses se reproduzem no interior do modo de produção capitalista e que a análise deve considerá-los também como uma classe social deste modo de produção. Segundo Martins, a família camponesa também sofre com a exploração advinda da sujeição de sua renda e seu trabalho excedente ao capital, mas que ao comercializar seus produtos ou, mesmo com as pressões, destinar uma parte de seu trabalho a produção de subsistência possibilita uma maleabilidade a esta relação de subordinação. Ou seja, quando Pedro e Marcos narram que destinam uma parte de seu tempo de trabalho e da terra para a produção de subsistência no quintal, mesmo diante de todas as pressões para produzirem maior volume de produtos (leite e hortaliças) possível, destacam como buscam recriar práticas camponesas de subsistência e *driblar* quando podem as pressões do mercado.

### **3.1 Campo e cidade nas trajetórias de trabalho da juventude rural**

Em Campo e Cidade, Raymond Willians, alertou para como estes espaços não estão separados socialmente um do outro e, por outro lado, como a saída do campo e a

---

<sup>252</sup> SHANIN, Theodor. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciência. N. 26, 1980, p. 43-80.

<sup>253</sup> MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

ida para a cidade é geralmente traumática para os trabalhadores do campo e camponeses.

Em sua tese de doutorado, Paulo Cesar Inácio analisou a trajetória de vida e de trabalho dos trabalhadores na construção das ferrovias em Goiás e quais os sentidos presentes nas narrativas destes sobre aquele contexto histórico tão contraditório. Apontou para como “os trabalhadores que viviam da terra, diferentemente se seus pais, já não podiam viver só dela, começam então a buscar alternativas, mas, isso não significa uma saída da vida no campo, mas, uma redefinição em relação à ela”.<sup>254</sup>

As contribuições de Williams e de Inácio auxiliaram para interpretar a realidade dos jovens assentados. Através das narrativas sobre suas trajetórias de trabalho podemos inferir sobre um reposicionamento do campo na formação e na reprodução da vida num contexto diferente dos seus pais, no qual constroem novas relações entre si e com a cidade. Desta forma, como os jovens dialogam com o campo e a cidade? Como é a prática social de morar no campo e trabalhar na cidade?

Os casos de Guilherme e Luciane são significativos para compreendermos estes reposicionamentos no campo e do campo com a cidade. Ele tem 22 anos e ela 23, há 03 anos são casados e há 05 anos trabalham na cidade com “a esperança de voltar para cá”,<sup>255</sup> para o Assentamento Missões. Nos dias anteriores à realização da entrevista, conseguiram comprar um lote de terra e realizar este sonho. Ao perguntá-los sobre esta “conquista”, ele responde:

Eu trabalho na Brasmenon, sou técnico em refrigeração e a ideia é trabalhar lá até o final do ano [2014], mais ou menos. A ideia. Depois sim voltar e trabalhar aqui. Não foi fácil comprar isso aqui, a gente não tinha o dinheiro, é financiado, a gente necessita de vender o sobrado lá [na cidade de Francisco Beltrão] para quitar aqui. Sem vender lá a gente não tem muito o que [fazer]. E como aqui anda não está fornecendo nenhuma renda para gente, não tem nada aqui, antes tem que preparar e vai um certo tempo para dar frutos então nesse tempo aí a gente necessita da renda da cidade por enquanto para a gente conseguir seguir em frente com os planos que a gente tem. Mas

---

<sup>254</sup> INÁCIO, Paulo Cesar. *Sudeste Goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias*. Tese de doutorado UFU, Uberlândia, 2009, p. 108.

<sup>255</sup> GUILHERME. Entrevista por Ricardo Callegari com Guilherme de 22 anos e Luciane de 23 anos, Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2014, 58 min.

a ideia é até o final do ano a gente estar morando aqui e vivendo da terra e voltar para o Assentamento que é o que a gente queria.<sup>256</sup>

O objetivo de comprar um lote de terra foi possível com a ajuda de seus pais e à custa de 02 financiamentos, um no nome do pai de Guilherme e outro no nome de Luciane. A narrativa de Guilherme aponta para como as relações de trabalho e a possibilidade de voltar ao Assentamento Missões nem sempre são de “resistência” ou de enfrentamento ao capital, mas de (re)produção da vida. Estas relações evidenciam como o modo de vida dos camponeses e dos trabalhadores estão em movimento e, com base nas condições materiais, recriam sentidos e sonhos e se refazem enquanto sujeitos históricos.

O relato de Guilherme e Luciane permite visualizar como o desejo de permanecer na terra se deparou com a falta de políticas para o acesso a mesma. Diante da limitada política de reforma agrária, a solução encontrada pela família foi de trabalhar na cidade para conseguir comprar um pedaço de terra. Esta possibilidade além de evidenciar que a reforma agrária é uma necessidade, realça como os jovens “jogam” com a cidade e o campo com vistas a reproduzir a vida e conquistar o sonho de ficar na terra. A respeito deste “jogo” com o campo e a cidade e seus reposicionamentos na vida dos trabalhadores, a trajetória de vida de Suelem é representativo.

Ela é filha de Sueli e Olívio que são assentados no Assentamento José Eduardo Raduan. Nasceu e viveu sua infância no acampamento e atravessou alguns momentos de adversidades daquele período, como a falta de comida e as dificuldades de estudar. Quando completou 20 anos começou a trabalhar na cidade de Campo Erê como caixa de supermercado onde ficou por dois anos. Quando completou 23 anos teve seu filho Marcelo, que hoje está com 06 anos. Ela, por sua vez, está com 28 anos, é formada como Técnica em Enfermagem e trabalha como Agente de Saúde na prefeitura de Campo Erê/SC, cerca de 10 km do Assentamento. Ela é mãe divorciada e considera que não conseguiria pagar aluguel na cidade e creche para o filho.

Para Suelem, a cidade também possibilita um “jogo” onde reposiciona o campo e a cidade: o trabalho assalariado na cidade e a moradia no Assentamento José Eduardo Raduan. Perguntei como decidiu trabalhar fora e ela respondeu:

---

<sup>256</sup> GUILHERME. Entrevista por Ricardo Callegari com Guilherme de 22 anos e Luciane de 23 anos, Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2014, 58 min.

Os que ficaram é por que tem uma renda diversificada que não seja só da roça. Eu acredito que seja por esse motivo que eles ainda estão aqui. No meu caso é esse. Adoro aqui, *adoro morar aqui até pela facilidade com o Marcelo* que é um lugar calmo, tranquilo para ele crescer. E também por que eu tenho o meu trabalho, *tem uma renda que tiro fora daqui por que se fosse para tirar daqui não tinha como.* Meu pai se sustenta daqui e eu também, não ia dar certo.<sup>257</sup>

Em sua narrativa o trabalho e a constituição de renda fora do lote são vistos como alternativas e, por outro lado, a moradia no Assentamento é vislumbrada como melhor escolha para o crescimento de seu filho. Ela utilizou a experiência construída junto com sua família e elaborou uma importante interpretação sobre a “questão do trabalho” e da renda atribuindo como fatores motivadores para a saída dos jovens.

Na verdade a gente mora aqui, mas que nem ele [seu irmão Douglas<sup>258</sup>] trabalha fora. Eu tenho meu serviço. Se fosse tirar o sustento só daqui, que nem o pai trabalha com leite, não tem condições de se sustentar, é muito pouco! Então... a questão de trabalho.<sup>259</sup>

A escolha de trabalhar fora se faz como uma forma de complementar a renda familiar, insuficiente para a manutenção da família. Ao perguntar sobre o que achava de morar no Assentamento, ela respondeu atribuindo às relações familiares como fator motivador de sua permanência. Afirma que “dá pra contar nos dedos quantos [jovens] sobraram aqui. Eu gosto de morar aqui. É perto do pai e da mãe. Pra morar, pra viver não tem lugar melhor.”<sup>260</sup>

Com base em sua narrativa percebemos que ela diferencia o campo como lugar para trabalhar, visto como escasso de recursos e de renda, e para morar, entendido como melhor lugar, calmo e tranquilo. Estas diferenças são pontuadas por vários jovens entrevistados e assinalam para como a juventude rural Sem Terra avalia as possibilidades de deixar a casa dos pais e de trabalhar no campo ou na cidade.

---

<sup>257</sup> SUELEM. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Suelem, 28 anos. Marmeleiro, 18 de setembro de 2014, 48 min.

<sup>258</sup> No momento da segunda entrevista, em 2014, Douglas não residia mais no assentamento. Após casar, mudou-se para a cidade de Campo Erê/SC em 2013, lá trabalha como motorista da prefeitura. Este caso será analisado mais detidamente no terceiro capítulo, no qual, discutirei sobre a organização do trabalho dentro dos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan.

<sup>259</sup> SUELEM. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 28 anos e Douglas 25 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012, 102 min.

<sup>260</sup> SUELEM. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 28 anos e Douglas 25 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012, 102 min.

Algo que chama a atenção é o fato dela mencionar, em sua resposta, a opção “dos outros” jovens rurais e destaca como são poucos os jovens que permanecem na terra ou com os pais. Mesmo frisando a diferença de sua escolha, percebemos na entrevista como esta é uma decisão freqüentemente reavaliada. Este ponto evidencia algo que a pesquisa de Elisa Guaraná<sup>261</sup> apontou: de que os jovens rurais, ao avaliarem suas escolhas e decidirem se ficam ou não no campo, levam em consideração as escolhas tomadas pelos outros jovens.

Suelem também expõe as dificuldades de educar o filho na cidade e afirma ser o principal motivo de morar no Assentamento José Eduardo Raduan, pois atribui como lugar calmo e que nunca faltará companhia para Marcelo, “diferente da cidade em que teria que deixá-lo trancado em casa até a hora de voltar do trabalho”.<sup>262</sup> Desta forma, Suelem avalia que a melhor forma de conseguir renda suficiente para ela e seu filho é morar no Assentamento e trabalhar na cidade de Campo Erê como Agente de Saúde.

A forma em que o trabalho e a renda familiar se desenvolvem, em alguns casos, evidenciam dimensões sobre a convivência dos jovens com o campo e como estes se repositionam em relação a ele. A constituição da renda fora do lote se apresentou em boa parte das trajetórias de vida e a explicação da juventude para esta escolha esteve relacionada a fatores como: “falta de renda e de trabalho”, como para Angélica e Suelem, mas também aos desejos individuais de “trabalhar em outros lugares”, como para Marcela.

Para Angélica o trabalho no Colégio Paulo Freire, no Assentamento Missões, é uma das possibilidades. O Colégio surgiu nos primeiros anos de Assentamento, mas não era reconhecido pela Secretaria de Educação e, para tanto, foi necessário a luta dos Assentados. Em 2005 construíram uma estrutura nova, com salas para todas as turmas e com reconhecimento do ensino pelo Estado. Angélica é auxiliar de serviços gerais, trabalha na limpeza do Colégio. Ao perguntá-la como é o trabalho, ela comenta:

Como eu sempre gostei de interior, não gosto muito de cidade, eu gosto de trabalhar aqui. Ainda mais agora que teve a oportunidade de

---

<sup>261</sup> CASTRO, Elisa Guaraná. *Sonhos, desejos e a “realidade”*: herança, educação e trabalho de jovens rurais da Baixada Fluminense/RJ. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE JUVENTUDE BRASILEIRA, 2004, Rio de Janeiro. Anais do I Simpósio Internacional de Juventude Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, outubro de 2004. Pág. 02-49.

<sup>262</sup> SUELEM. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Suelem, 28 anos. Marmeleiro, 18 de setembro de 2014, 48 min.

eu trabalhar na escola também, melhorou. Por que daí eu tirava leite em casa, fazia o serviço de casa, tirava leite, ia na roça. Daí agora com o colégio, eu consegui entrar aqui, aí melhorou ainda mais.<sup>263</sup>

Esta opção foi narrada por Angélica, como uma alternativa “para aumentar a renda familiar”, mas, não obstante isto, revela outras dimensões, tais como: o fato do Colégio representar para a juventude rural uma perspectiva de mudança. Por que não precisaram mais se deslocar para fora do Assentamento para trabalharem, no caso de Angélica, não precisou mais trabalhar como diarista nas propriedades vizinhas ao Assentamento. O Colégio e as dimensões da escola do campo e para o campo são importantes para aquilo que se pretende de reforma agrária. Inclusive para a composição da renda.

O mesmo acontece com o Felipe que trabalha na escola durante o dia e tem de tirar leite nos turnos da manhã e da noite, a opção, segundo Felipe é de aumentar a renda e ter um “dinheirinho” a mais. Por outro lado, a narrativa de Marcela aponta para a questão da juventude se sentir mais a vontade morando e trabalhando no Assentamento. Ela trabalhou durante um ano como caixa de supermercado em Francisco Beltrão e avalia:

Bem diferente da cidade. Aqui, claro tem horário, trabalho, tudo né?! Mas final de semana, sai com os amigos. Bem melhor aqui, do que na cidade. Na cidade é muito corrido né?! Eu trabalhei um ano na cidade, então foi bem puxado. Nos finais de semana/ vinha só nos finais de semana/ nos domingo ainda tinha que trabalha até de meio dia, eu trabalhava num supermercado. Daí tinha domingo que tinha que trabalhar, aí trabalhava nos domingos, até meio dia. Aí ficava só meio dia em casa, aqui né?! Aí na segunda feira tinha que levantar cedo, ir de ônibus, ficava a semana inteira na cidade! Era bem puxado, tem horário e tudo! Bem puxado!<sup>264</sup>

Ao afirmar que era bem diferente, Marcela faz questão de frisar que trabalhando no Colégio pode visitar sua mãe e possui o domingo livre.

O MST vem enfatizando, principalmente a partir do final da década de 1990, como a luta por escolas e agroindústrias no interior dos assentamentos é também uma

---

<sup>263</sup> ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

<sup>264</sup> MARCELA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Marcela, 23 anos, Francisco Beltrão, 19 de janeiro de 2014, 30 min.

“forma de gerar trabalho e renda para a juventude”.<sup>265</sup> De certa forma é uma alternativa que, no caso de Angélica, Felipe, Suelem e Marcela possibilitou a geração de renda e a permanência no campo.

Através dos relatos podemos inferir que a saída da juventude não é apenas uma escolha individual e isolada, mas motivada pelas condições materiais, como a falta de renda suficiente e de trabalho. Não são escolhas que partem do mundo ideal, mas sim com base na “vida prática” como, por exemplo, a forma de organização do trabalho e da produção agrícola já existente e que encontram limites. A partir destas condições e contradições é que buscam formas de trabalhar, transformando e recriando o modo de vida no campo e construindo também suas visões de mundo.

Por outro lado, através dos relatos de Angélica, Guilherme e Luciane, principalmente, é que podemos concluir que a falta de terra se constitui como grande motivador para a saída. Desta forma, evidencia-se os limites das políticas de reforma agrária que não deixam muitas alternativas para a juventude rural a não ser buscar empregos na cidade. Muitos destes jovens rurais voltaram, aos Assentamentos para trabalhar no lote de terra. Esta possibilidade de retornar ao assentamento mediante a aposentadoria dos pais ou a compra de terra é marcante também por ser um processo de *recamponseização* da juventude rural.

Desta forma, ao voltarem para trabalhar e morar nos Assentamentos, como fazem então? Como os jovens percebem as mudanças nas condições de vida e de trabalho ao longo do período de Assentamento? Mantém e/ou como mantém a radicalidade do movimento? Como interpretam as pressões do mercado, como a produção de soja, de leite e hortaliças? Como fazem para manter práticas camponesas e/ou de produzir a vida? Como fazem para driblar as pressões do mercado? Como fazem as mediações e a resistência para não se submeter à lógica do mercado?

### **3.2 O trabalho camponês familiar: família como espaço de reposicionamento social**

Conforme apontamos ao longo do primeiro e segundo capítulo, baseando-se em interpretações de autores da história social britânica<sup>266</sup> e em interpretações das

---

<sup>265</sup> JUVENTUDE, Setor. *Desafios do trabalho no campo*. Jornal da Juventude Sem Terra, s/d. P. 06.

<sup>266</sup> Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Raymond Willians.

fontes coletadas ao longo da pesquisa, os sindicatos, partidos políticos, movimentos e suas práticas sociais organizadas como as ocupações, as reuniões, os folhetins se constituem enquanto importantes ferramentas construídas pelos trabalhadores para lutarem ou garantirem seus direitos. Também são ferramentas de luta e de enfrentamento social, as cooperativas e os trabalhos coletivos.

Por outro lado, o âmbito familiar foi pouco questionado como ferramenta de enfrentamento político, construtor de práticas coletivas e de reposicionamento social. Na maior parte da historiografia a *família* foi aceita enquanto espaço do conservadorismo e da manutenção da ordem vigente. O que, por um lado, não está errado, vide o projeto político, por exemplo, da Tradição, Família e Propriedade (TFP) que apoiou a ditadura militar no Brasil, além de fazer uma defesa aberta à propriedade privada.

Como vimos no primeiro capítulo, a presença da família foi muito forte no acampamento, como no caso de Olívio e seu irmão na troca de dias em cima do lote ocupado de forma que um podia visitar os seus familiares num final de semana enquanto o outro cuidava do lote ocupado. Ou ainda, nas empreitadas feitas pelas famílias acampadas em propriedades da região como forma de gerar renda sem precisar se mudar para a cidade, como no caso da família de Tatiana. Ou seja, a família não é um espaço desprovido da transformação, mas como lugar de se posicionar e de enfrentar algumas pressões como falta de emprego/trabalho, se constituindo enquanto estratégia de fortalecimento e permanência no campo.

Alessandro Portelli destacou como as pressões subjetivas influenciam nas escolhas objetivas dos sujeitos.

Os escravos açoitados eram quiçá relativamente poucos, os mortos na usina e os mortos por heroína são relativamente raros. Mas todos os escravos, todos os operários, todos os moços dos anos 70 em diante vivem subjetivamente a possibilidade da chibata, da morte, da droga, inclusive de objetivamente não foram tocados.<sup>267</sup>

Parafraseando Portelli, percebemos que a juventude rural pesquisada vive subjetivamente com a possibilidade de ficarem sem terra, sem trabalho e sem renda.

---

<sup>267</sup> PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos*. In: Ver. Tempo. n. 2 Rio de Janeiro: EDUFF, 1994, p. 72.

Desta forma, como se comportam? Uma opção que marca a trajetória de vida destes jovens são os períodos de trabalho na cidade e a volta para o campo, o que chamamos de recamponseização. No caso dos Assentamentos pesquisados, esta recamponseização ocorre através de quatro formas: dos acordos estabelecidos entre os jovens e seus pais para trabalharem familiarmente no mesmo lote; há alguns casos que acordam com a moradia do jovem no lote, que continua trabalhando na cidade; mediante aposentadoria dos pais, quando os jovens passam a “coordenar” os trabalhos e a produção; por último e mais raro, alguns compram um lote e estabelecem relações de trabalho familiar.

Assim, nas páginas a seguir, discutiremos sobre a recamponseização na relação com o trabalho familiar, isto é, quando os filhos, depois de passarem um período trabalhando e morando na cidade, regressam para morar nos Assentamentos. Como esta recamponseização ocorre? A volta ao campo e a recriação do trabalho é, por si só, uma recamponseização?

O caso da família de Marcos é significativo para pensarmos esta dimensão. Ele mora no lote de 17 hectares do Assentamento José Eduardo Raduan com seus pais, seu filho e sua esposa. Ao narrar o momento em que saiu de casa remete ao problema da geração de renda. Quando completou 16 anos, se mudou para Pato Branco para trabalhar numa loja de informática. Ao perguntá-lo sobre a decisão de ir morar na cidade, responde:

Não tinha uma alternativa de renda aqui, fora o leite. Então trabalhando com o leite somente não tinha como nós ter uma renda pra se manter junto aqui, então eu fui pra cidade de volta trabalhar e depois que apareceu o negócio de Cooperativa e o PAA, os programas do governo que nos deram um apoio aí eu retornei trabalhando com parte de hortaliças e ajudando no leite porque também seria a renda principal da agricultura hoje é o leite.<sup>268</sup>

Atualmente trabalham com hortaliças e a produção de leite como forma de diversificar a produção e renda. A Cooperativa possibilitou a diversificação da renda e da produção que é comercializada pelo PAA. Ao perguntá-lo sobre porque plantar hortaliças, respondeu:

---

<sup>268</sup> MARCOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Marcos, 26 anos em Marmeleiro/PR no dia 18 de setembro de 2014, 48 min.

*A área que eu planto hortaliça é uma área que teria duas vacas! O espaço é uma área que ela tem bastantes pedras, bastante pedra! Uma área que praticamente é só corredor, depois dá para nós dar uma olhada. Então assim, é uma área que você não vê viabilidade para outra coisa! E a hortaliça em qualquer canto você planta, mesmo,  *você pode espalhar em dez pedaços da propriedade que não tenha a criação invadindo, você produz.* E o leite, hoje para o pequeno agricultor é uma renda mensal, é uma renda certa. É tão certa quanto a hortaliça, por que a hortaliça ela tem altos e baixos e a questão do pagamento você não pode contar com ele para um dia certo, eles não. Você leva até cento e vinte dias muitas vezes pra receber então ele tem uma. Então ela é assim, você tem que usar ela como uma alternativa mesmo que você não dependa só daquilo ali também. Mas, por outro lado, dá para auxiliar a renda, dá para auxiliar bem tranquilo sabe?<sup>269</sup>*

Sua narrativa é organizada sempre comparando o trabalho no leite e o trabalho nas hortaliças e, desta forma, estabelece uma crítica à forma de pagamento: uma é mensal e outra demora até cento e vinte dias para receber e, por isso, as hortaliças são apenas para auxiliar a renda. Para tanto, mais adiante na entrevista, afirma que, mediante a demora nos pagamentos, buscou mercado fora do PAA.

*Eu trabalho hoje com venda particular, sem depender da Cooperativa. Não dá para dizer que se forma uma renda. Em umas épocas do ano você faz uma renda boa, em umas épocas do ano você não faz uma renda sustentável, vamos dizer assim, nessa parte. Então com o apoio da Cooperativa você mantém! Somar as duas faz uma renda razoável.*

O relato de Marcos permite que visualizemos como as famílias camponesas e os jovens estabelecem relações sociais com “não camponeses”.<sup>270</sup> Ao apontar que hoje trabalha com vendas particulares, Marcos evidencia como *seu mercado* expandiu para além da Cooperativa e notabiliza como a produção não se dá de forma isolada e como o trabalho é familiar. Theodor Shanin identificou como o trabalho familiar e a relação com o mercado como uma das especificidades da economia camponesa que permite sua reprodução no capitalismo:

*Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-*

---

<sup>269</sup> MARCOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Marcos, 26 anos em Marmeleiro/PR no dia 18 de setembro de 2014, 48 min.

<sup>270</sup> SHANIN, Theodor. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciência. N. 26, 1980, p. 52.

camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social.<sup>271</sup>

Esta concepção de Shanin nos leva a pensar o conceito de camponês como móvel, que se movimenta e se modifica conforme e ao passo que os sujeitos também se modificam e se movem. Práticas de trabalho e produção, como a lavourinha ou quintal produtivo, são exemplos deste movimento camponês. Nelas o trabalho é familiar, para o sustento, e tem o objetivo de produzir os alimentos básicos para as famílias. Marcos, ao perguntá-lo o que mais plantam, afirma o seguinte:

[No pomar] a distância entre o arvoredo é boa, então dá para produzir no meio. Ali é um quintal produtivo, é um aproveitamento. Mas ali pega mais época de verão, você planta plantas de varaço, pepino, melão, abóbora, moranga essas coisas assim, que formam varaços então você precisa de uma área maior e irrigação é mais difícil chegar irrigação ali então, você planta plantas que usa, as raízes ficam numa base só e a planta toma um metro, dois metros quadrados. Então essa é uma área diferente e próxima da casa. Aqui próximo a gente trabalha mais com folhosas e tubérculo, raiz né?! Você tem que estar sempre olhando e até a questão de rapidez de produção.

Esta prática é desenvolvida pelas famílias de assentados e envolve a juventude, ocorre de forma variada em todos os casos e formas de trabalho analisados (fora do lote ou familiar). Dos jovens entrevistados, 09 relataram esta forma de trabalho e produção, mesmo aqueles que trabalhavam fora do lote. Uma autora que estudou esta relação de trabalho é Neusa Bloemer. Ela aponta o seguinte:

Além dos produtos cultivados na roça, os colonos italianos ocupam-se da lavoura, que tem por objetivo garantir produtos destinados prioritariamente ou exclusivamente ao consumo da unidade familiar. Plantam para “o gasto”, o que não impede que o excedente produzido seja comercializado. (...) Além da lavourinha, cultivam no quintal hortaliças e verduras, uma vez que a variação do clima local permite cultivá-los praticamente durante o ano todo. No espaço próximo as casas, também plantam repolho, couve-flor, couve, alface, rúcula, pepino, beterraba, temperos verdes e ervas medicinais.<sup>272</sup>

A autora destaca a importância que o quintal assume para as famílias e como esta é uma prática recorrente para as famílias diversificarem a renda, pois podem ser comercializadas, mas, principalmente, servem para o consumo familiar. No trabalho de

---

<sup>271</sup> SHANIN, Theodor. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciência. N. 26, 1980, p. 75.

<sup>272</sup> BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 111.

pesquisa da autora, ela discutiu como os trabalhos de cuidar do quintal e as decisões de como plantar se remetiam a mulher.

São práticas de resistência e de pressão que não rompem com o modelo, mas limitam e atrasam determinados projetos para o campo e “para camponeses vivendo à margem o tempo ganho foi vital”. Por atrasar e não transformar é que tais movimentos são mais “pedagógicos”, no sentido de construir uma identidade de luta, do que revolucionários, mas que “em tempos de crise ou momentos de mudança política” as reivindicações podem ser complementadas por um projeto político mais totalizante.

Uma prática desenvolvida pelas famílias para enfrentarem a perda de autonomia do tempo na produção de leite é a divisão dos trabalhos, como no caso de Guilherme e seus pais: na parte da manhã é sua mãe e seu irmão mais novo quem tiram leite e na parte da noite é Guilherme, quando este volta do trabalho na cidade, e sua esposa, Luciane. Enquanto isso o pai estabelece uma jornada de trabalho na cidade.

Este caso é significativo para dialogarmos com as pressões que as famílias sofrem em relação à produção de leite, pois é uma jornada de trabalho que começa de “manhã e vai até a noite e sempre tem que ter alguém ali”.<sup>273</sup> O objetivo de organizar e/ou dividir o trabalho de tal forma é para “ter um período do dia de folga para fazer o que quiser”.<sup>274</sup> Este objetivo torna a jornada de trabalho menos extenuante e é uma ferramenta construída com base nos anos de trabalho familiar no qual esta era uma reclamação por parte dos filhos. Elisandra, mãe de Guilherme e Vitor, afirma que assim “tem trabalho para todo mundo”, dando ênfase a solução encontrada para o outro problema levantado por eles: a falta de trabalho no campo.

No caso da família de Elisandra, outra questão chamou atenção: o trabalho familiar na atividade de criação de galinhas caipiras semi-confinadas.<sup>275</sup> Elisandra, em sua entrevista, afirmou que “acabamos com as galinhas caipiras a pedido do engenheiro

---

<sup>273</sup> GUILHERME. Entrevista por Ricardo Callegari com Guilherme de 22 anos e Luciane de 23 anos, Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2014, 58 min.

<sup>274</sup> GUILHERME. Entrevista por Ricardo Callegari com Guilherme de 22 anos e Luciane de 23 anos, Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2014, 58 min.

<sup>275</sup> O sistema de criação de galinhas caipiras semi-confinadas consiste na construção de um galinheiro no centro de um cercado e com acesso a quatro, ou mais, piquetes nos quais as galinhas serão soltas e se alimentarão por um número determinado de dias em cada um. Consiste em um sistema rotativo e quando as galinhas saem do último já podem serem soltas no primeiro novamente.

agrônomo, pois elas estavam comendo o pasto das vacas”.<sup>276</sup> Sua fala expressa como o trabalho com o leite exige espaço de terra e, por outro lado, como limita outras atividades de produção para a subsistência. Durante dois anos compraram galinhas na cidade ou de vizinhos que continuaram produzindo, mas “é uma vergonha morar na roça e ter que comprar galinhas para comer, então nós fizemos um galinheiro cercado e prendemos elas”.

Ao utilizar o termo “vergonha” para se referir à necessidade de comprar alimentos, ela expressa como seu desejo era de continuar a produção para a subsistência. Essa é uma importante dimensão do trabalho familiar camponês efetuado pelas famílias de assentados.

Por outro lado, os casos das famílias de Pedro, Maria, Alex, Elem e Carlos são significativos para entendermos a alternativa dos filhos “coordenarem” a produção, mediante aposentadoria dos pais. Suas trajetórias de trabalho também se estenderam a cidade ou “fora do lote”, mas decidiram voltar aos Assentamentos e atualmente trabalham como agricultores. Pedro possui 30 anos e Maria 25, estão casados há 07 anos e desde então estão morando no Assentamento Missões. Alex, por sua vez, possui 27 anos e Elem<sup>26</sup>, casaram há 06 anos e desde então moram no Assentamento Missões. Carlos mora no mesmo Assentamento, junto com seus pais e tem 26 anos.

Pedro foi para a cidade de Francisco Beltrão quando tinha dezoito anos em busca de trabalho, porém voltou para o Assentamento Missões um ano depois. Relata que o trabalho na cidade é tão “duro” quanto o do campo, porém, no campo o trabalho é efetuado “para você” e não para alguém. O entendimento que a família encontra é de vir morar no lote, enquanto seus pais, que são aposentados, cuidariam de serviços mais práticos e ele administraria a produção de leite.

Esta é uma relação que muitos assentados estão construindo de modo a possibilitar a permanência dos filhos no Assentamento. Das entrevistas feitas no Assentamento Missões (sete) esta relação apareceu em seis delas e com menções a outras famílias que também adotaram esta alternativa.

---

<sup>276</sup> ELISANDRA. Entrevista feita por Ricardo Callegari com Elisandra de 48 anos, Francisco Beltrão, 17 de outubro de 2014, 83 min.

Atualmente o trabalho está organizado de forma a privilegiar a produção de leite. Pedro administra o trabalho no lote dos pais que se aposentaram e hoje moram na Vila Rural do Assentamento Missões. Em uma pesquisa sobre a reprodução social dos italianos no campo, partindo de um estudo de caso envolvendo imigrantes no Rio Grande do Sul, Neusa Maria Sens Bloemer destacou como na “composição das unidades de produção e consumo, o que efetivamente ocorre são arranjos para contornar a não-disponibilidade de terras”.<sup>277</sup>

Esta forma de recamponseização expressa, por um lado, como os sujeitos buscam alternativas para permanecerem no campo e reproduzindo seus modos de vida, assim como evidencia a necessidade atual de uma reforma agrária com base na distribuição de terras e construção de alternativas de trabalho que rompam com a monocultura e priorizem a produção diversificada com possibilidade de gerar renda para toda a família, sem que a juventude rural precise se mudar para a cidade.

A partir do relato e da trajetória de vida de Pedro percebemos como ele vai fazendo as opções de trabalho. Ele deixa o trabalho na Sadia para voltar à terra. Ao longo da entrevista ele elucida como o trabalho na terra também é penoso e puxado, porém, destaca que no Assentamento Missões ele tem o seu lote e trabalha com a família num ritmo organizado de forma mais autônoma do que na cidade. Diferente do trabalho na cidade em que o ritmo é ditado pela máquina, determinado pelos interesses econômicos dos empresários e da necessidade de produção, inclusive com metas para serem cumpridas.

Desta forma podemos perceber que a opção pelo campo não é somente uma alternativa por que na cidade o trabalho é pesado, há outras dimensões que envolvem a sua escolha. Talvez uma delas seja a possibilidade de “ditar o ritmo do trabalho” no campo. Ou seja, enquanto o trabalho na cidade é predeterminado, no Assentamento ele possui vários trabalhos e atividades que devem ser feitas. De certa forma podemos considerar que no campo há uma “autonomia relativa” no trabalho. Relativa por que desde logo sua produção também está submetida a uma lógica do mercado, pois, parte significativa da produção é leite comercializado no laticínio da Frimesa de Francisco

---

<sup>277</sup> BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 102.

Beltrão e, outra parte da produção do lote, é para as necessidades básicas e sustento da família.

Carlos, de 26 anos, trabalha numa serraria próxima ao Assentamento Missões e planta soja no lote. Ao perguntar o porquê desta escolha ele afirma:

Olha, para ter uma renda! Se não... Vaca de leite, o pai e a mãe são aposentados, já fica meio ruim pra trabalhar. E eu sozinho também não [consigo]. Meu irmão, ele puxa leite, ele é leiteiro. Daí um cara sozinho não tem tipo de lidar com as vacas! Muito ruim. Daí o que eu vou tirar nas vacas eu tiro lá [na serraria], daí é melhor trabalhar lá! Pelo menos final de semana o cara pode sair onde quer, chegar de noite, pode chegar em casa e ir dormir. Com as vacas não interessa se estiver dando chuva, sol, frio o que estiver tem que estar ali! Chegou a hora o bicho quer tirar leite!<sup>278</sup>

Porém, ao perguntar sobre como é então o trabalho no lote, ele constrói a seguinte interpretação:

É... Daquele jeito. *Cara que tocar de viver só disso aí o cara está quebrado, por que um ano dá, mas no outro tira tudo! Seca, seca e...* Primeiro ano que nós produzimos aqui deu uma pedreira que demoliu com tudo. Aquele ano nós conseguimos Proagro. Ano passado já não conseguimos mais! E esse ano tava tudo bonita a soja, choveu tudo certo, agora no tempo de granar deu essa seca aí! Aí agora diz que o Proagro só vem com cinqüenta sacos por alqueire, se colher mais não vem Proagro. *Para os caras, se a gente pagar o banco está tudo certo, pra gente viver daí não importa!* Colhendo os cinqüenta sacos pra pagar o banco está bom né?!<sup>279</sup>

Sua fala evidencia o problema imediato que sofria nos dias da entrevista: a estiagem de chuva no período em que a planta florescia. Sua narrativa mostra como a memória é presentista, além de notabilizar como os sujeitos interpretam a realidade histórica na qual vivem. Ao relacionar as intempéries naturais às suas escolhas, agora de “trabalhar fora para ter uma renda mensal e caso quebre a soja”, realça uma das contradições do viver no campo e trabalhar da serraria, pois ao passo que define trabalhar com a soja, visando uma “autonomia relativa” sobre o tempo, vemos que sua expectativa é dificultada pela necessidade de trabalhar todos os dias na serraria, menos aos domingos e feriados, já que “se o cara tocar de viver só com isso, o cara está quebrado”.

---

<sup>278</sup> CARLOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Carlos de 26 anos, Francisco Beltrão, 27 de fev. 2014, 33 min.

<sup>279</sup> Idem.

Na forma de tratar o trabalho no campo, Carlos realça outra questão: a monocultura. Estabelece sua crítica afirmando ser inviável sobreviver somente com a renda da soja ou só do leite. Aponta que a renda da soja é complementada com o trabalho na serraria, desta forma tem uma renda mensal. Isto é, planta soja e trabalha fora, pois só com a soja “é arriscado, pois não é garantia de renda para o ano todo, quando não quebra tudo em um ano”.

Além disto, apresenta um novo “sujeito” em sua narrativa: o banco, representado também pelos “caras”. Faz esta relação expressando os limites e os problemas que ele e sua família se depararam ao lidar com os financiamentos. Ao frisar o problema do financiamento cobrir apenas a parte do banco, estabelece uma crítica à importância do viver no qual depende daquele trabalho. Não obstante, esta sua afirmação evidencia a preocupação em receber monetariamente pelos trabalhos feitos na produção da soja. Não receber com a venda da soja, significa não receber pelo trabalho de preparar a terra durante o ano, semeando e depreendendo horas de serviço controlando para que os capins e os insetos não estraguem o crescimento da planta.

Ao lidar com os bancos, por outro lado, apresenta como as mudanças nas relações produtivas mudaram os modos de viver no campo, já que, após financiar o plantio da lavoura com o banco, corre o risco de perdê-la para ele caso não quite a dívida. Em seu relato rememora brevemente a ocupação do Banco do Brasil no ano de 2008, em Francisco Beltrão, ocasião que participou junto com seus pais e inúmeras outras famílias dos assentamentos da região.

Carlos, ao referir-se a manifestação, cita as dificuldades que passavam a respeito do acesso ao crédito. Ele cita o ano em que deu pedreira e estragou com a soja, ano que conseguiram o Proagro. Cita também o ano de 2013 em que deu seca e não conseguiram o Proagro. O objetivo da manifestação/ocupação era para reivindicar mais acesso a financiamentos e renegociação de dívidas contraídas pelas freqüentes estiagens. Carlos destaca que “a luta ajudou, mas precisamos lutar mais”.<sup>280</sup> A ocupação do Banco do Brasil evidencia a territorialização da luta e também da compreensão sobre a estratégia de ocupar e da necessidade de continuar na luta. E nos mostra, nos termos descritos por Thompson, que:

---

<sup>280</sup> CARLOS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Carlos de 26 anos, Francisco Beltrão, 27 de fev. 2014, 33 min.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado.<sup>281</sup>

Nos termos do MST, a manifestação e da ocupação se constituiu enquanto ferramenta “para exigir a criação de um novo crédito agrícola que dê condições estruturais de produção de auto-consumo e infra-estrutura aos assentamentos de Reforma Agrária”.<sup>282</sup> Estas são formas e práticas de luta desenvolvidas pelos assentados visando a construção de um território com produção de alimentos para as famílias.

Tais práticas de luta podem ser compreendidas através das análises feitas por Eric Hobsbawm sobre ferramentas e práticas sociais desenvolvidas pelos trabalhadores rurais nos levantes da Inglaterra de 1830. O autor parte do pressuposto que as práticas sociais são construídas com base nas dificuldades enfrentadas, perspectivas compartilhadas e nas experiências vividas na (re)produção da vida em sociedade. Penso esse social onde o acampamento e todo processo de luta pela terra está presente, exercendo papel organizador deste sentido e construtor de uma identidade coletiva justamente por evidenciar os interesses em comum em torno da luta.

Uma das principais práticas sociais do levante, analisado pelo autor, eram os incêndios a fenos e celeiros que iniciaram em Orpington e em questão de meses se espacializaram enquanto ferramenta de luta e de pressão por parte dos trabalhadores rurais da região. Outra prática do movimento foi a quebra de máquinas, muito significativa em relação aos incêndios por ser uma *prática social* de denúncia que até então não havia sido utilizada como ferramenta de luta pelos trabalhadores em Kent “e levou, inclusive, algum tempo para que seu significado fosse devidamente compreendido”.<sup>283</sup> Percebemos com isso, como os trabalhadores ampliam suas ferramentas sociais de luta e contestação.

Ao discutir sobre os conflitos sociais envolvendo o direito a terra, Davi Schreiner aponta para a organização que uma ocupação de terras exige. O autor atribui à formação dos acampamentos no interior da fazenda, depois da ocupação, como

---

<sup>281</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 17.

<sup>282</sup> Disponível aqui: <http://www.mst.org.br/node/5599>, acesso em 20/08/2014.

<sup>283</sup> HOBSBAWM, Eric; RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 100.

constituição de “um território dentro de outro território”.<sup>284</sup> Ao construir tal interpretação levou em consideração as diferenças nas formas de apropriação da terra e os sentidos que “os trabalhadores atribuem aos lugares possíveis de sua inserção social”.<sup>285</sup>

Esta forma de analisar a organização dos assentamentos pelos trabalhadores utilizamos para compreender as relações sociais presentes nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan. Estes, após serem criados continuaram exigindo a organização das famílias, principalmente para pressionar pela construção de estradas, redes de energia, escolas. Estas questões notabilizam como as áreas das fazendas Anoni e Marrecas não possuíam infraestruturas e nem foram organizadas para a ocupação de mais de uma família.

Consideramos, da mesma forma, que as práticas de luta também desempenham importante papel na construção da subjetividade da juventude rural, além de contribuir para a construção de uma identidade coletiva de classe por aproximar os interesses comuns. Partimos, neste entender, da experiência da juventude rural para pensar o “terreno da luta de classes” e como agem dentro de determinadas condições. Como alerta Thompson:

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares.<sup>286</sup>

As entrevistas orais e os materiais do MST, em específico o Programa Nacional de Reforma Agrária e o Jornal da Juventude Sem Terra são documentos que revelam como a continuidade da luta, no período de Assentamento, são para melhorar a condição de vida e “viabilizar a permanência dos camponeses no campo” e “garantir empregos principalmente para a juventude”. No jornal da Juventude Sem Terra, elaborado pelo setor de juventude do MST, a condição de depender das conquistas para

---

<sup>284</sup> SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002, p. 135.

<sup>285</sup> Idem, p. 136.

<sup>286</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 111.

desenvolver o assentamento é correlacionada com o desenvolvimento da cultura e da luta por trabalho.

O desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária pode proporcionar *melhores possibilidades de trabalho, dependendo das conquistas*. Por isso, a luta por crédito, por educação, por capacitação técnica, pela implantação de agroindústrias, de escolas, de postos de saúde, de áreas de lazer e esporte, de espaços de desenvolver nossa cultura e nossa comunicação, é também a nossa luta por trabalho.<sup>287</sup>

---

<sup>287</sup> JUVENTUDE, Setor. Desafios do trabalho no campo. Jornal da Juventude Sem Terra, s/d. P. 06.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que desenvolvemos sobre Juventude Rural Sem Terra evidencia que a noção de juventude deve ser pensada como uma categoria móvel, transitória e de difícil definição. Em uma conversa preliminar para marcar a entrevista, Guilherme, 22 anos, ao se auto definir afirmou: “não sou jovem, sou um trabalhador pai de família”, o que denota a impossibilidade de fixar rigidamente ou enquadrar a experiência de juventude. Ao trazer tal afirmação, Guilherme vislumbra sua trajetória de trabalho quando saiu de casa com 17 anos e foi morar com sua esposa na cidade, estabelecendo relações e outros laços familiares. Sua afirmação evidencia as dificuldades em fixar os sujeitos em categorias pré-estabelecidas e mostra a necessidade de compreendê-los enquanto sujeitos de seu tempo e com trajetórias permeadas de pressões nas quais constroem alternativas visando a produção da vida. Nestas, a perspectiva de ser jovem ou não é substituída por “ser trabalhador, pai de família”.

Esta pesquisa sobre a juventude rural sem terra foi motivada, em grande medida, por indagações que me perseguiam como filho de camponeses e militantes de um movimento. Meus pais sempre comentavam que quando eram jovens participavam de grupos de jovens, organizados pela igreja, e que a quantidade de participantes era muito grande. Da mesma forma que, aos domingos, enchiam dois ou três caminhões de jovens para irem às comunidades vizinhas praticar atividades recreativas como futebol e vôlei. A realidade hoje se alterou e o número de jovens no campo diminuiu, não somente pela baixa natalidade, mas por que boa parte migra para a cidade em “busca de melhores condições”, como referiu Angélica.

A investigação visou compreender como este *movimento*, de idas as cidades e/ou permanência no campo, se desenvolveu e qual as suas características. Assim como de entender quais as perspectivas dos jovens e das famílias assentadas. Uma das conclusões a que chegamos é baseada nas diferentes de trajetórias entre pais e filhos, afinal, aos jovens a *mecanização dolorosa* é vista com outros olhos, exemplificada na fala de Marcela quando afirma que “hoje é mais fácil por que tem o trator, não é mais na

enxada e no arado”.<sup>288</sup> Em sua interpretação esta presente a luta para adquirir ferramentas que melhorem a condição de trabalho. Ou quando Felipe afirma que “como é mecanizado, tenho o tempo de trabalhar no Colégio para aumentar a renda”.<sup>289</sup> As duas interpretações demonstram como não é a tecnologia, mas o monopólio que é excludente. Quando há a possibilidade de melhorar a condição do trabalho a tecnologia pode ser uma aliada.

Por outro lado, se não foram expulsos das terras pela mecanização, estão sujeitos a outras pressões que advêm de mudanças na forma de produzir na agricultura. Concluimos que a tecnologia representa um modo de produzir, denominado de *agronegócio*. Este modelo monopoliza as técnicas de produção e sujeita a renda da terra ao capital, exercendo pressão sobre a forma de organizar o trabalho na terra. Neste sentido, o relato de Pedro é significativo quando critica as dificuldades que ele e sua família enfrentam para produzir alimentos de subsistência, tendo em vista a necessidade de dedicar a maior parte da força de trabalho e do volume de terra a produção de leite.

Em sua fala evidencia um limite na produção. A produção do leite, por ocupar a maior parte do espaço do lote, dificulta a produção de outros alimentos necessários à manutenção da família. Para tanto o complemento à sua afirmação dado por sua mãe de que “lá [no lote] tem que fazer alimento pras vacas!” é muito significativo. Parece afirmar ao entrevistador o fato de que a produção e o trabalho empreendido no lote são para garantir muito mais o alimento dos animais do que deles próprios. E chamam atenção para o tamanho insuficiente do lote e, ao mesmo tempo, enfatizam o esforço de produzir “um cantinho de feijão” expressando como este trabalho está diretamente relacionado às suas experiências de trabalho no campo e que não querem abandonar.

No decorrer da pesquisa foram delineadas algumas dimensões do trabalho no campo. Uma similaridade entre as entrevistas chamou atenção: a relação que os jovens rurais entrevistados faziam ao período de trabalho junto com os pais e como “agora é tudo diferente”. Esta questão nos pareceu importante, principalmente, por aparecer em algumas entrevistas relacionada à saída dos jovens do campo. Para responder a questão, foi necessário compreender como foram construídas as trajetórias de vida dos

---

<sup>288</sup>MARCELA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Marcela, 23 anos, Francisco Beltrão, 19 de janeiro de 2014, 30 min.

<sup>289</sup>FELIPE. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Felipe, 25 anos. Francisco Beltrão, 27 de fevereiro de 2014, 19 min.

trabalhadores sem terra e como foi a organização da produção e do trabalho no lote. Ou seja, quais as trajetórias de trabalho das famílias que ocuparam as fazendas e quais as formas construídas para organizar o trabalho na terra.

Percebemos que a partir da década de 1980 muito do que era produzido, como o feijão, por exemplo, foi sendo substituído por outras atividades de produção, como a soja e o milho. Assim como houve aumento significativo na utilização de tratores, de cerca de 2000% em 10 anos.

Além das mudanças no que era produzido, houve mudanças significativas na estratificação social na região. Narrativas como de Noeli e João, de Olívio e Sueli, nos levam a concluir que algumas práticas de trabalho, como a de agregados, foram sendo substituídas ao longo das décadas e as famílias que mantinham estas relações de trabalho foram sendo expulsas/retiradas do campo. Estas modificações, que ocorreram a nível nacional, potencializaram o êxodo rural. Segundo dados do IBGE, trabalhados no primeiro capítulo, alguns municípios registraram a saída de 43% da população rural entre os anos de 1970 e 2010. Assim como houve uma diminuição de 29% da mão de obra familiar e de 59% de trabalhadores temporários na região.

Outro dado importante está relacionado à concentração fundiária ocorrida na região durante o período de 1990 e 2006. No estrato acima de 50 hectares, o número de estabelecimentos corresponde a 7,75% do total e controla 55% das terras na região. Ou ainda, se analisarmos apenas o estrato acima de 500 hectares, concluímos que estes representam 0,21% dos estabelecimentos (92 de 43.461), mas controlam 22,73% da área total (258.368 hectares), conforme dados da Tabela 3 presente na página 42. Estes dados são suficientes para problematizar a versão, muito difundida na região, de que ela possui um *locus* de pequenas propriedades.

Este período, por outro lado, define a construção de diversas práticas e movimentos sociais que lutaram pela terra e por reforma agrária na região, se opondo ao movimento de proletarização. A organização de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) ou do Movimento dos Agricultores Sem Terras do Sudoeste do Paraná (MASTES) e, posteriormente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são exemplos de organizações dos trabalhadores em prol da luta por terra e reforma agrária.

Os dois assentamentos pesquisados foram criados mediante ocupação de duas fazendas improdutivas da região: a fazenda Anoni (Marmeleiro) e a Marrecas (Francisco Beltrão). São duas ocupações que ocorreram em 1983 e 1998. No período de 1988 e 2011 foram 684 ocupações em todo o Paraná, envolvendo aproximadamente 87 mil famílias.

As ocupações se constituem enquanto forma de luta em que houve a aproximação das experiências sociais e dos interesses comuns. As ocupações das fazendas que originaram os assentamentos pesquisados possuem diferenças, mas exercem um papel semelhante: de denúncia e de pressão para que seja efetuada a desapropriação das áreas e executado a divisão das terras e a reforma agrária.

As ocupações, do ponto de vista dos Trabalhadores Sem Terra, foi considerada uma prática justa por permitir o acesso à terra para eles, pois desejam viver e trabalhar nela, mas que mediante a concentração de terras e de renda na região, eram impossibilitados. Estas interpretações são expressas na faixa da Imagem 1 (ocupações são ilegais, mas justas) e em trechos das entrevistas como de João ao afirmar que “invadir é uma coisa e ocupar para plantar e trabalhar é outra coisa. Aqui tinha um pouquinho de criação só, o resto de verde! Criando cobra!”.<sup>290</sup> Ou ainda, quando Sueli afirma que “o povo que está aqui é trabalhador e só quer viver e trabalhar na terra”. São interpretações que posicionam o direito a terra e ao presente. As ocupações são construídas como forma de reproduzir a vida e o trabalho no campo, direito que era negado a eles. Por consequência, denunciam a concentração de terras improdutivas.

A ocupação foi um enfrentamento público, aberto contra o latifúndio. E uma quebra na lógica do mercado no sentido de ocupar a terra e não de comprá-la. Esta é uma quebra que questiona a legitimidade do monopólio da terra, por isso podemos chamar de resistência pública.<sup>291</sup>

Conforme vimos, inicialmente os movimentos sociais assumiam a *ilegalidade* das ocupações, mas ao longo dos anos o MST passou a definir áreas improdutivas, griladas, ou áreas da união, como preferenciais para as ocupações e, desta forma, conseguiu amparo legal através de uma interpretação da lei, presente na constituição

---

<sup>290</sup>NOELI e JOÃO. Entrevista feita por Ricardo Callegari com Noeli, 64 anos, e João, 66 anos, em Marmeleiro, dia 12/01/2012.

<sup>291</sup>SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência*: discursos ocultos. Letra Livre: Lisboa, 2013, p. 92.

federal, na qual diz que a terra deve exercer uma função social, desta forma terras griladas e/ou improdutivas, por exemplo, são passíveis de ocupação. Sob a justificativa de que as áreas ocupadas não cumprem a função social, o MST passou a definir as ocupações como legítimas.

Mas, para além das ocupações, algumas ferramentas de lutas foram construídas por camponeses e trabalhadores rurais de forma a resistir e enfrentar algumas transformações na agricultura. Neste sentido, os acampamentos são ferramentas de luta construídas pelos Sem Terras de forma a se organizarem e aglutinarem maior número de trabalhadores, exercendo maior pressão as autoridades que podem desapropriar determinada área para o assentamento das famílias.

Durante os períodos de acampamento dentro das fazendas, os Sem Terras tiveram de enfrentar a violência por parte dos fazendeiros que buscaram retomar as áreas. Nos enfrentamentos um trabalhador sem-terra foi assassinado, João de Paula. Estes casos evidenciam a violência por parte da elite agrária na defesa da propriedade privada mesmo que improdutiva. Para enfrentar a violência dos fazendeiros os Sem Terra organizaram diversas reuniões nos acampamentos. Estas reuniões serviam como *ponto de junção*,<sup>292</sup> tal como desenvolvido por Thompson ao discutir a organização dos movimentos sociais dos trabalhadores na Inglaterra do século XVIII, e mantinham o povo organizado para pressionar a desapropriação da área em prol da reforma agrária. As reuniões, as assembleias e os boletins exerceram, como vimos no primeiro capítulo, importante papel na manutenção da luta.

Além disto, os Sem Terra tiveram de desenvolver práticas coletivas de trabalho e produção visando a sobrevivência e a permanência na terra ocupada, tais como as hortas e os trabalhos coletivos. Para tanto, recriaram formas de trabalho que se remetiam as suas experiências vividas, tais como a erva cancheada, as trocas de serviço e os arrendamentos em terras prontas para o plantio e que trabalhavam antes de ocuparem a fazenda. Desta forma, compartilhavam entre si os saberes adquiridos ao longo de suas trajetórias. A erva cancheada é um exemplo marcante nas entrevistas, pois os trabalhadores rememoraram esta relação atribuindo as suas experiências passadas de trabalho na terra.

---

<sup>292</sup>THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 10.

Nas narrativas de Olívio, Sueli, João e Noeli a prática de cancheamento da erva mate e a construção das hortas comunitárias aparecem como elementos importantes para a permanência dos Sem Terra no acampamento. Além disto, são práticas de trabalho construídas pelos sujeitos mediante suas dificuldades mais imediatas: falta de comida. Soma-se ainda a luta por escolas dentro dos assentamentos, assim como a luta por financiamentos para a produção.

Após a conquista dos Assentamentos José Eduardo Raduan e Missões, os trabalhadores desenvolveram diversas relações de trabalho com vistas a potencializarem a conquista da terra, como vimos no segundo capítulo. Tais como a Cooperativa Boa Vista, organizada no primeiro, e o trabalho e terra coletiva no segundo. Ao se organizarem na luta por cooperativas, escolas e por terra coletiva, os assentados potencializam a luta por reforma agrária. Re-significam a luta pela terra enquanto meio de produção e, a partir de sua conquista, a luta por reforma agrária continua.

Concluimos que a conquista da terra possibilita que a luta por reforma agrária se “viabilize”. O “primeiro passo” é a conquista da terra e, desta forma, pressionam por reforma agrária, que compreendem como acesso a escolas, produção diversificada com base nas características e potencialidades locais, com vistas a produção de alimentos e organizados em cooperativas. E, assim, entendemos que assentamentos e políticas de reforma agrária devem compreender mais do que a distribuição de terras. Mas políticas públicas que, além de desconcentrar a terra, pautem mudanças na forma de produzir e de distribuir a produção, como discutido no segundo capítulo.

Através das entrevistas inferimos que os assentamentos são territórios diversificados, nos quais os trabalhadores criam novas formas de trabalho e produção, ou recriam práticas do interior do grupo com base em suas experiências individuais e coletivas. Desta forma, constroem uma *comunidade de interesses* ora divergentes e ora convergentes. Nesta pesquisa percebemos as *tensões* em dois aspectos principais: o lazer e o trabalho. Foram evidenciadas nas falas sobre a reforma ou não de uma casa no centro do Assentamento Missões que poderia servir de local para encontro dos jovens.

Ou ainda sobre a relação de lazer e trabalho, realçado por Marcos quando destacou que “nos dois anos que nós estamos trabalhando com hortaliças é de domingo a domingo, não dá para pensar muito em lazer! Mas o pessoal joga futebol às vezes, eu não gosto muito.” Em sua entrevista Marcos denuncia a extensiva jornada de trabalho.

Há diferenças também sobre o trabalho no leite. Enquanto alguns narram as diversas pressões e exigências advindas da produção de leite e dos laticínios, como Marcos e Carlos, outros narram as potencialidades de gerar uma renda mensal e atribuem às relações de trabalho coletivo e educativo com a família, como fator que impulsiona o trabalho no leite, como Pedro e Angélica.

As narrativas da juventude rural pesquisada, em algumas vezes, se aproximam e outras de afastam do ideal de organização do trabalho familiar debatido pelo MST. Se ora é educativo, com a participação de todos os integrantes nas atividades e nas decisões, ora é rememorado como sinônimo de perda de autonomia onde “os pais não dão muitas chances para os filhos”, como realçado por Pedro.

Ou, ainda, quando Tatiana afirma que “sua área” é de técnica em enfermagem, na qual se formou e trabalhou durante um tempo. Sua trajetória evidenciou como as relações de trabalho no campo e na cidade se misturam, afinal, sua entrevista é marcada por termos como “costaneira”, “serra fita” e “metro de madeira” que realçam sua experiência de trabalho familiar no campo, por outro lado, sua formação em técnica de enfermagem e trabalho na cidade contribuem para a formação subjetiva de sua identidade enquanto trabalhadora.

Os jovens pesquisados relataram um período de trabalho na cidade, mesmo que estabelecendo moradia nos Assentamentos. Esta *possibilidade* foi construída como uma forma de incrementar a renda familiar. Desta forma, ocorre um reposicionamento do campo e da cidade com vistas a produzir a vida. Enquanto a cidade era *impensável* para os pais, os filhos *jogam* com ela. Suelem, por exemplo, trabalha na cidade de Campo Erê/SC, como técnica em enfermagem, e mora no Assentamento José Eduardo Raduan como forma de cortar gastos como o aluguel e possibilitar uma melhor educação para seu filho Marcelo.

Não é só uma questão de má distribuição da renda, como apontou Nilson Weisheimer. Angélica relatou que trabalhou fora, pois “não tinha renda pra dividir, pois tinha meses que na sobrava nada do leite. Vai dividir o que?”. Em alguns casos o trabalho fora na cidade constitui parte significativa da renda familiar.

Por outro lado, concluímos que o trabalho precoce não deve, necessariamente, ser definido como responsável pela saída dos jovens do campo. Se Carlos relatou que o

trabalho quando criança era difícil na roça, por isso saiu, devemos considerar que hoje ele mora no campo novamente coordenando os trabalhos no lote. Ou ainda, quando Angélica, auxiliar de serviços gerais no Colégio Paulo Freire do Assentamento Missões, narra que gostaria de trabalhar somente no lote, pois desde pequenina aprendeu a gostar de tirar leite. São dois jovens com duas interpretações sobre o trabalho no campo que confrontam a noção de “trabalho precoce” como motivador da saída, desenvolvido por Flávia Hoelzel, pois Carlos trabalha na agricultura e pretende “ficar até se aposentar”<sup>293</sup> e Angélica, que trabalha no Colégio, e “largaria tudo para tirar leite”.<sup>294</sup>

A narrativa de Angélica permite estabelecer discussão sobre o direito ao presente. Ao passo que gostaria de trabalhar no lote com a produção de leite, esbarra no tamanho do lote de terra de seus pais, que não suporta outra família, já que seu irmão mais velho já coordena os trabalhos junto com sua esposa e seu filho. Esta questão notabiliza alguns limites da reforma agrária e evidencia como existem jovens rurais que gostariam de trabalhar na terra e como a necessidade de uma distribuição de terras ainda é necessária.

Para enfrentar a falta de políticas de reforma agrária e de distribuição de terras, uma das alternativas construídas pelos jovens, além do trabalho na cidade e a moradia no campo, é a coordenação dos trabalhos no lote mediante aposentadoria dos pais. Como nos casos de Pedro e Carlos. Há também trabalhos familiares, como no caso de Felipe e Marcos. O primeiro ajuda nos afazeres do trabalho no leite e ainda trabalha no Colégio. O segundo voltou para o Assentamento com a possibilidade de trabalho nas hortaliças, gerando duas formas de renda e diversificando a produção.

As entrevistas apontaram para como os jovens “jogam” com a cidade e o campo, reposicionando um e outro com vistas à reprodução da vida e o enfrentamento de dificuldades como falta de trabalho e dificuldades de renda no campo ou ainda os gastos da cidade com aluguel e alimentação. A escolha de ficar no campo se desenvolve por aquilo que se conhece da cidade e por aquilo que ela oferece ou deixa de oferecer.

---

<sup>293</sup>CARLOS. Entrevista feita por Ricardo Callegari com Carlos, 26 anos, em Francisco Beltrão em 16 de março de 2014, 34 min.

<sup>294</sup>ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

Por fim, as narrativas evidenciaram como, no enfrentamento dos problemas, a família e o espaço familiar se constitui como uma forma de reposicionamento social e que possibilita a permanência dos jovens no campo.

O objetivo deste trabalho foi de discutir quais as transformações nas relações de trabalho no campo e quais são as práticas sociais e as formas construídas pelos Sem Terras, para organizar o trabalho e a renda, visando a permanência no campo. Analisamos quais são as formas de inserção dos filhos de assentados, a juventude rural, nesta atual organização no lote dos Assentamentos. Para tal, partimos do estudo de caso envolvendo os Assentamentos Missões, em Francisco Beltrão, e José Eduardo Raduan, em Marmeleiro, e como as transformações nas relações de trabalho e de produção no campo modificaram o modo de vida dos atuais assentados. Concluímos que estas transformações contribuíram para a saída dos jovens.

Além de conquistarem a terra, estes sujeitos tiveram de construir outras ferramentas de luta e de resistência, tais como o jornal *O Alerta* e as Associações de implementos agrícolas, além de alternativas ligadas diretamente ao trabalho, recriando, por sua vez, muitas práticas campestres como troca de serviços, trabalho coletivo e produção diversificada para a subsistência.

Porém, podemos perceber como diversos problemas surgiram/surgem quando os filhos dos assentados resolvem ir embora do lote familiar, problemas como a diminuição na mão de obra familiar. Estas saídas, como vimos, estão ligadas a diversos motivos tais como: a pouca renda, a condição de trabalho no campo e os poucos espaços para lazer. Uma das alternativas construídas pelos Sem Terras é o de diversificar a produção de forma a aumentar a renda (diminuindo os gastos de alimentação e possuindo um excedente para a comercialização) e divisão desta renda entre os integrantes da família.

Outra alternativa é o trabalho dos jovens na cidade, como Assistente social no caso de Suelem do Assentamento José Eduardo Raduan, e também empregando uma jornada de trabalho no lote da família. Apontamos esta alternativa como uma jornada dupla de trabalho para aumentar a renda. Esta jornada de trabalho no lote ocorre principalmente no período de poda e colheita da uva ou na feitura da silagem, período que exige bastante mão de obra. Também sendo construída a recriação campestre como

modo de viabilizar a vida e permanência no campo, quando os filhos passam a morar no lote e administrar a produção em conjunto com a família. No caso analisado da família de Pedro, e até mesmo com a família de Angélica, são os filhos mais velhos que passam a administrar os trabalhos e a produção do leite, visando a permanência no campo.

Uma das possibilidades em comum apresentadas pela juventude rural Sem Terra foi a coordenação dos trabalhos no lote mediante aposentadoria dos pais, porém, segue-se outras alternativas como os trabalhos em conjunto na ordenha do leite e na produção de hortaliças ou galinhas caipiras semi-confinadas. As formas de trabalho encontradas e correspondentes a análise das fontes coletadas nos dois Assentamentos, não devem ser tomadas como únicas e/ou homogêneas, existem outras que permeiam as trajetórias de vida da juventude. Estas, porém, já notabilizam algumas contradições sociais do viver e trabalhar no campo.

Através da análise das entrevistas podemos perceber como a saída dos jovens envolve diversas questões, desde a renda familiar que, mesmo com a tentativa de diversificação da produção, não é suficiente para a manutenção da família, levando os filhos a buscarem alternativas como o trabalho na cidade e no campo. Outra questão que aparece é como a saída dos jovens transforma os espaços de socialização do campo limitando as possibilidades de lazer, o fim do grupo de jovens do Assentamento é um exemplo, o que dá base para que os outros jovens também saiam.

Através deste trabalho buscamos compreender os sujeitos como ativos da história. Assim procuramos evidenciar como estes interpretam a realidade e a condição social na qual estão inseridos e passam a construir ferramentas e formas de luta para melhorar a condição de vida e de trabalho, caso da horta comunitária, da erva cancheada ou também, com as ocupações de terra ou a organização do trabalho familiar. Além disso, como constroem alternativas que possibilitam a produção da vida, caso da “dupla jornada de trabalho”. Percebemos também como é através das experiências construídas socialmente e de suas reivindicações no presente, ou seja, suas interpretações sobre os problemas enfrentados no presente, que estes sujeitos constroem as ferramentas de luta e produção da vida.

Para compreender as vivências no presente, analisamos o vivido pelos jovens e seus familiares a partir da década de 1980 no Sudoeste, pois como aponta Beatriz Heredia, este processo, que hoje conhecemos como agronegócio, ainda traz

consequências para a organização e condição do trabalho familiar/camponesa nos assentamentos. Discutimos sobre como o acesso a terra se junta à possibilidade de ser *independente*. E como o “pacote tecnológico” quebrou essa relação. Podemos inferir que há um controle no processo de produção no campo que, pelo qual, afeta as relações de trabalho e o modo de vida dos assentados.

A saída do campo ocorre pelo esgotamento da forma de produzir. As respostas dadas pelo Estado e pelas Multinacionais continuam insuficientes para o campesinato e para os trabalhadores, indicando para limites. Os jovens pesquisados não foram expulsos pela mecanização conservadora. Suas trajetórias de vida são outras, suas idas e vindas são diversificadas entre si e em relação aos seus pais, mas que evidenciam sintomas de um problema histórico para o campesinato: a falta de terra, ocasionando diversas formas de luta e de reposicionamentos sociais.

As trajetórias de vida do campesinato os constituíram como migrantes. Esta característica está presente na vida da juventude, porém com outras dimensões e pressões. Para os pais, em algumas exceções, a cidade era impensável. A ocupação de fazendas foi construída, inclusive, como alternativa a proletarização. Porém, para os filhos a cidade permite um "jogo" diferente, como no caso de Suelem, Marcos, Pedro, Tatiana, Guilherme. Para falar em direito a um lote de terra, bastaria o desejo de nele trabalhar. Por isso, a interpretação do movimento sobre a justiça das ocupações, pois se constituem como ferramentas de conquista da terra, mesmo sendo “ilegais”. Em suma, a trajetória de parte significativa da juventude rural Sem Terra perpassa o trabalho na cidade e, assim, a exemplo dos pais, suas vidas, são marcadas por idas e vindas e pela luta pela terra e para nela permanecer.

## FONTES

### Fontes Impressas:

ASSENTAMENTO JOSÉ EDUARDO RADUAN. *Ata de reunião*. Marmeleiro/PR: nº 2, 27/03/1999).

CONCRAB. *Enfrentar os desafios da organização nos Assentamentos*. Caderno de Cooperação Agrícola Nº 7, São Paulo, 1998, p. 25.

DATALUTA – *Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012*. GEOLUTAS/NERA. [www.unioeste.br/projetos/geolutas](http://www.unioeste.br/projetos/geolutas).

FEDERAL, Governo. *Decreto de desapropriação*. Nº 84.603. Brasília-DF. 31/03/1980.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES : BRDE, 2004

MASTES. *O Alerta*. Francisco Beltrão, junho de 1986

MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade - 1964 a 1985*. MST. São Paulo, SP. 1986.

MST. *Boletim da Educação: Escola, Trabalho e Cooperação*. Nº 4, Nov. de 1995, Curitiba.

MST. *Cartilha de estudo - a organicidade e o planejamento: Construindo coletivamente*. Nº 3, Set. de 2004, Curitiba.

MST. *Programa de Reforma Agrária do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Caderno de Formação Nº 23. São Paulo, 1995.

MST. *Textos para Debate*. Nº 1, Nov. de 2012, Curitiba.

JUVENTUDE, Setor. *Desafios do trabalho no campo*. Jornal da Juventude Sem Terra, s/d.

### **Fontes Orais:**

ANGÉLICA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Angélica de 25 anos, Francisco Beltrão, 29 de jan. 2014, 51 min.

CARLOS. Entrevista feita por Ricardo Callegari com Carlos, 26 anos, em Francisco Beltrão em 16 de março de 2014, 34 min.

ELOI. Entrevista produzida por Ricardo Callegari, com Eloi, 60 anos, Marmeleiro/PR, 14 de janeiro de 2012, 98 min.

FELIPE. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Felipe, 25 anos. Francisco Beltrão, 27 de fevereiro de 2014, 19 min.

GUILHERME, LUCIANE e VITOR. Entrevista produzida por Ricardo Callegari, com Guilherme, 24 anos, Luciane, 25 anos e Vitor, 16 anos. Francisco Beltrão, 06 de outubro de 2014, 78 min.

HUMBERTO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari, Marmeleiro/PR, 17 de setembro de 2014, 72 min.

JOAQUIM. Entrevista produzida por Ricardo Callegari, com Joaquim de 56 anos em Marmeleiro/PR, 16 de janeiro de 2012, 75 min.

JORGE. Entrevista concedida a Ricardo Callegari, com Jorge de 53 anos, Marmeleiro/PR, 16 de janeiro de 2014, 93 min.

JUSTINO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari, com Justino, 70 anos, Marmeleiro/PR, 17 de janeiro de 2012, 55 min.

LUCAS. Entrevista feita por Ricardo Callegari com Lucas, 30 anos, em Marmeleiro, em 17 de setembro de 2014, 68 min.

MARCOS e ALANA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Marcos, 26 anos e Alana 24 anos, Marmeleiro/PR, 18 de setembro de 2014, 48 min.

MARCELA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Marcela, 23 anos, Francisco Beltrão, 19 de janeiro de 2014, 30 min.

NOELI e JOÃO. Entrevista feita por Ricardo Callegari com Noeli, 64 anos, e João, 66 anos, em Marmeleiro, dia 12 de janeiro de 2012, 85 min.

PEDRO. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Pedro, 30 anos em Francisco Beltrão, 16 de março de 2014, 55 min.

SUELEM. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Suelem, 28 anos. Marmeleiro, 18 de setembro de 2014, 48 min.

SUELI; OLÍVIO; SUELEM; DOUGLAS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Sueli, 52 anos; Olívio, 52 anos; Suelem, 23 anos e Douglas 21 anos, Marmeleiro, 11 de jan. 2012, 102 min.

TATIANA. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Tatiana de 22 anos, Marmeleiro, 17 de set. 2014, 58 min.

VALDIR e ROSE. Entrevista produzida por Ricardo Callegari, com Valdir de 60 anos e Rose, 52 anos, Marmeleiro/PR, 13 de julho de 2013, 99 min.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O mundo desencantado dos Assentamentos*. In: MEDEIROS, Leonilde, et al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. Pág. 313-320.

ABRAMOVAY, Ricardo (et al.). *Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.

ALMEIDA, P. J. “Cada um tem um sonho diferente”: Histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In, MACIEL, Laura Antunes et al (org.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Ed. Olho D’Água, 2006.

BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000,

BRUMER, Anita; ROSAS, Eduardo Nunes L.; WEISHEIMER, Nilson. *Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar*. In: Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa), 10, Rio de Janeiro, 2000.

CALLEGARI, Ricardo. *Estado E Relações Sociais: Projetos De Reforma Agrária Em Disputa (1983/1998)*. In: IV SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER, 2013, Marechal Candido Rondon. Anais do IV Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: ditaduras e democracias. Marechal Candido Rondon: UNIOESTE, agosto de 2013. Pág. 338-346.

CALDART, Roseli Salete. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. *Estudos Avançados* 15, p. 207-224, 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Sandra Iglesias. *A migração dos jovens do campo e sua inserção no mundo do trabalho*. Programa do Jovem empreendedor. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, outubro de 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate*. In: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Equador, Quito, 2006. Disponível em: [http://www.alasru.org/congresso\\_quito-2006](http://www.alasru.org/congresso_quito-2006). Acesso em 27/08/2014.

CHESNEAUX. *Devemos fazer tábula rasa do passado? – sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

CHRIST, Flaviane Monica. *Memórias, projetos e lutas na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu/PR (1970-2009)*. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

FABRINI, João E. *Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR Enquanto Território de Resistência Camponesa*. Tese de doutorado, Presidente Prudente, 2002, p. 117.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária: pesquisa e MST*. São Paulo, SP: Cortez, 2001, p. 40.

FERREIRA, Eudson de Castro et al. *A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso*. In MEDEIROS, Leonilde Servolode; LEITE, Sérgio (orgs). *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999, p. 197-232.

GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto. *Possibilidades de valorização multidimensional do território de Francisco Beltrão – PR com vistas ao desenvolvimento local*. Dissertação de mestrado Unioeste, Francisco Beltrão 2009.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Fase/Vozes, 1987

HEREDIA, Beatriz (et al). *Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.25 nº 74, 2010.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

HOBSBAWM, Eric; RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOELZEL, Flávia. *O trabalho precoce e projetos de vida: um estudo em crianças e adolescentes do meio rural de Santa Cruz do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Santa Cruz do Sul, 2000.

JANATA, Natacha Eugênia. *Juventude que ousa lutar: Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST*. Tese de Doutorado, Florianópolis, 2012.

KHOURY, Yara. *O historiador, as fontes orais e a escrita da história*. In: Outras histórias: memórias e linguagens. MACIEL, Laura Antunes (et al). São Paulo: Olho d'água, 2006, p. 22.

LIGUORI, Guido. 1. Estado ampliado; 2. Sociedade Civil. *Roteiros para Gramsci*. RJ: UFRJ, 2007. p. 13-57, p. 32.

MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. *18 Brumário de Luís Bonaparte. 1848*. 1ª Ed. São Paulo: Nelson Jahr Garcia, 2002 [Consulta 11/11/2013]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/brumario.pdf>.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs). *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MELO, Cristiane Dias de. *A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980*. Cadernos do CEOM, São Paulo, Ano 21, n. 29, p. 207-230, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÈDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil*. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENDONÇA, Sonia. *O patronato rural no Brasil recente (1964-19993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENEZES, Eder. *A luta pela terra contra as forças das águas: a ação dos atingidos pela construção da barragem de Salto Caxias*. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em História Social), Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2003.

PAULA, Eder Andrade de. *A conquista da terra nas florestas do Acre*. In MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs). *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999, p. 233-273.

PERISSINOTTO, Renato. *O Estado como instituição*. Uma leitura das obras históricas de Marx. 2000 Anais do colóquio O conceito de Estado na filosofia moderna e contemporânea. Disponível em: <HTTP://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/01renato.pdf>

PERROT, Michelle. *A juventude operária*. Da oficina à fábrica. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

POCHMAN, Marcio. *Juventude em busca de novos caminhos no Brasil*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Orgs). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos*. In: Ver. Tempo. n. 2 Rio de Janeiro: EDUFF, 1994, p. 60.

SANTOS, José V. T. dos. *Conflitos agrários e violência no Brasil: Agentes sociais, lutas pela terra e Reforma Agrária*. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário

Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>, acesso em 10/09/2014.

SCHRENEIR, Davi F. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

SCOTT, James C. *Detrás de La história oficial*. In: Los dominados y El arte de La resistência. México: Ediciones Era, p.23-40, 1990.

SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos*. Letra Livre: Lisboa, 2013.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República*. In: CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio. (Orgs). *Quase cidadão: antropologias e histórias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2007, p. 79 – 118.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VIANNA, Aurélio. *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

WEISHEIMER, Nilson. *Os jovens agricultores e o processo de trabalho da agricultura familiar*. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZAMBERLAM, Jurandir. *Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica de alguns Assentamentos*. In: MEDEIROS, Leonilde, et al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. Pág. 271-286.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. *Os desafios da organização interna de um Assentamento rural*. In: MEDEIROS, Leonilde, et al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. Pág. 205-224.